

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO:** =====

===== Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 17 horas e 35 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário** e por **Márcia Oliveira Gomes - Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalho:=====

1 - Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

2 - Informações Gerais; =====

3 - Período de Antes da Ordem do Dia; =====

4 - Ordem do Dia;=====

5 - Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação das Atas: Ata nº 13 - Sessão da Assembleia Municipal de 29-02-2024 (I/25386/2024); Ata nº 14 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 28-03-2024 (I/25417/2024); =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Relatório Atividades 2023 OAZ_HSM - (I/21845/2024) - Conhecimento; =====

===== **Ponto quatro:** - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras - Conhecimento; =====

===== **Ponto cinco:** - Prestação de Contas do Exercício 2023 (I/25214/2024) - Aprovação;=====

===== **Ponto seis:** - Minuta de Protocolo a celebrar com a AMP, para implementação de projeto piloto de rega sustentável (I/25197/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Aprovação do PAPERSU de Oliveira de Azeméis - Plano Municipal de Ação do PERSU (I/20032/2024) - Conhecimento/ Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** - Aprovação do Regulamento de Obras e Intervenções no Espaço Público de Oliveira de Azeméis (I/23199/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** - Criação, instituição do Corpo da Polícia Municipal e Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis (I/25220/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa - Obras Parque Verde - Carregosa Viva (I/24926/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - realização de obras de requalificação na Zona envolvente ao Parque César Guedes, em Oliveira de Azeméis (I/25165/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto doze:** - Nova Postura de Trânsito na Rua João da Silva Correia e Rua da Quinta, Santiago de Riba Ul - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/16555/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** - Colocação de sinalização de Trânsito - Freguesia de São Roque (I/3102/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** - Aquisição de leite escolar (Proc. 58/24 - PI/1931/2024) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/23859/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** - “Prémio Municipal de Cidadania 2023” - Aprovação. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, Jéssica Filipa da Silva

Pires, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, João Marcelo Ameixieira Moreira, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**: *Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, Maritza Gonçalves Valente, António Ilídio Martins Godinho, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, Carla Susana da Silva Reis, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **CHEGA (CH)**: *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: *Susana Clara Mortágua Gomes.* ==

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Jéssica Filipa da Silva Pires que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido José António Domingues Marques Lourenço; João Marcelo Ameixieira Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Constança Correia e Melo; Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins e António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== ***Ausência de Membros:*** *António Pinto Moreira - CDS/PP, falta justificada.* ==

===== ***Estiveram presentes, por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== ***Presidente da Câmara:*** *Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.* =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== *Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *Muito boa tarde. Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal. Vamos começar pelo período público. Vamos dividir o tempo por 5 intervenções e não queria cortar a palavra ninguém.* =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Francisco Lopes, António Coelho, Joaquim Costa, António Murteira e Jorge Paiva.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Francisco Lopes**, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros e deputados. O que me traz aqui, essencialmente, hoje, são questões da rede viária em Oliveira de Azeméis. Tenho uma situação que já foi reportada, quer à Junta de Freguesia, quer ao Senhor Vereador Hélder Simões, que tem a ver com o separador (gota), não sei como lhe ei de chamar, junto à Garrafeira Oliveirense, que as pessoas estão convencidas que aquilo é uma rotunda, apesar de ter um sinal que diz que não se pode virar à esquerda. Já houve lá acidentes. As pessoas pensam que aquilo é uma rotunda. É uma situação fácil de resolver com sinalização ou, apenas, com marcações na estrada que tornem bem perceptível a situação. Porque quem vem do Arquivo Municipal e da Rua Dr. Tomás António Fernandes, ou seja, quem vem de cima para depois entrar na antiga Estrada Nacional tem que contornar e quem vem da Rua Dr. Tomás António Fernandes apresenta-se pela direita. Quem vem do Arquivo Municipal, não para, porque aquilo parece uma rotunda. Outra situação, que eu acho muito grave, tem a ver com o estado dos pisos das nossas estradas. A Travessa Bento Landureza, não tem mais de 150 metros, entre a antiga Estrada Nacional e quem vai para o Pingo Doce, são autênticas crateras, não é deste inverno nem do anterior, está assim há anos. Aquele troço, antiga EN1, entre os Transportes Figueiredo e a rotunda do IC2, foi repavimentado há relativamente pouco tempo. O trabalho ali não terá sido executado ou planeado da melhor forma, porque dali para a frente o piso bom, para baixo o piso começa a degradar-se. Penso que não será necessário esperar que aquilo se torne caótico para intervir até porque, fica mais caro e estamos a falar de dinheiro dos munícipes. Sabíamos que nesse troço iriam passar, como passam, milhares de veículos pesados. Portanto, o piso ali tem que ser reparado de uma outra forma. Não sou técnico, nem engenheiro, mas há técnicas para permitir que a intervenção, dure, não apenas dois ou três anos, mas sim anos. É necessário que se veja isso. Temos aqui a Avenida Dona Maria I, no sentido descendente, do lado direito, obriga os carros a circular pelo lado esquerdo. Por acaso temos aqui uma GNR que até permissiva, porque a circulação, eu aprendi isto da pior forma, a circulação pelo lado*

esquerdo sem que se justifique ou seja, sem que haja transito, é considerada uma infração muito grave. A coima é 60 euros e são três pontos na carta de condução. Portanto, isto são situações fáceis de resolver. Eu deixava também um apelo ao executivo: é preciso fazer alguma coisa pela cidade. Oliveira de Azeméis, neste momento, morreu, tirando o Mercado à Moda Antiga, a Noite Branca, e as Festas de La-Salette, nos fins-de-semana, feriados, e à noite, a cidade não existe, não há ninguém, não há movimento. Isto há poucos anos não era assim. Eu acho que é preciso pensar em alguma coisa para dinamizar a cidade. Comparando Vale de Cambra, há alguns anos, com Oliveira de Azeméis estamos a falar de um mundo e de uma aldeiazinha. Agora estamos a falar do inverso. Façam alguma coisa pelos nossos comerciantes. Façam alguma coisa pela nossa cidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Excelentíssimos Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores. Senhor Presidente, dirijo-me, primeiramente, a si e, em nome de alguns oliveirense que nos dirigiram questões sobre o estado dos aparelhos de ginástica existentes no parque La Salette, temos conhecimento que se encontram em miserável estado de conservação e alguns deles já oferecem perigo para quem os utiliza - Está prevista alguma intervenção nestes equipamentos? Se sim, para quando? E aproveitando que se encontram nesta Assembleia os presidentes de Juntas de Freguesias, e a pedido de vários municípios, dirijo-me a alguns de vós: Em pleno Século XXI, na Era Digital, é inaceitável que uma boa parte dos sites das freguesias não estejam atualizados. Os editais das Assembleias de Freguesia não sejam divulgados atempadamente, as atas das mesmas não estejam disponíveis para consulta online e muitas outras informações permaneçam omissas. Este é um assunto que leva muitos municípios a pensar que as Assembleias são secretas e a perguntar: as Juntas de Freguesia estão a esconder alguma coisa? Termino, deixando este pequeno apelo a todos os órgãos locais, não esperem que os municípios confiem em vós se não forem transparentes com todos eles. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Olímpio Costa**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Em 28 de dezembro de 2017, entre outras coisas, disse: considerando que a toponímia assume uma dupla importância, pois para além do seu significado, como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis rústicos e urbanos, é também uma área onde o poder local pode e deve intervir tendo em conta aspetos de ordem cultural e histórica. Considerando que a toponímia para além de todos os seus objetivos da organização do espaço, pode e deve ser utilizada para conservar a memória das pessoas, acontecimentos e valores.

Tem também uma função pedagógica. Considerando que a atribuição do nome de pessoa na toponímia deve obedecer a critérios de rigor, coerência, e isenção, pois é a única maneira de respeitar a memória das populações. Proponho que: a Assembleia Municipal diligencie esforços no sentido de submeter a aprovação deste órgão deliberativo o nome de Maria Julieta Guimarães Gândara, para constar na toponímia da freguesia de Oliveira de Azeméis. Maria Julieta Guimarães Ganda nasceu na Rua Bento Carqueja, no dia 16/09/1917, conforme consta no seu assento de nascimento. Filha de Mário Pereira Gândara e Aurora Rocha Guimarães Gandra, ambos naturais da freguesia de Oliveira de Azeméis. Prisioneira de consciência. Em deliberação da Amnistia Internacional de 1964, concessão de uma pensão, tendo em consideração o mérito excepcional da contribuição dada à defesa da liberdade e da democracia, conforme consta no Diário da República, despacho de 97. E atribuição da Ordem da Liberdade, no segundo mandato do Presidente da República Jorge Sampaio, atribuição que a mesma rejeitou. Na altura, entreguei à Assembleia Municipal uma síntese biográfica de Maria Julieta com trinta e sete páginas. E em 6/12/2021, entre outras coisas, também disse: Camilo Mortágua, foi um cidadão do mundo, preocupado com o estado social e político de um país assolado por um regime que não respeitava as liberdades, um país de muitos analfabetos, com taxa de elevada mortalidade infantil e de muita pobreza. Este cenário, foi para Camilo o clique para uma vida de entrega a uma utopia que se resumia a uma liberdade de ser livre. A primeira utopia, chamava-se a liberdade. Outras utopias viveram e ainda vivem no seu imaginário. O progresso e a paz entre os homens e a possibilidade de toda a humanidade se alimentar do produto do seu trabalho, o direito ao trabalho para todos, é e será a maior utopia da humanidade. Cada utopia que deixa de o ser por estar realizada é uma nova etapa vencida na história da evolução da humanidade. Todavia, cada utopia realizada necessita sempre de ser defendida, necessita de uma atenção constante e continuada, pois existe sempre o perigo de uma reversão. Citando Fernando Birri “A utopia está no horizonte, aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, já mais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de continuar a caminhar.” Camilo Tavares Mortágua, cidadão oliveirense e do mundo, nascido no Lugar de Lodas, na freguesia de Ul, em 29/1/1934, foi-lhe atribuída em 10/6/2005 a condecoração de grande oficial da Ordem da Liberdade pelo Presidente da República Doutor Jorge Sampaio. Oliveira de Azeméis, que tem sido um concelho muito avaro em homenagear os seus filhos, tem aqui uma oportunidade para o fazer. Em ambas as ocasiões, fi-lo na plena convicção que a Assembleia Municipal, além de ser a casa da Democracia dos oliveirenses, é um espaço de discussão e de debate sem muro e ameias, é uma casa de perguntas e de respostas. Eu fiz as perguntas. Para completar o puzzle, faltam as respostas. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== A Assembleia Municipal realmente pensou nisso. Obrigado pela persistência, mas o assunto está entregue à Comissão de Toponímia Municipal. Portanto, isto tem que passar

por uma Comissão específica, não é propriamente uma deliberação da Assembleia Municipal. De qualquer das formas, obrigado pela persistência. Temos de ser perseverantes. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Murteira**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, membros do executivo camarário, caríssimos munícipes. Venho a esta Assembleia abordar dois temas, que julgo serem do maior interesse de todos os oliveirenses. Primeiro, gostaria de abordar o tema que me trouxe à última Assembleia Municipal, por considerar que o mesmo não deve ser esquecido. A falta de um espaço coworking no município, um espaço que possa juntar pequenas empresas e dar oportunidade a movimentos orgânicos de empreendedorismo, na busca novas oportunidades. Na sequência deste assunto, e em conversa com outros jovens que identificaram a mesma problemática, pedimos uma audiência na Câmara Municipal para apresentar um projeto. Neste projeto, juntamos um conjunto de ideias, objetivos, custos e benefícios, localização ideal e testemunhos diversa oliveirenses que consideram que este espaço seria uma mais-valia para as suas vidas. Neste documento, que pretendemos apresentar o executivo, não nos queremos sobrepor às iniciativas da Câmara Municipal, mas sim mostrar a perspetiva de potenciais utilizadores deste espaço e mostrar total disponibilidade para colaborar com o executivo para fazer este projeto avançar. O segundo ponto que me traz a esta Assembleia, vem na sequência de um debate tido e no último Conselho Municipal de Juventude, onde foram identificados vários pontos de dificuldade na vida dos jovens oliveirenses. O ponto que me pareceu mais crítico, foi a habitação. Falando de um ponto de partida completamente privilegiado, onde as minhas condições económicas me permitiram alugar uma casa no meu concelho. Vejo à minha volta a fatalidade de jovens que não conseguem juntar 10% do valor de um imóvel, mesmo com a ajuda dos pais e de familiares próximos amigos ou patronos, e dar sequência a um processo de crédito com taxas de juro elevadíssimas onde os salários não fazem frente às requeridas taxas de esforço impostas pelo Governo e do Banco de Portugal. O mercado de arrendamento em Oliveira de Azeméis é ainda mais inacessível dado o reduzido número de fogos disponíveis para aluguer e o aumento significativo do custo das rendas que se faz sentir em toda a área Metropolitana do Porto e em Portugal. Então, o que nos resta? A única saída para a maioria dos jovens é permanecer em casa de familiares até idade avançada e prever que a constituição de um projeto de vida se faça muito mais tarde do que todos desejam. Qual o papel que esperamos da Câmara Municipal? Onde se poderá posicionar o executivo para essa problemática? Que soluções prevê para este mandato? Sabendo de antemão dos projetos de habitação pública que estão no horizonte do planeamento do Executivo, quero pedir ao executivo três coisas: celeridade, na abertura de concursos públicos para execução destas obras; objetividade, para atribuição consciente de fogos a quem mais necessita, apostando em modelos de revisão periódica dos contratos de arrendamento deste tipo de habitação; sentido comunitário, que antecipe. Que

não apenas seja necessário providenciar este tipo de alternativas, mas também que trate da sua manutenção ao longo das próximas décadas. Não queremos impulsionar uma guetização de massas, mas sim a integração num projeto urbano consciente e atual. A habitação pública é um ponto de fuga para tantos jovens e famílias em municípios que começam a implementar esta medida para fazer frente à oferta privada. Beneficiamos de um quadro económico favorável a este desenvolvimento e podemos seguir exemplo de outros municípios que, usando os fundos do PRR, apostaram centenas de milhões de euros para a expansão e reabilitação do parque habitacional público. Para concluir, caros amigos e amigas, nos cinquenta anos de 25 de Abril, que não podia deixar de assinalar agora, mais do que nunca, assistimos ao aparecimento de forças extremistas que abandonarão todo e qualquer projeto social, assim que lhes seja aberto caminho governativo. O dever desta Assembleia é provar às populações que, por via de organismos democráticos, a sua vida possa ver mudanças estruturais positivas e significativas, dando esperança no sistema que deve ser de todos e para todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====*

===== Senhor Presidente da Mesa, respetivos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, imprensa. No passado dia 20/7/2023 participei numa reunião de Câmara Municipal onde abordei algumas preocupações dos fajoeses, tais como ruas que estão a criar algum perigo para quem as frequenta, nomeadamente quanto a segurança: Rua de São Martinho; Avenida Senhora da Ribeira e a Rua da Baganha. Respondeu o Senhor Presidente da Câmara que: a responsabilidade era da Câmara e que iria mandar sinalizar. Pois bem, fez nove meses, o que fez foi igual a zero, pois o parto deve estar para acontecer. Na Rua de São Martinho, para além da queda do muro que se verificou em cerca de dez metros, aparenta rutura em mais dez metros, estamos a falar de um muro com cerca de cinco metros de altura. Se cair em alguma viatura e morrer alguém por falta de sinalização, a quem devemos culpas? E acrescento, as silvas já tomaram conta da estrada em cerca de metro e meio de largura. Nas outras ruas idem, com a gravidade de recentemente ter caído um camião a um campo junto à ponte da Avenida da Senhora da Ribeira e ter provocado falta de segurança no piso, ou seja, o piso está todo partido, o terreno é de aluvião, o rio que enche as margens nessa zona, oxalá que eu me engane, não tem qualquer sinalização. Mais acima, nessa mesma rua, nada foi feito, o muro continua a cair. Nenhuma destas situações tem qualquer sinalética a mostrar o perigo. Falta de zelo e de vontade, para além do presidente da junta nada ligar a estas situações. Também não é verdade que a junta de freguesia não possa reconstruir muros pois, na Rua de São Martinho, junto ao Talho Arouquês, em tempos a Câmara delegou e atribuiu cerca de 18.000 euros, foi a junta que fez o muro e foi possível o alargamento. Na última sessão ordinária, levantei aqui o desmazelo e a aparência do estado dos passeios na entrada da Escola Secundária de Fajões, ao que o Senhor Presidente da Câmara me respondeu que era da responsabilidade do

empreiteiro. Que até percebi e entendi. No entanto, volvidos dois a três dias, o piquete da Câmara Municipal apareceu para fazer uma avaliação do que tinha sido dito e até fiquei admirado: Se era para o empreiteiro, não era para ir o piquete da câmara. No entanto, só apareceram na semana passada. E ficou bem Senhor Presidente da Câmara. Obrigado, agradeço em nome de toda a gente que lá passa, nomeadamente as crianças. Valeu a pena levantar a questão, para bem de todos os que frequentam a escola. No entanto, fica o reparo: Não houve tempo para consertar os passeios na sua extensão, cerca de 250 metros, da Rua Veiga Simão? Em alguns casos com duas ou três pedrinhas, era só colocar no sítio, ficava bem, era brio profissional de quem fez o trabalho e merecia uma apreciação positiva de quem passa. Mas melhor do que falar é ver para crer o que digo neste plenário. Ruas: Para quando o fim do martírio dos transeuntes das nossas ruas? Senhor Presidente da Câmara, sabe uma coisa? Palavras leva-as o vento. A Rua Coronel Ferreira Cunha, onde tem a rede de água instalada e saneamento a sacrificar os moradores, os que frequentam a escola, o trabalho e outras situações, é de mais. A Câmara decidiu em dezembro um pacote enorme de obra, embora para Fajões seja diminuta e insignificante. Mas até hoje, nada foi implementado em condições. O empreiteiro é a empresa Carlos Pinho SA. As pessoas continuam a rebentar pneus, direções, suspensões, a pagar IUC, enfim, a serem desprezadas. Fajões merece mais. Fossas: Senhor Presidente, Fajões está a ser contemplado com a construção da rede de saneamento e água. Muito bem. A Junta de Freguesia tem um trator que, infelizmente, está numa garagem há cerca de quatro meses à espera do pagamento de uma operação. A Câmara emprestou um trator que regressou agora à base. Noutras situações a Junta de Freguesia serviu de pronto-socorro para realizar serviço de recolha em freguesias vizinhas e proceder à descarga na rede, em Pinhão. Hoje mesmo, o que se passou para descarregar a fossa do restaurante Amigos e Intermaché? Socorreram-se de um particular, com a agravante de ser feita a descarga junto à Rua 24 de Maio, nas Lagoeirras. Então, a lei passa ao lado da freguesia? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os senhores Secretários, os caros vereadores e colegas de Executivo, senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público presente, minhas senhoras e meus senhores, oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Em relação às questões colocadas pelo munícipe, Francisco Manuel Lopes: A rede viária em Oliveira de Azeméis, apesar dos fortíssimos investimentos que têm sido feitos, apresenta evidentes sinais de degradação. Muitos deles resultam do facto de a via nunca ter tido intervenções profundas ao longo de muitos anos, temos ainda muitas vias em semipenetração. Resulta também da deterioração natural e normal das vias. Resulta também, em algumas freguesias, dos investimentos que foram feitos nas execuções das redes de água e saneamento e que trazem sempre transtornos substanciais e degradação profunda da rede viária. E apesar dos mais de 7 milhões de euros que nós

investimos neste mandato já na rede viária e dos 3.3 milhões de euros que estão previstos e que vão permitir intervencionar mais de 150 vias, muitas centenas ficaram por requalificar. Deu aqui três exemplos, mas seguramente que, sem grande esforço, conseguiríamos trazer aqui muitos outros exemplos de vias que precisam de requalificação. Concretamente: a Avenida Dona Maria I, essa vai ser intervencionada, está prevista neste plano de repavimentações de 3.3 milhões de euros. Mas as outras vias, nomeadamente a Travessa Bento Landureza terá que ser feita necessariamente por administração direta, porque não as incluímos neste pacote de vias. Mas, reconhecer que, efetivamente, temos aqui problemas graves na rede viária, não apenas na freguesia de Oliveira de Azeméis, mas um pouco em todo o território do concelho. Em relação ao troço da EN1, que está danificado, que está deteriorado, entre a rotunda dos Transportes Álvaro Figueiredo e o Zé da Curva, que é esse troço que apresenta sinais evidentes de degradação. O empreiteiro foi prontamente notificado. Contrariamente àquilo que disse, é preciso mesmo esperar. Portanto, nós solicitamos que a intervenção fosse feita com urgência. O que ele (empreiteiro) disse, é que: se a intervenção for feita, aquilo que aconteceu vai voltar a acontecer. E, portanto, é preciso mais algum tempo de compactação. Aliás, idealmente a intervenção deveria fazer-se apenas no próximo ano porque, não tem a ver com o trânsito pesado, tem a ver com um conjunto de valas de minas que existem nesse troço e também, naturalmente, o trânsito pesado contribui para o agravamento das vias. Mas também temos trânsito pesado noutras zonas da via e não apresentaram tão rápido os mesmos sinais de degradação que nós tivemos ali. Há ali efetivamente um conjunto, não só, de infraestruturas a passar, mas também de minas que têm contribuído para a degradação da via. E, portanto, o empreiteiro irá fazer a requalificação integral daquele troço, em data a acordar. Efetivamente foi-nos solicitado que esperássemos porque a intervenção que ele faria pouco tempo depois ficaria exatamente na mesma. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é minimizar os danos, evitar os transtornos que se causam às pessoas e procurar resolver atenuar pelo menos o problema. Em relação à questão da Garrafeira Oliveirense, no final da Travessa Manuel Alegria: Vamos olhar para isso. Tem toda a razão. É uma situação perigosa que poderá ser resolvida, como conforme referiu, com alguma facilidade através pinturas de pavimento e de sinalética. E, portanto, olharemos atentamente. E agradecer essa informação que deu. Uma outra questão que referiu: Que é um desabafo. E eu respeito, naturalmente, esse desabafo. - Que Oliveira de Azeméis morreu. Oliveira de Azeméis não morreu. A primeira coisa que nós temos que fazer é abandonar esse discurso. É talvez esse discurso, repetido ao longo de muitos anos, que tem contribuído para a construção de uma narrativa que não corresponde muitas vezes a verdade. Porque os centros urbanos de muitas cidades, não é só de Oliveira de Azeméis, estão a definhar. No caso concreto Oliveira de Azeméis, nós temos que criar condições de atratividade para que as pessoas se desloquem até ao centro. Portanto, as pessoas virão das freguesias ou as pessoas sairão de suas casas na cidade, para irem para onde? Essa é a questão. Vão fazer o quê? E, portanto, aquilo que é fundamental que aconteça é que, várias coisas aconteçam em simultâneo, desejavelmente que nós tivéssemos muito mais pessoas a viver na cidade. A cidade precisa de muito mais gente, precisa de ser mais densa, mais

compacto e é fundamental que exista mais gente a viver na cidade para que tenhamos asseguradas algumas dinâmicas económicas, sociais, culturais que são fundamentais para que o território se sinta povoado. Depois, é preciso criar centralidades, motivos para as pessoas saírem de casa. É preciso criar condições, não só ao nível do comércio, não só ao nível dos equipamentos de restauração, não só ao nível dos equipamentos culturais, não só a nível de espaço, de relação que é necessário fazer. E nós estamos a trabalhar para isso. E o Parque Urbano é uma resposta. A Praça Maior será outra resposta. O Mercado Municipal, o Centro Coordenador de Transportes refuncionalizado será outra resposta. A futura requalificação da Garagem Justino e a sua transformação numa oficina de artes serão um conjunto de apontamentos fundamentais para que se possam criar as dinâmicas que atraem pessoas para o nosso território. E teremos que o fazer, também, em cooperação com os investidores privados. E nós temos, neste momento, um conjunto de investimentos privados que vão acontecer na cidade que são indutores dessas dinâmicas. Aliás, acabou por referir o exemplo de Vale de Cambra. E o que Vale de Cambra fez há uns anos atrás foi precisamente isso, com os investimentos que fez no centro urbano, com água e com outros investimentos que fez, e, até se quiser, com a requalificação das instalações da Câmara Municipal que as manteve e a concentração da nova Câmara Municipal no novo edifício nas instalações da Lacto Ibérica/Lusa, foi isso que fez. Foi procurar concentrar as dinâmicas no centro urbano da cidade, evitando que a dispersão das respostas levasse a que as pessoas também se dispersassem. É isso que nós temos que fazer em Oliveira de Azeméis. Temos que procurar que a cidade tenha esse tipo de argumentos, que a cidade seja suficientemente atrativa para que as pessoas das freguesias sintam necessidade de deslocar ao centro da cidade para desfrutarem de determinadas respostas. Também, naturalmente, os forasteiros, não queremos viver apenas com os nossos. E depois, naturalmente, a acompanhar isto dinâmicas económicas, sociais, culturais que são fundamentais para que a cidade seja viva, para que a cidade seja interativa. Esse trabalho, está a ser feito, é um trabalho que demora tempo. Eu dou-lhe apenas um exemplo, que é um exemplo paradigmático daquilo que é importante fazer: Nós, nunca tivemos verdadeiramente um plano de urbanização para a cidade a ser implementado, nunca tivemos um plano de mobilidade urbana sustentável para a cidade que desse orientações em relação aos fluxos tráfegos, nunca tivemos um PDM que fosse verdadeiramente um elemento, um instrumento de ordenamento do território. Portanto, há aqui muitas dimensões que estão a ser trabalhadas em simultâneo, para que a cidade possa começar a ter dinâmicas completamente diferentes daquelas que nós temos. Mas, isso não significa que eu concordo que a cidade está morta. Acho que a cidade poderá estar algo moribunda, algo entorpecida, mas, seguramente, padece de males que outras cidades têm. Mas, conforme se costuma dizer, com o mal dos outros vivemos nós bem. Mas, o que é um facto é que, reconheço que é preciso fazer caminho nesse domínio. Em relação a intervenção do senhor Vitorino Coelho, os aparelhos de ginástica no Parque de La-Salette: Nós temos prevista a instalação de novos equipamentos no Parque de La-Salette. Aliás, não só no parque de La-Salette, mas num conjunto de pontos na cidade. E também estão a ser trabalhados alguns pontos no concelho, para que este tipo de equipamentos

seja uma realidade no conjunto das freguesias e não apenas no espaço cidade, porque os municípios, enfim, de uma maneira transversal, têm direito a ter acesso a este tipo de equipamentos. Em relação aos que estão em mau estado: Eu vou pedir para fazer essa avaliação. E, caso seja possível recuperá-los? Muito bem. Se não for possível recuperá-los? Os novos que vão ser instalados, precisamente no Parque de La-Salette, suprirão esta lacuna. Em relação ao site das juntas de freguesia e à atualização: Não tenho rigorosamente nada a dizer. Como sabe, as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais não são secretas, são públicas. Aliás, são transmitidas e são visionadas pelas pessoas. Aquilo que nós queremos é que elas sejam efetivamente um espaço de discussão e um espaço de reflexão. E, portanto, o convite é que os oliveirenses participem nas Assembleias de Freguesia, nas nossas freguesias, e também na nossa Assembleia Municipal. Em relação à intervenção do senhor Olímpio Costa: Colocou as perguntas. A Assembleia Municipal terá que, necessariamente, dar as respostas. Acho que os dois nomes que apontou são de duas figuras ilustres do nosso concelho. A Dra. Maria Julieta Guimarães Gandra foi uma ilustre médica, foi uma lutadora antifascista, portanto, uma mulher absolutamente extraordinária. E o Camilo Mortágua foi um homem absolutamente extraordinário. Portanto, têm em comum esta sua faceta de luta antifascista. E, portanto, faz todo o sentido que a Comissão de Toponímia olhe para estes dois casos e avalie em função dos critérios que têm, enfim, a meritocracia de se atribuírem topónimos a estas duas figuras ilustres de Oliveira de Azeméis. Em relação à intervenção do António Murteira: esse espaço de coworking no município, está a ser criado, vai arrançar numa parceria que nós temos e que estamos a trabalhar com a ADRITEM. Portanto, esse espaço coworking passará a funcionar no Business Center. É evidente que é importante que nós consigamos polvilhar o concelho com mais estruturas, seja para Azeméis Tech Hub, seja para as Azeméis Innovation Hub, seja para o que for. O que importa que nós temos capacidade atrair Startups, tenhamos possibilidades de as incubar no nosso território e de as pôr a produzir riqueza no nosso território. Estou completamente disponível para ouvir a vossa proposta. Acho que o facto de nós estarmos a trabalhar já esta dimensão de algum tempo a esta parte, não significa que nós não possamos complementar aquilo que é o trabalho que nós fazemos com aquilo que é a vossa visão e procurarmos, inclusive, encontrar outras soluções. Porque efetivamente nós temos muitos equipamentos abandonados. Abandonados, mas com uma missão relativamente débil que poderiam ser utilizados para criar este tipo de dinâmicas e ajudariam também a criar as dinâmicas que estimado Francisco Manuel aqui referiu no centro da cidade. E, portanto, era muito importante. O Business Center, não terá essa dimensão. Mas alguns edifícios que nós temos no centro da cidade, transformados em espaços de incubação e espaços de coworking, seguramente poderiam cumprir essa função. Em relação à habitação: é um problema do país e é um problema da Europa. E é um problema grave. É talvez um dos maiores desígnios que nós temos para resolver no país. É evidente que o problema da habitação é um problema sério. Em primeiro lugar, por falta, por escassez de habitação. Contrariamente àquilo que nós pensamos, tem havido um decréscimo absoluto de construção de habitação, nos últimos vinte anos, quando comparamos com períodos homólogos. E, portanto, é preciso recuperar e

construir muito mais habitação. Está identificado o número de fogos que são necessários. E é preciso fazê-lo. É evidente que, construir, só por si, não resolve o problema. É preciso também termos melhores empregos, melhores salários. É preciso também termos melhor fiscalidade. Se calhar é preciso também termos mais facilidade no acesso ao financiamento. Se calhar termos mais habitação a custos acessíveis, a custos controlados, para que esta dificuldade no acesso à habitação deixe de ser um problema tão sério, não apenas para os jovens, mas também para as famílias de uma maneira geral. O que é que a Câmara está a fazer? A primeira preocupação da Câmara, também reconheço que é a primeira preocupação do país, é olhar para as pessoas que estão em condições de grande fragilidade, que neste momento estão a viver em habitações insalubres, em sobrelotação, em habitações indignas. E, portanto, este programa, esta Estratégia Local de Habitação ou a Estratégia Nacional de Habitação que foi depois transformada em estratégias locais, pretende que através do 1º Direito se dê a tal resposta para as 26.000 casas que são necessárias construir no país. O município de Oliveira de Azeméis lançou concurso para a reabilitação de quarenta fogos de habitação social, que são os fogos que não reabilitou ainda. Os outros dois blocos, estão integralmente reabilitados, foram reabilitados em 2019. E está neste momento à espera, tem o projeto construção pronto e está à espera que o IHRU, portanto, estamos à espera que seja aprovada a nossa candidatura ao 1º Direito, não estamos à espera apenas dessa aprovação, essa aprovação é fundamental sob o ponto de vista de financiamento. Nós vamos lançar o procedimento concursal, independentemente de termos a candidatura aprovada ou não. É evidente que se tivéssemos a candidatura aprovada tínhamos um conforto, não exclusivamente às questões de natureza financeira, mas, sobretudo, em relação ao cumprimento das exigências que o 1º Direito tem em relação à construção desta habitação social, digamos assim. Portanto, estamos à espera, desde março, que o IHRU nos diga se valida o contrato que pretendemos estabelecer. É evidente que nós temos problemas sérios, não só ao nível da guetização, mas também ao nível da gentrificação dos territórios. E, portanto, aquilo que nós teríamos necessariamente que fazer no concelho de Oliveira de Azeméis, é procurar ter uma estratégia municipal para a construção de habitação de custos controlados e de habitação acessível. Nós temos algumas bolsas de terrenos que são propriedade da Câmara Municipal. Não queríamos, obviamente, que se gentrificasse nem que guetizasse as pessoas. Queríamos que estas respostas estivessem disseminadas pelo território concelhio, nós temos os terrenos concentrados na cidade em grande parte, e, portanto, não queríamos que as pessoas fossem obrigadas a vir viver para a cidade, para terem a possibilidade de aceder a uma habitação, queríamos ter capacidade para dar essa resposta no conjunto das freguesias. Mas o caminho terá que ser necessariamente esse, não temos nenhuma dúvida sobre isso, temos que avançar para isso. Para nós a questão que se coloca, aqui sim, é uma questão capacidade financeira. Porque quando estamos a falar da construção de cinquenta habitações. Estou a falar de habitações a custos controlados. Estou a falar de um investimento de cerca de 7.5 milhões de euros e com alguma facilidade poderá chegar, com os arranjos envolventes, a 10 milhões de euros. Estamos a falar da necessidade de fazer um investimento que é substancial e que, se calhar, terá que ser feito a par de outros

investimentos que são igualmente importantes como este já aqui referido da rede de água e saneamento, que é absolutamente básico e estruturante para o território e também para a competitividade que nós queremos trazer para o nosso para o nosso concelho. Inteiramente de acordo. É necessário fazer muito mais do que aquilo que tem sido feito no país, para resolver o problema da habitação. Em relação às intervenções do Senhor Jorge Paiva: Algumas destas ruas vão ser intervencionadas. É evidente que, fazer afirmações de que são investimentos diminutos e insignificante. Estamos a falar de mais de 300.000,00€ que vão ser investidos em requalificações de vias, só na Freguesia de Fajões. E, portanto, é absolutamente errado e inadequado dizer que são investimentos diminutos e insignificantes. Como é inadequado e errado, nós não percebermos que acabamos de investir 4.6 milhões de euros na Freguesia de Fajões para a criação da rede de água e saneamento (3.6 milhões de euros na rede de saneamento e 1 milhão de euros na rede de água). Portanto, dar esta nota de que está estamos a investir na Freguesia de Fajões. É evidente que, muitas das vias que estão a ser intervencionadas, estão em mau estado. Vamos procurar recuperar uma boa parte dessas vias. Vamos procurar fazer um investimento continuado, para que as condições de transitabilidade na Freguesia de Fajões sejam as melhores possíveis. Esse muro da Rua de São Martinho, a não ser que ele tenha afundado, enfim, eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que ele tem cinco metros de profundidade, eventualmente, poderá ter acontecido algum fenómeno que tenha levado a que ele tenha afundado nos últimos tempos. O que é que acontece? Acontece que esse muro faz parte de um pacote de muros que foi lançado a concurso. Temos, neste momento, um concorrente vencedor. Está a ser seguido processo burocrático que vai permitir a intervenção nesses muros, mas também alguns muros em Carregosa que também o ruíram e muros de outras freguesias do concelho. Entretanto, já ruíram mais. E, portanto, teremos que ter também esse trabalho a ser feito de forma contínua. Os passeios na Escola de Fajões: foram requalificados nas entradas e também na traseira, julgo eu. A Rua Professor Veiga Simão não foi intervencionada, mas está prevista a intervencionar. A rua apresenta ao longo de toda a sua extensão muitas fragilidades. Não são duas ou três pedrinhas. Quando nós não somos rigorosos dizemos esse tipo de coisas: são duas, ou três pedrinhas. Se for à rua, percebe que não são duas ou três pedrinhas. O passeio está mesmo muito afetado e precisa de uma requalificação profunda, assim como a rua principal, em frente à padaria, também temos o passeio em muito mau estado e, de uma maneira geral, os passeios precisam todos eles de atenção e de uma intervenção. Por isso é que também estamos a fazer um grande passeio na Freguesia de Fajões, um passeio que vai criar condições de segurança numa avenida fundamental em Fajões. E estamos também a fazer uma estrada com todas as condições na zona da Igreja, na zona do cemitério. Está neste momento em obra. O fim do martírio das ruas em Fajões acontecerá quando nós tivermos capacidade para fazer este plano de intervenções que está previsto. Mas, termino dizendo, o plano de intervenções na rede viária ou a melhoria das condições rodoviárias das nossas estradas é um processo permanente, portanto, teremos que andar continuamente a fazer este investimento. Exige recursos financeiros substanciais. Estamos a procurar alocar esses recursos financeiros substanciais. Estamos a procurar,

sobretudo, recuperar a rede, para que depois seja mais fácil o exercício de manutenção. Mas é evidente que isso demora tempo. E é esse tempo que vos estamos a pedir. Pedindo desculpa, fazemos sempre isso, pelos transtornos que causamos às pessoas, pelos danos que causamos nas viaturas e pelos nervos que causamos às pessoas, porque atrasamos as pessoas, criamos dificuldades às pessoas, temos pó em casa das pessoas, depois, quando não temos pó, temos lama. Sabemos bem e percebemos bem os transtornos que isto causa. E pedimos desculpa às pessoas. Mas, estamos a trabalhar para procurar que a nossa rede viária seja uma rede digna, apesar de ela ser efetivamente, pela sua extensão e pelo seu nível de degradação, um enorme desafio. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====*

===== Senhor Presidente, agradeço a sua resposta. No entanto, quanto aos muros, independentemente de ter um pacote grande de obra para fazer em várias freguesias, o mínimo que se recomenda é sinalizar, meter ter umas fitas. Portanto, eu acho que isso é esclarecedor, não é preciso estar aqui a criar dúvidas. É o mínimo. Mandar lá um cantoneiro. Ou então dê-me a fita que vou lá eu e faço. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Apenas dar o esclarecimento. Obviamente que, essa informação dos problemas nos muros, não estão sinalizados. Vamos sinalizar. Mas, como sabe, já estiveram sinalizados. Eu já estive no local várias vezes, eu tenho esse hábito terrível de me deslocar pelo território, que é um hábito bom, um hábito feliz e a Rua de São Martinho já esteve sinalizada, entretanto, a sinalização desapareceu, foi reforçada e hoje não está lá outra vez. Portanto, vamos voltar a repor a sinalização. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, público, pelas vossas intervenções. Prova que valeu a pena o esforço que foi feito para que existisse um Período do Público no início das Assembleias. Alguns ultrapassaram um bocadinho o tempo que lhes estava destinado. Aproveito para saudar, agora com mais entusiasmo, os Membros da Assembleia. Reconheço o esforço que todos fazem, porque uma Assembleia Municipal às 5 horas da tarde, num dia de semana, é um esforço grande que todos têm que fazer. Agradeço-vos, de coração. Queria aproveitar este momento para, muito sinceramente, agradecer aos Grupos Municipais todo o empenho que tiveram na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril. Foi gratificante. Estão de parabéns os Grupos Municipais, a Câmara Municipal pelo empenho que teve, mas

queria também agradecer muito, muito, muito, aos Colaboradores da Autarquia, aos Agrupamentos de Escolas, às Escolas que se envolveram entusiasticamente com este projeto. Foi gratificante, tudo aquilo que aconteceu. O público foi excepcional. Ultrapassou largamente as nossas expectativas. Valeu a pena. A Assembleia Municipal e o público de Oliveira de Azeméis, toda a gente que tem o 25 de Abril no coração se sentiu realmente representado com dignidade naquela Sessão Solene Comemorativa. =====

*===== Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou o seguinte voto de Pesar: “**Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Alves Paiva.** “Manuel Alves de Paiva faleceu no dia 21 de abril de 2024. Nascido na freguesia de Carregosa, em 12 de agosto de 1922, o Professor Manuel Paiva, como respeitosa e carinhosamente todos o conhecíamos, dedicou-se até ao limite da sua vida centenária às Comunidades - Escola, Paróquias e Instituições - que souberam acolher, valorizar e reconhecer o vigor da sua energia, o seu espírito livre, ousado e criador. Como pároco, professor, escritor, animador cultural e dirigente associativo, o professor Manuel Paiva, dotado de coragem, determinação e sabedoria, arriscou e atreveu-se a superar preconceitos, normas e padrões que lhe granjearam elevada estima consideração e respeito de todos aqueles que, com ele, tiveram a felicidade, o privilégio e a honra de se cruzarem nas suas vidas. A sua mais recente intervenção escrita sobre o “Valor da Liberdade antes e depois do 25 de Abril” revela uma personalidade serena delicada e pacífica, mas intransigente e firme contra a injustiça, a mentira e a prepotência, concluindo: Saibamos preservar a nossa preciosa liberdade... Honremos o que tanto nos doeu a conquistar. Assim, em profundo reconhecimento pelo seu intenso serviço de cidadania, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em 30 de abril de 2024, associa-se à família e imensidão de amigos, manifestando o seu pesar e consternação pelo falecimento do Professor Manuel Alves de Paiva, homem exemplar, livre, afável generoso e solidário, referência da Comunidade Oliveirense.” =====*

===== Colocado à admissão e votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

*===== Em homenagem ao professor Paiva e ao 25 de Abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao senhor Primeiro Secretário - **Manuel José** para ler as últimas palavras escritas pelo professor Paiva no jornal Correio de Azeméis. =====*

===== «O valor da liberdade. O valor da liberdade antes e depois do 25 de Abril: Quem não viveu e sentiu os tempos nos quais a liberdade de expressão, as nossas atitudes e os nossos comportamentos não podiam ser os mesmos dos tempos atuais, pode não valorizar, o suficiente, o valor da conquista que representa o 25 de abril de 1974. Vejamos então um dos episódios

que me aconteceu e que conto na primeira pessoa. Um dia fui incomodado pela P.I.D.E. Era eu padre na freguesia de Milheirós de Poiares. Apareceram-me 2 ou 3 corpulentos homens que traziam consigo um pequeno papelito vermelho que alguém lhes tinha feito chegar e questionaram-me sobre o significado daquela cor. Expliquei-lhes que estávamos a desenvolver várias atividades que tinham como finalidade a angariação de fundos para as obras de restauro da igreja e que numa dessas atividades tínhamos usado papéis de todas as cores, com mensagens de incentivo à ajuda e à doação do que cada um pudesse e entendesse dar. A cor não tinha significado algum, pois os papeizitos apresentados eram as sobras de vários papéis, de várias cores, utilizados noutras atividades paroquiais, pela tipografia que os imprimiu. Perguntei-lhes se tinha sido claro na minha explicação, ao que um deles “roncou” assim: «Só nós é que podemos fazer perguntas ..., o senhor apenas nos tem que ouvir...». Perante esta situação, já me encontrava “em ebulição”, tipo panela de água a ferver, de tanta indignação..., mas contive-me e “engoli em seco”. Quiseram ir ao adro da igreja à procura de mais papéis. Logo que apareceu um amarelo, e outros de outras cores, sarcasticamente perguntei-lhes qual era agora o significado de tantas cores. Ficaram irritados, mas desarmeí-os lembrando-lhes que agora estávamos em terreno sob minha inteira jurisdição (o adro da igreja) e que, por esse motivo, só eu podia falar. Eles só tinham que retirar-se. Houve uma troca azeda de palavras, mas foram-se embora dizendo que nunca alguém lhes tinha falado tão atrevidamente como eu. Fiquei-me a rir. Mais tarde voltaram para pedir desculpa, agora no posto da G.N.R. de S. João da Madeira, depois de um interrogatório azedo e áspero, mas eu respondi-lhes que só aceitava as desculpas por escrito, de modo a poder partilha-lhas com o povo que havia assistido ao “inquérito” que me tinham dirigido de forma autoritária, agressiva e extremamente indelicada. Concordaram..., mas nunca mais apareceram...ainda hoje aguardo este pedido de desculpas. Fui sempre um homem pacífico, mas não aceitava que me quisessem calcar nem que prejudicassem o meu trabalho pastoral que nunca se norteou por questões políticas, mas antes procurou sempre o serviço desinteressado, com dinamismo e todo o entusiasmo que sempre me caracterizou nas minhas funções. Outros episódios aconteceram. Começou o 25 de Abril, começou a mudança. É bom que tenhamos consciência do quanto nos custou a liberdade. Hoje, jamais saberíamos viver sob a espada do autoritarismo e da prepotência. Quem aceitaria hoje, que o Estado nos viesse perguntar o porquê da escolha da cor de um determinado papel, ou outro material, para as nossas atividades profissionais e/ou pessoais? Quem aceitaria hoje, que nos dissessem que só podemos ouvir e jamais falar? Saibamos preservar a nossa preciosa liberdade. Com afínco e inteligência. Não permitamos retrocessos civilizacionais. Honremos o que tanto nos doeu a conquistar.» =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Ribeiro, Helga Correia, João Castro, António João, José Queirós, Daniela Silva e António Ilídio. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS.=====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, caros oliveirenses. Retomo nesta intervenção o mesmo tema com que abrimos as intervenções do público, por forma a aprofundar este assunto tão importante e acrescentar mais algumas questões. O Município de Oliveira de Azeméis é servido por uma rede viária com mais de 700km de extensão, que desde a cidade, percorre as várias freguesias e nos interliga com os municípios vizinhos. Uma rede com esta dimensão obriga a um esforço significativo quer de manutenção, quer de requalificação e modernização, seja pela alteração de pisos em semipenetração para tapete, seja por exemplo, a criação de passeios e ordenamento da via. Ao longo de muitos anos, a falta de manutenção e o desinvestimento levou ao desgaste e ao estado em que se encontram a maior parte das nossas vias. Um estado deplorável, agravado a cada Inverno e justificado apenas por isto, desgaste e falta de manutenção. Nos últimos anos tem este executivo procurado alterar este paradigma, através de fortes investimentos de manutenção e requalificação, quer por concurso, quer por administração direta, com um planeamento de intervenções nunca antes feito. Auscultando as juntas de freguesia e articulando essas intervenções com outras que possam afetar as mesmas vias identificadas para intervenção, procurou-se intervir de forma a garantir que no final a via fique totalmente requalificada e o mais importante, com todas as redes construídas. Falo claro, das redes de água e saneamento. Neste ponto tenho de recordar duas promessas deste executivo e que têm um impacto direto na rede viária: a reabilitação e transformação da antiga Nacional 1 em avenida, desde Cucujães até Travanca, e a mais impactante, o aumento das redes de água e saneamento. Cumprida já em parte uma dessas promessas, a reabilitação da antiga nacional 1 resolveu um problema que devia ter sido tratado aquando da sua municipalização. As verbas que o município recebeu na altura para esse efeito, não foram aplicadas onde deviam, cabendo agora a este executivo essa tarefa, num exemplo claro do que se pretende em termos de reabilitação de rede viária. Aguardamos agora por mais uma empreitada em direção a Travanca e pela modernização e pedonização desta via, bem como dos espaços adjacentes. Em relação às redes de água e saneamento, os Oliveirenses já perceberam o impacto que estas obras têm na rede viária e nas suas vidas. Se por um lado são extremamente necessárias para o bem da saúde pública, por outro têm um impacto substancial no dia-a-dia de cada um que circula nas nossas estradas. Obras que podiam ter sido feitas mais espaçadamente, ao longo de mais tempo e aproveitando os fundos existentes para o efeito e que poderiam por exemplo, ter evitado termos na mesma freguesia três empreitadas simultâneas, com os transtornos que estas causaram, agravadas por um

Inverno rigoroso. Os Oliveirenses já perceberam e compreendem que este é um incómodo necessário, para um bem maior. Já perceberam também os esforços do Município para em articulação com os empreiteiros, tentar minimizar estes impactos, no entanto, nem sempre foi possível ou nem sempre houve condições para tal. Tivemos empreitadas que se arrastaram tempo demais e que apresentam já alguns problemas, nomeadamente com os abatimentos. Falo concretamente de Madail, mas podia falar também de Fajões. Empreitadas que dotaram estes locais de coberturas quase totais de água e saneamento, mas que esventraram por completo a freguesia, deixando a rede viária completamente remendada e com vários problemas que urge exigir pela sua reparação. Sr. Presidente, percebemos que estamos já na fase seguinte da resolução do problema em algumas destas vias. O município lançou um concurso para pavimentação de mais de 60km de rede viária. Temos noção que este concurso não irá resolver todos os problemas da rede, mas reconhecemos o esforço significativo e provavelmente ímpar que vai ser feito para minorar este problema. Precisamos é de mais seis ou sete concursos semelhantes, isto só para termos uma noção do esforço financeiro necessário. A última informação que temos, foi que este concurso em concreto, estaria para visto do tribunal de contas. Pergunto-lhe então: - Qual o ponto de situação deste concurso e de outros que tenham sido lançados? - Qual o ponto de situação da empreitada da ENI em direção a Travanca? - Que outras intervenções estão previstas e qual a sua calendarização? - Quais as diligências que estão a ser feitas junto dos empreiteiros, para garantir a reposição dos abatimentos ou reparação dos problemas que vão surgindo após as obras das redes de água e saneamento? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, restante equipa de Vereação, Senhores Deputados, oliveirenses, comunicação social. Senhor Presidente, eu trago aqui novamente a questão dos transportes e da mobilidade aqui no concelho de Oliveira de Azeméis. Como todos sabemos, o arranque da rede UNIR no nosso Município, neste caso nos municípios da Área Metropolitana do Porto iniciou-se envolta numa expectativa criada na opinião pública que rapidamente desmoronou como um baralho de cartas, assim que a operadora do lote 5 iniciou a sua atividade no território de Oliveira de Azeméis. Aquilo que era expectável como sendo uma revolução ao nível da mobilidade e dos transportes na vida dos oliveirenses, tornou-se num pesadelo, uma desilusão, um conjunto de reclamações, um descontentamento da população. Como todos nós sabemos, apesar de 4 meses depois ter sido publicada ou terem sido divulgados os horários, continua o desconhecimento e, também, a desorientação da população a esse nível. Os problemas de mobilidade, penso que o Senhor Presidente tem conhecimento, relativamente às Freguesias, ao centro do concelho de Oliveira de Azeméis, continuam a ter alguns problemas. Todos sabemos, e esta questão já foi abordada por mim na última Assembleia Municipal, que

esta responsabilidade não é do Município. Tivemos azar no operador que nos calhou? Essa é uma pergunta que sempre fizemos e, sim, tivemos. Os oliveirenses perceberam da pior forma que o sistema não está a funcionar. Sofreram todos estes constrangimentos e implicações com este incumprimento por parte do operador que lhes causa diariamente, no seu dia-a-dia, aos pais, aos alunos. Na última Assembleia tivemos muitos pais e alunos aqui a fazer essa reclamação. Sabemos concretamente o que se está a passar no lote 5. Mas seria importante, Senhor Presidente, perceber que medidas estão a ser diligenciadas junto da Área Metropolitana, que é quem tem esta responsabilidade? Tendo em conta que existe um incumprimento contratual por parte deste operador. Não deixa de ser bizarro que os utilizadores da linha tenham tido conhecimento dos horários 4 meses depois do arranque da operação. Bem sabemos que a rede UNIR é uma operação de grande envergadura, não depende apenas do nosso Município. Contudo, são os cidadãos, são os oliveirenses que estão ou que têm estado a sofrer na pele com este incumprimento. Como todos nós sabemos, nestes contratos, existem direitos e existem obrigações de ambas as partes. Neste caso perceber, relativamente a este incumprimento, o que é que realmente está a ser feito? Houve nota na comunicação social que algumas das autarquias que fazem parte do lote 5, no qual está incluída Oliveira de Azeméis, demonstraram haver a possibilidade de avançar a nível jurídico com uma ação relativamente a esta matéria. Portanto, perceber, o que é que está a ser feito? Se há realmente ou se vão partir para a parte jurídica, relativamente à questão do operador? O que é que está a ser feito pela Área Metropolitana, no sentido de evitarmos que estes constrangimentos, que todos nós sabemos, aconteçam neste lote 5? Porque, se nós formos ver, aquilo que se está a passar noutros lotes em que tudo está a correr bem estão a aumentar linhas, quando nós sabemos que aqui, em Oliveira de Azeméis e no lote 5, está tudo a correr da forma que está. Era essa a minha a minha questão. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Castro**, do PS. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Amaro Simões. Venho usar da palavra para chamar a atenção do Executivo para uma questão de extrema relevância que afeta diretamente a nossa comunidade: as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), em particular aquela localizada em Santiago de Riba-Ul. É do conhecimento geral que duas das ETAR na nossa região estão a enfrentar problemas sérios que requerem uma intervenção urgente. Estão há muitos anos sem intervenção de fundo e há mais de uma década que estão obsoletas. Com o fim da temporada de chuvas a aproximar-se, os desafios associados a estas estruturas tornam-se ainda mais evidentes e preocupantes, sobretudo considerando o impacto significativo que têm na maior União de Freguesias do nosso concelho. A este facto acresce outro relevante: o investimento na rede de água e saneamento aumenta necessariamente o caudal a tratar e leva a uma maior pressão sobre esta débil estrutura. Torna-se imperativo que continuemos a evidenciar estas

vulnerabilidades e a urgência de intervenção. Contudo, para que possamos agir de forma eficaz, é essencial compreender em que fase estamos, sabendo que esta é uma responsabilidade da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, mas que é no nosso concelho que o impacto se faz sentir. Ademais, gostaria de solicitar informações sobre que medidas estão a ser tomadas ou planeadas pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria para resolver estes problemas. É fundamental que tenhamos clareza sobre os próximos passos e total transparência no processo de resolução destas questões críticas para o bem-estar da nossa comunidade. Porque sabemos que a política ambiental é uma ação que não se circunscreve apenas a um território e afeta outros, daí a importância para uma sensibilização de uma atuação concertada que envolva outros municípios. Em jeito de conclusão, reitero a importância de darmos atenção imediata a esta questão, e a curva do tempo aumenta as fragilidades dos equipamentos, promove o desperdício e penaliza o nosso ecossistema. A saúde e o meio ambiente da nossa região dependem disso. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====*

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Amaro Simões. Ressalvando que, mantemos a posição de discordância com o investimento, vou abordar um dos investimentos, mas reconhecendo a legitimidade democrática que este Executivo tem para o levar em frente. Portanto, posto o desafio, tomadas as decisões, depois cumpre ver o andamento. Portanto, vinha questionar o Executivo do ponto de situação das obras da Garagem Justino: Como é que estamos? Ela foi adquirida em 2018, tem projeto de arquitetura, a sua adjudicação foi em 2020, em 2022 foi feita uma revisão do projeto para redução do valor em obra, estamos em 2024: - Gostaria de saber dos desenvolvimentos deste investimento municipal? Tenho também uma outra observação que tem a ver com a Estalagem de São Miguel. Após todo o histórico de diligências ocorridas desde 2021 com vista à alienação da nossa Estalagem de São Miguel, sem resultados positivos conhecidos: Está este Executivo disponível para considerar uma mudança de estratégia, relativamente a um equipamento tão importante da nossa cidade? Ou considera que devemos prolongar mais tempo a situação atual? Em decorrência das contas que hoje nos apresenta, com folgo financeiro que tem sucessivamente acumulado, peço-lhe que possamos voltar a olhar de novo para o nosso Parque de La- Salette, para a nossa Estalagem de São Miguel. Sabemos que exigirá imaginação, audácia, e algum investimento. Mas conte com a participação construtiva do PSD na procura de uma solução que resgate a dignidade daquele equipamento e que o devolva à comunidade. Disse. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós** - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta e demais deputados. Eu não era para fazer uma intervenção, mas, atendendo a que as coisas se encaminharam, eu venho aqui dizer duas coisas muito simples: Hoje, falou-se aqui em saneamento, falou-se aqui em água. E eu tenho que demonstrar aos meus eleitores, aos loureirenses que me elegeram, que de facto eu também me preocupo. Eles poderiam, eventualmente, pensar, que o Presidente da Junta de Loureiro não se manifestando publicamente aceita de bom grado aquilo que estamos a acompanhar na nossa terra. O que é que acontece na nossa terra? É claro que já foi dito várias vezes pelo município, pelo Senhor Presidente da Câmara, que Loureiro estará ainda Tanto quanto eu sei, ainda não tem projeto nenhum de saneamento, não há nenhum, pelo menos não me é dado a conhecer. E quando ouço aqui alguns dos meus homólogos falarem no problema do saneamento, no caso deles é diferente: são as valas que perturbam a comunidade. Eu, neste caso, venho aqui falar que não são as valas neste momento que me perturbam ou que perturbam a comunidade loureirense, mas é realmente a falta de saneamento. É evidente que as valas, ... A nossa rede viária também está muito destruída. E sei também que há um investimento para fazer em Loureiro na rede viária. Embora, também pudesse aqui contestar que, atendendo à dimensão e à quantidade de rede viária em Loureiro, aquilo que nos foi atribuído seria pouco. Mas não é esse o meu feitiço. Eu aguardo com ansiedade que, aquilo está previsto, venha a ser feito. Era sobretudo sobre isto: sobre o saneamento e a água. Acho que, o município está na hora de ter uma posição diferente, relativamente a Loureiro. Loureiro cresceu no seu número de habitantes. Loureiro tem uma Zona Industrial que está também em desenvolvimento. E sei também que o município pretende investir mais naquela Zona Industrial. Loureiro atrai pessoas para morarem e atrai pessoas para trabalharem em Loureiro. Nós, apesar de não termos infraestruturas básicas, continuamos a construir, temos obra nova em Loureiro, continuamos a atrair pessoas. E para que isso se continue a verificar e para também as pessoas entendam que nós os queremos na nossa terra, no que toca a Loureiro, temos de facto de fazer um esforço extra no que no que toca à rede de água e saneamento. É isso que eu venho aqui dizer.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS.* =====

===== *Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Todos os territórios partilham algumas semelhanças entre si, mas são as suas idiossincrasias que distinguem os locais uns dos outros e fazem com que cada um tenha algo que nos torna especiais e identitários. Ao escolhermos os territórios fazemo-lo pela sua oferta laboral, oferta habitacional, oferta social. No entanto, a exigência das pessoas no tempo que corre é cada vez maior. Queremos todos mais. Não nos resignamos e vamos à procura de mais e melhor. Existe uma procura por territórios que sejam mais*

modernos, mais criativos, mais inovadores, mais acessíveis, com uma maior oferta cultural. Territórios para viver, trabalhar e fundamentalmente sedimentar os nossos projetos de vida, com foco na qualidade de vida, que esses locais podem nos oferecer no presente e num futuro próximo. Nos últimos anos é visível um esforço efetivo da Câmara Municipal, na execução de projetos promotores de uma maior qualidade de vida, com foco na modernização da Cidade tornando-a mais atrativa para quem nela vive e para quem nela quer viver, mas também para gerar a centralidade e a atratividade que as Freguesias e as pessoas também procuram. Existem neste momento infraestruturas que estão a serem intervencionadas e outras que estão a ser planeadas. Claramente, que todos queremos celeridade nos processos. Mas também sabemos que os processos são demorados e que precisam de tempo para serem, pensados, executados e finalizados. É também certo, que as ações que tomamos hoje só terão impacto no futuro próximo. Estas ações, estes projetos e estas intervenções, são de extrema importância para os oliveirenses, sendo que as intervenções de requalificação de espaços são promotoras da modernidade, da inovação, criando condições de conforto sempre pensando nas pessoas e na comunidade. Sem as pessoas os edifícios são apenas espaços cinzentos sem vida e sem dinâmica. Um dos espaços intervencionados que merece a nossa constante atenção e reflexão é o TeMA. Um edifício com história vinculado à população oliveirense que durante um extenso período esteve sem condições, com dinâmicas pobres e que não gerou no concelho a dinâmica cultural que outros municípios tiveram. Nos últimos meses tivemos oportunidade de assistir a uma oferta diversa, eclética, composta por diversos espetáculos, concertos, cinema, espetáculos de dança, visitas guiadas e outras dinâmicas. Este é o desafio que queremos acompanhar. Discutiu-se muitas vezes na Assembleia a ausência de uma verdadeira casa da cultura. E depois discutiu-se também a infraestrutura. Mas o que realmente sempre quisemos discutir, foi a dinâmica cultural que ela pode gerar. Esse tempo chegou, depois de muitos anos, quando em novembro inaugurámos o TeMA. Quando dizemos que há um concelho em transformação, este é um exemplo forte dessa expressão. Um espaço vivo, atrativo e ativo, é um espaço com pessoas e para as pessoas. Os últimos espetáculos são exemplos dessa vivacidade. A última sessão de cinema, é um exemplo: a sessão estava praticamente esgotada. Já o concerto da Academia de Música, é outro exemplo, que para além de ter esgotado a bilheteira teve pessoas à espera para assistirem ao concerto. Isto são provas da atratividade do espaço que começa a alcançar e da vontade das pessoas de consumirem cultura. Sempre dissemos: que criando as condições teríamos todo potencial para ter um Concelho muito melhor. É visível que a programação cultural está a fazer o seu caminho e que ainda existem várias questões que precisam de ser intervencionadas, para que a cultura continue a crescer no nosso Município. Também é visível que a aposta que a Autarquia está a fazer nesta fase inicial, na redução de valor da bilheteira, é importante na promoção cultural e na inclusão social. Importa isto: acompanharmos este início, não apenas para discutir empreitadas de obras ou revisões de preço. Aproveitando o slogan, “Este TeMA não se esgota aqui.” Queremos, por isso, deixar algumas questões: Qual é o balanço destes meses iniciais? Quais as taxas de participação e que necessidades de melhoria são identificadas no espaço? A

programação cultural manterá as mesmas linhas condutoras, nos próximos meses? Como está a decorrer o projeto a “Cultura Oliveirense em Dia”? E de que forma estes contributos são importantes para a estratégia cultural? Como se encontra o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, no ano em que comemoramos o quinquagésimo aniversário da morte escritor? A cultura, através dos nossos recursos endógenos, cria uma maior ligação com o território, mas cria também uma maior ligação entre as pessoas, promovendo a inclusão social e alavancando a economia local. Nos próximos meses vão decorrer diversas atividades culturais, sendo que algumas delas já contam com várias edições. Como William Shakespeare escreveu: “somos do tecido de que são feitos os sonhos.” Através da cultura e da arte, é possível intuirmos este tecido, este elemento, essa essência que nos identifica como comunidade oliveirense. Para isso é fundamental um quadro cultural forte, atrativo, pensado pelas pessoas e para as pessoas. ==

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Ilídio**, do PSD.=====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, Presidentes de Junta, funcionários autárquicos comunicação social. Caros oliveirenses, quinta-feira passada, comemorámos o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, amanhã é dia de 1º de Maio. Sem o 25 de Abril, não haveriam as comemorações do 1º de Maio. Sim, foi essa democracia e essa liberdade instalada que permitiu que todos se possam expressar livremente e hoje, pelo voto livre do povo, possamos aqui estar reunidos nesta Assembleia. É essa democracia que promove a igualdade, a pluralidade, a transparência e a garantia da participação de todos os cidadãos na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, igualitária e solidária. A liberdade é um direito universal e fundamental para todo o ser humano. A liberdade é essencial para o desenvolvimento das pessoas, nos mais diversos domínios. Ter direito à pluralidade de ideias e proteger a dignidade de todos os cidadãos numa sociedade democrática, a liberdade é o pilar primordial para garantir a diversidade cultural e o respeito pelas diferenças. No entanto, nesta liberdade em democracia, com todos os direitos e deveres que nos são exigidos, nunca poderemos esquecer e ter a consciência plena de não infringir os direitos dos outros cidadãos. A promoção de todos estes valores, já referenciados, contribuem para a consolidação das sociedades no seu dever de cidadania e no bem-estar comum para todos. Sendo assim, todos os políticos são eleitos democraticamente nas mais diversas eleições por vontade expressa das populações. O órgão máximo da democracia portuguesa é a Assembleia da República. Recentemente - e peço que deixemos os partidarismos de lado - houve novas eleições legislativas: novos deputados entraram, outros mantiveram-se, e, outros saíram. Verdadeiramente o que me levou a fazer esta intervenção é falar precisamente dos que lá estiveram. Não podemos ser ingratos e não reconhecer o valor daqueles que representaram a vontade popular da Nação e, em particular do nosso Concelho. Senhor Presidente, peço-lhe que se digne votar à consideração deste Órgão

Municipal um voto de louvor, pelos serviços prestados à Nação, aos dois deputados que cessaram recentemente as suas funções na Assembleia da República e continuam a ser Membros deste Órgão do qual tanto nos orgulhamos: refiro-me à Helga Correia e ao Bruno Aragão. Peço uma grande salva de palmas. =====

===== A Assembleia aplaudiu. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== Muito obrigado, António Ilídio, pela surpresa. Acho que, será pacífico que esta Assembleia acolha um voto de reconhecimento e louvor aos nossos deputados, Bruno Aragão e Helga Correia. =====

===== Colocado à admissão e votação o voto de reconhecimento e de louvor apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Vou tentar ser o mais breve e conciso possível. Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Ribeiro, nós temos, efetivamente, uma a rede viária com cerca de 1000 quilómetros e uma rede que tenderá naturalmente a crescer. Aquilo que importa é que, nós tenhamos aqui duas dimensões. Uma delas, é a criação de condições para que possamos, através dos meios que temos ao nosso dispor - aquilo que nós designamos por administração direta, podermos fazer um conjunto de intervenções. E depois, através de empreitadas, que obedecem a um plano de intervenção na nossa rede viária, procurarmos recuperar o estado da nossa rede viária. Nós fizemos um investimento absolutamente expressivo na compra de uma grande pavimentadora, na compra de cilindro, na compra de um conjunto de máquinas que nos permite criar a capacidade para podermos fazer essa intervenção na nossa rede viária. Estamos, desde a primeira hora, a fazer investimentos substanciais, através de concursos, através de empreitadas, também na sua requalificação. Em relação aos passeios e à intervenção que foi feita na Estrada Nacional 1 desde o Cercal até à cidade: Essa intervenção foi muito importante. Permitiu a criação de passeios, permitiu também a repavimentação de toda a via e permitiu uma coisa muito importante, que nós não esquecemos, que foi a resolução do problema do Zé da Curva. Parece uma coisa insignificante. Mas eu sou do tempo em que me recordo que várias pessoas perderam a vida naquele trajeto da Estrada Nacional 1. Felizmente, para nós, não temos tido acidentes graves. E a intervenção que se fez, por mérito de todos, muito provavelmente terá salvo muitas vidas. O projeto está pronto, vai-nos ser entregue, julgo que na próxima semana, pela equipa projetista. Ele foi concluído este mês. Previa dois lotes. Nós pedimos para agrupar em apenas

1 lote para criarmos ganhos de escala, para criarmos sinergias. O projeto final vai-nos ser entregue agora durante o mês de maio. E vamos procurar lançar a obra a concurso, se não conseguimos fazê-lo neste semestre, pelo menos tentarmos que no início do próximo semestre. A criação de passeios da cidade para sul até Travanca, conforme aqui foi dito e, também, a pavimentação de todo o troço efetivamente aconteça. Dar também nota: o concurso de pavimentações vai ser visado pelo Tribunal de Contas. Estamos à espera de poder fazê-lo. Estas coisas demoram muito tempo. Gostaríamos que elas já estivessem no terreno, mas, infelizmente, as coisas são assim. Em relação à reposição dos pisos nas valas que abateram: Aquilo que nós fazemos, embora tenhamos muita dificuldade, reconheço, em conseguir por parte dos empreiteiros disponibilidade para fazerem aquilo que está previsto contratualmente, é insistir para que as valas que abatam sejam repostas e sejam regularizadas, evitando assim causar transtornos. Em relação à intervenção da Senhor Deputada Helga Correia, os transportes UNIR. Não vale a pena falar mais sobre isto, na perspetiva dos problemas que aconteceram, interessa é pensarmos nas soluções. Efetivamente, foram publicados no dia 3 de abril novos horários que continuam a apresentar um conjunto de fragilidades. Eu não vou aqui falar sobre o lote 5. Não vou aqui falar sobre as vicissitudes que nós tivemos com o operador. Vou-lhe dizer: por iniciativa da Câmara Municipal, nós vamos ter uma reunião na próxima sexta-feira, (até pensei que era na quinta-feira, porque foi isso que eu tinha acordado com a Senhora Secretária Executiva, mas por indisponibilidade de agenda ela vai realizar-se na próxima sexta-feira às 10 horas), estarão os 5 Municípios, a Área Metropolitana do Porto, que é a entidade que tem competência em termos de matéria de transportes metropolitanos, e o operador ou a comissão de acompanhamento da operação. Vamos procurar resolver algumas das questões que ainda permanecem no território servido pela Sharebus, portanto, o território deste lote 5. Esperamos que, em resultado dessa reunião, possam sair algumas respostas para resolver definitivamente o problema e para termos finalmente esta solução ao serviço das pessoas, ao serviço integral das pessoas. O Senhor Vereador está também a reunir com as Direções dos Agrupamentos de Escolas, para procurar resolver alguns problemas que ainda subsistem nos transportes escolares exatamente também pelo mesmo motivo. Dar também nota que, em relação às obrigações do operador, elas estão previstas contratualmente, cabe à Área Metropolitana do Porto despoletar o processo de aplicação das penalizações. Eu julgo que, nesta fase, pelo menos esta é a posição do Município de Oliveira de Azeméis, não devemos intentar nenhuma ação judicial. Conheço as posições dos meus colegas que integram também este lote, nós entendemos que não faz sentido neste momento avançar com nenhuma ação judicial, até porque ela não produz resultados imediatos e nós temos que resolver o problema imediatamente. As obrigações do operador estão plasmadas no contrato, as penalizações também. E, portanto, a seu tempo, a Autoridade Metropolitana de Transportes, que é quem tem competência nesta matéria, pode aplicar as penalizações que muito bem entender. Dar também uma informação aos senhores deputados, de que a Área Metropolitana do Porto obteve o visto do Tribunal de Contas para a Constituição da Empresa Metropolitana de Transportes, que é um instrumento fundamental também para uma gestão profissional de uma rede de transportes

tão extensa e tão complexa. Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Castro, sobre as ETAR. Eu não tenho muito para dizer sobre as ETAR. Nós continuamos a trabalhar. É um problema tremendamente complexo. É um problema que a prazo, produzirá grandes implicações, não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma, quer sob o ponto de vista do tarifário com que as pessoas serão confrontadas, como também para os próprios Municípios que têm necessidade de financiar investimentos que são substanciais. Ou temos naturalmente ajuda. E, nós, neste momento, temos um Secretário de Estado do Ambiente, que é um ex-autarca da Associação de Municípios de Terras de Maria, que tem um conhecimento profundo deste dossier e tem uma particular sensibilidade, não quer dizer que outro secretário de Estado qualquer não a tivesse, mas, porque faz parte da Associação de Municípios de Santa Maria, conhece o problema desde sempre e tem uma fortíssima ligação a este setor do ciclo urbano da água. Portanto, nós solicitámos, à nova Secretária-Geral da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, que agendasse uma reunião com a Tutela porque - conforme eu disse - embora o Senhor Secretário de Estado conheça perfeitamente o problema, queremos fazer a apresentação formal à tutela do nosso problema, das nossas preocupações e da necessidade que nós temos de sermos ajudados para podermos fazer os investimentos que o projeto determina. Dizer-lhe também que: em relação à questão do tempo seco que normalmente é mais propício para a criação de odores e de insetos etc, - foram tomadas algumas medidas para mitigar esse problema. Julgo que essas medidas resolverão em grande parte esse problema. Não o sou técnico, não sou o especialista. Tive a preocupação de pressionar para que elas acontecessem. E sei que aconteceram. Em relação à intervenção do António João, sobre as obras na Garagem Justino: O projeto está completamente pronto, a revisão do projeto para ser mais correto, e a equipa de projeto está mesmo ultimá-lo para o entregar. Eu atrever-me-ia a dizer que o projeto é um projeto integralmente novo, eu atrevia-me a dizer isso, porquê? Porque há uma alteração profunda, até mesmo conceptual, se quiser, em relação àquilo que estava previsto fazer inicialmente e que apontava para valores de intervenção que, na nossa opinião, são desajustados e, em certa medida, inoportáveis. Em relação ao facto discordarem do investimento: É uma resposta que existe em muitos concelhos. Nós achamos que esta resposta, com a resposta que também aqui já foi referida do Teatro Municipal e com a estrutura que temos na Academia de Música de Oliveira de Azeméis, teremos aqui, uma zona da cidade, um quarteirão de artes que nós achamos que é absolutamente estratégico também para sinalizar junto das pessoas, junto dos consumidores de cultura, as dinâmicas que queremos para esta zona da cidade. Vamos avançar efetivamente com o investimento. O investimento é um investimento que permitirá esta dimensão, conforme vem sendo dito, esta dimensão expositiva, mas também a dimensão formativa que nós achamos que é absolutamente fundamental. Nós temos uma excelente formação desportiva, no nosso concelho, temos uma excelente formação musical, falta-nos esta formação de forma mais objetiva, mais organizada, no domínio das artes plásticas. E esperemos que este espaço seja um espaço também que permita a construção dessa resposta. Em relação à Estalagem de São Miguel: se bem se recordam, foi aqui dito por mim que, nós, até ao final do ano passado, que manteríamos nas

imobiliárias a intenção de alienar aquele património, sempre na perspectiva de que ele seria uma resposta de natureza turística. Bom, não tendo tido sucesso nessa demanda. Nós temos um desafio que vamos formalizar, junto dos diferentes partidos, para que connosco reflitam sobre uma futura solução para a Estalagem. Obviamente que não tem nada a ver com esse folgo orçamental que refere porque não há folgo orçamental rigorosamente nenhum. Não me obrigue aqui a demonstrar para onde é que rapidamente vai todo esse dinheiro. É importante perceber o que é que se quer fazer do equipamento. Porque, objetivamente, há investimentos que não faz sentido fazer, se nós quisermos direcionar o equipamento para uma determinada atividade. Portanto, terão que ser as pessoas, que pretendam, eventualmente, explorar e promover essa atividade, que farão a adequação do espaço àquilo que muito bem entenderem. Concordo em absoluto que é necessário encontrar uma resposta. Porque estamos no limite, ou seja, o equipamento já está há tempo demais sem cumprir nenhuma missão especial, nenhuma missão fundamental, até para o próprio Parque. Aliás, é por indisponibilidade minha, sinceramente, que ainda não tivemos oportunidade de convocar essa reunião. Mas ela vai acontecer muito brevemente. Todos os partidos serão convocados para connosco refletirem sobre a Estalagem de São Miguel, porque efetivamente há que considerar novas estratégias, novas respostas para aquele espaço. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta do Loureiro, José Queirós: Não precisa de se manifestar publicamente, em relação à sua preocupação. Porque sempre que está comigo fala-me no problema da rede de água e saneamento, persegue-me com o problema da rede de água e saneamento. Eu testemunho aqui a sua preocupação, em relação a esta fragilidade que a sua Freguesia apresenta. Nós reconhecemos. A Freguesia de Loureiro é a Freguesia que exige mais investimento para a criação da rede de água e saneamento. A estimativa que temos são 8 milhões de euros para saneamento e 4,5 milhões de euros para a água; são 12,50 milhões. É realmente um investimento muito expressivo. É verdade que a Freguesia de Loureiro é das poucas freguesias do concelho que tem tido capacidade para atrair e fixar pessoas. Mas Carregosa também tem tido essa capacidade e também tem necessidade da rede de água e saneamento. Eu não gosto nada, porque acho que é incorreto fazê-lo, embora tenhamos a necessidade de priorizar as coisas, como é evidente, eu não gosto nada de dizer que uma freguesia tem mais necessidade do que outra. O problema da rede de água e saneamento é um problema grave. E é um problema que tem que ser resolvido. Tomara eu, tomáramos nós, ter condições para lhe dizer aqui e agora que vamos fazer, vai acontecer, não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. Isso era o que todos nós queríamos. Não tenho sobre isso dúvida rigorosamente nenhuma. A nossa posição em relação a Loureiro, não é uma posição diferente, é exatamente a mesma posição, é a posição de nós acharmos que este problema, que é grave, tem de ser resolvido. Tivemos a preocupação de no PT2030 abdicar de verbas num conjunto de áreas, indo ao limite máximo que nos foi possível negociar com outras câmaras, para atrairmos algumas verbas, ou seja, entregámos verbas noutros domínios e recebemos verbas nessa questão da rede de água e saneamento que outras câmaras não precisavam, para nós podermos fazer o máximo possível com essas verbas, com esse apoio e também com o Orçamento Municipal. Mas, queria terminar dizendo que, está na nossa agenda,

está nas nossas prioridades, está no topo das nossas preocupações o problema da Freguesia de Loureiro, mas o problema de todas as freguesias que apresentam essa fragilidade que merecem de igual forma o nosso respeito e a nossa atenção. Em relação à intervenção da senhora deputada Daniela Silva, sobre o TeMA: As dinâmicas culturais, não queremos que aconteçam no TeMA, queremos que aconteçam em todo o concelho. Conforme nós vimos dizendo, temos de democratizar a cultura, queremos que a cultura se viva, se sinta, se respire, em todas as nossas freguesias. Aquilo que nós fazemos, em termos de balanço dos meses iniciais, após a abertura do TeMA, o balanço é muito positivo, a adesão dos oliveirenses e não só dos oliveirenses, tem sido excelente. Temos tido uma boa taxa de ocupação da sala. É evidente que, é preciso consolidação, é preciso criarmos hábitos de consumo de cultura nas pessoas e é preciso termos uma oferta cultural diversificada e atrativa que, podendo ser transversal, tem também de ser suficientemente segmentada para responder a nichos de consumo. Temos que ter este trabalho a acontecer e a ser aprofundado. As linhas condutoras, em termos de programação, são estas. Nós contratámos um programador cultural para o concelho, não um programador cultural para o TeMA. Eu quero sublinhar isto. Porque, efetivamente, é importante ter uma estratégia cultural para o concelho. E por isso é que nós estamos com a iniciativa Cultura em Dia, um roteiro pela Cultura; Ouvimos todas as associações culturais do nosso concelho; visitámos todas as freguesias, falta só Oliveira de Azeméis; todas as outras associações, de todas as outras freguesias do concelho, já foram ouvidas, porque queremos receber contributos, queremos estar alinhados, em termos estratégicos, com aquilo que é também a visão do nosso movimento associativo. Daqui sairá, claramente, uma programação cultural ambiciosa, uma programação cultural que beberá muito daquilo que é a nossa capacidade dos nossos recursos endógenos e daquilo que é a realidade cultural que temos, mas que trará também outras manifestações culturais que complementarão essas e que são absolutamente determinantes para a afirmação da sua dinâmica cultural, que reconhecemos ser necessária acontecer no nosso concelho. Em relação ao Centro Interpretativo Ferreira de Castro: Está a ser também ultimado. Temos aqui um fiscal da obra presente, que é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela - José Santos, que, melhor do que eu, sabe como é que a obra está a correr. Eu julgo que nos próximos meses ela estará concluída. Eu não gosto de dar datas, porque já sei o que é que acontece quando damos datas. Estará a alguns meses de ser concluída. E depois teremos que avançar para outras fases porque, não é só a questão do Centro Interpretativo Ferreira de Castro, nós temos todo o Núcleo Castreano para intervir, o lançamento do procedimento para a requalificação da Escola de Santo António, temos também a preocupação em intervir no resto da Quinta, criando ali um conjunto de respostas que ajudem a que a Biblioteca de Ossela e que o Centro Interpretativo Ferreira de Castro tenha outro tipo de dinâmicas. Em relação à intervenção do António Ilídio: Não tenho nada que dizer. Apenas dar os parabéns por essa justíssima homenagem que fez aos nossos dois representantes da nação, que fizeram realmente um trabalho e que a comunidade Oliveirense, através dos Senhores Deputados Municipais, tem a obrigação de agradecer e reconhecer. =====

===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 13 minutos e 52 segundos; o PSD utilizou 13 minutos e 11 segundos; e os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Por elementar justiça, queria acrescentar alguns agradecimentos pela participação na Sessão Solene da Assembleia Municipal do 25 de Abril: à Academia de Música, foi importantíssima na participação com a sua Orquestra de Sopros; à Universidade Sénior que, com o seu Grupo Coral, desde a primeira hora, quiseram e demonstraram muito interesse na participação; à Presidente da Assembleia Municipal Jovem, nós temos uma Assembleia Municipal Jovem muito dinâmica e uma Presidente com um dinamismo que já não nos surpreendeu, porque já conhecíamos; ao Correio de Azeméis, pelo arquivo que fez do 25 de Abril. Todas estas entidades e às que já agradei em momento oportuno, vão receber um agradecimento formal, porque acho que é de bom tom. Houve mesmo muita participação. Desculpem ter voltado ao assunto, mas não me sentia de confortável se não o fizesse. Dar-vos também nota que: há uma cadeira vazia, que não é normal, o deputado do CDS, António Pinto Moreira pede desculpa, teve um problema de trânsito, pela primeira vez na vida diz que falta a uma Assembleia, está consternado por isso. A Mesa considera justificada a sua falta. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====

===== **Ponto um:** - **Aprovação das Atas: Ata nº 13 - Sessão da Assembleia Municipal de 29-02-2024 (I/25386/2024); Ata nº 14 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 28-03-2024 (I/25417/2024);** =====

===== Presente para aprovação as Atas: nº 13 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29-02-2024; nº 14 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 28-03-2024. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 13 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29-02-2024, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 14 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 28-03-2024, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na

Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É a apreciação da informação de índole financeira, até ao período até 18 de abril de 2024, temos aqui plasmadas os níveis de execução da receita e da despesa e também das grandes opções do plano, cumprindo aquilo que está determinado na lei. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto três: - Relatório Atividades 2023 OAZ_HSM - (I/21845/2024) - Conhecimento;** =====

===== Presente o Relatório de atividades ano de 2023 OAZ_HSM, para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A partir de 1 de janeiro de 2024 entrou em funcionamento a nossa Unidade Local de Saúde do entre Douro e Vouga que, como sabem, assegura os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares de um conjunto de 7 concelhos num universo de 326.500 habitantes. E, portanto, teremos aqui uma resposta que visa promover ganhos de saúde para a nossa população. Dar também nota que: o Hospital de São Miguel, como sabem, existe desde 1875, tem 36 camas no Serviço de Medicina Interna, tem uma enormíssima taxa de ocupação. E aquilo que vai acontecer muito brevemente no Hospital de São Miguel é a inauguração, a abertura do um Centro Geriátrico que é uma resposta que fará um caminho muito importante naquilo que serão os cuidados de saúde a prestar este segmento da população. Dar só alguns dados, que eu acho que são muito importantes: 26.739 consultas, mais 10% do que em 2022;

episódios de urgência foram mais de 31.000, ou seja, estamos a falar de mais de 2.500 episódios de urgência por mês. Damos nota também que a ambulância SIV, foi uma aposta ganha, seguramente, já salvou vidas, teve 1111 solicitações, que é número absolutamente extraordinário. E dar também nota sobre os projetos futuros que se preveem para o Hospital de São Miguel, nomeadamente este centro Geriátrico e também a internalização de um conjunto de respostas e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, sobretudo os ligados à patologia clínica. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

*===== **Ponto quatro: - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras - Conhecimento;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Só dar nota que: o Revisor Oficial Contas, certifica as contas de 2023, faz algumas observações. São observações recorrentes nos diferentes relatórios de contas. Uma delas, prende-se com a verba que nós temos prevista de 1 milhão de euros para fazer provisão para o desfecho de processos judiciais. Nós temos, recorrentemente, explicado, que isto resulta do valor médio do esforço que temos feito com os desfechos desfavoráveis que temos nos processos. Não tem sido acolhido pelo Revisor Oficial de Contas. Tem também aqui uma questão relacionada com a E-Redes, com a forma como são contabilizados os ativos da concessão. Digamos que são, pequenos aspetos, aspetos pontuais. Porque aquilo que interessa é que realmente o Revisor Oficial de Contas aprova as contas sem reservas, dando nota de que não há incorreções materiais e, portanto, que a informação é absolutamente coerente, fidedigna, e cumpre a lei. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

*===== **Ponto cinco: - Prestação de Contas do Exercício 2023 (I/25214/2024) - Aprovação;** =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Conforme estipulado na alínea i) do artigo n.º 33, e alínea l) do artigo n.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Submete-se à aprovação os documentos de prestação de contas do exercício 2023, e posterior apreciação da Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O ano de 2023 foi, à semelhança do ano de 2022, um ano de grande preocupação, de grande apreensão, e de grande incerteza também para o país e, conseqüentemente, também, para as empresas e para as famílias oliveirenses. Naturalmente, com o aumento das taxas de juro nos créditos à habitação, a inflação que, apesar de ter descido e estabilizado, levou ao aumento generalizado dos preços dos bens e dos serviços, isso reflete-se nos orçamentos das famílias e, naturalmente, nas empresas. O custo, já aqui referido, do acesso à habitação. A falência de algumas empresas no nosso Concelho e na região, empurraram pessoas para o desemprego. São apenas alguns dos fatores que nos devem e preocupam seguramente a todos. Agrava também este quadro conjuntural difícil, o facto de alguns setores estratégicos da atividade económica do nosso Concelho estarem a passar por um momento muito difícil. Um momento particularmente difícil em resultado, em primeiro lugar, de crises sectoriais, que se traduzem numa quebra natural de encomendas, mas, também, conforme eu disse, pelo aumento das matérias-primas e dos custos de produção que não conseguem repercutir naquilo que é o preço pago pelos clientes. A isto, naturalmente, acrescem a estas dificuldades aquelas que resultam da pandemia e que, ainda hoje, se estão a fazer sentir de forma expressiva e também uma dificuldade que as empresas sentem quando têm fragilidades e debilidades que são as dificuldades no acesso ao financiamento para, naturalmente, robustecerem a sua tesouraria. No caso concreto, das finanças públicas e, no caso concreto, mais particular ainda, das Câmaras Municipais, das Autarquias, está a sentir-se também o forte impacto do aumento generalizado dos custos das coisas, dos bens de consumo, das obras públicas, das despesas de funcionamento, do aumento dos salários, das revisões extraordinárias de preços. Tudo isto significa que, nós temos que de ter ainda mais rigor, mais prudência na gestão pública. Estas dificuldades, atiram-nos para a necessidade de nós sermos muito rigorosos e muito competentes com a gestão e com a aplicação dos dinheiros públicos, não comprometendo, por um lado, a execução dos projetos que se encontram em curso, por outro lado, o planeamento e os projetos que nós pretendemos iniciar, pretendemos implementar, mas, sobretudo, não colocar em risco os apoios sociais que são absolutamente fundamentais, absolutamente críticos para as pessoas que deles beneficiam. Este rigor, é importante para que nós, por um lado, consolidemos a estratégia que temos vindo a seguir nos últimos anos que é de colocar as pessoas e as preocupações das pessoas, os problemas das pessoas, no centro das políticas*

públicas, no centro das nossas decisões tendo sempre, naturalmente, uma especial preocupação com as pessoas mais frágeis, com as pessoas mais carenciadas, com as pessoas mais débeis, mas, também, não esquecendo que é fundamental continuar este caminho de reforço do apoio, às nossas Juntas de Freguesia, ao nosso movimento social e associativo, e também continuarmos a promover os investimentos que aqui são reclamados, legitimamente, os investimentos que são absolutamente estruturantes, que são absolutamente transformadores para modernizar a nossa cidade, para modernizar o nosso concelho, para desenvolver o nosso território, porque é absolutamente fundamental que o território reforce a sua competitividade e o faça melhorando continuamente a qualidade de vida da nossa população. Nós vamos continuar a fazer este caminho. Este caminho de rigor. Este caminho de preocupação com a gestão da coisa pública. Porque essa é a nossa obrigação. Mas porque também temos essa obrigação para com as gerações vindouras. Nós não temos o direito de, com as nossas ações, com os nossos erros, comprometermos aquilo que é o futuro das gerações vindouras. Quando tomamos decisões que implicam grandes investimentos, nós devemos de ter sempre esta preocupação. Esta preocupação do respeito que nos devem as gerações vindouras e, portanto, não temos que comprometer aquilo que é o seu futuro. Estas contas, que vos apresentamos aqui hoje, traduzem precisamente o resultado da estratégia que nós temos vindo a seguir nos últimos anos. Nós temos iniciado um processo de construção de um concelho moderno e desenvolvido. Naturalmente que, para o desenvolvimento deste processo, é determinante o papel dos oliveirenses que, nos mais variados domínios, com um trabalho absolutamente extraordinário nos ajudam a transformar Oliveira de Azeméis numa referência económica, numa referência social, numa referência cultural, numa referência desportiva. A minha mensagem para os senhores deputados e para os oliveirenses é que, nós temos razões de sobra, devemos estar orgulhosos do concelho que estamos a construir. Hoje já tivemos oportunidade de ser convocados aqui por um conjunto vastíssimo de desafios, que são desafios que nos convocam a todos. E temos que ter todos esta ambição coletiva de trabalharmos para construir o melhor concelho do país, não só, para nós, mas também, para os nossos filhos e para os nossos netos. E o relatório de contas de 2023 expressa precisamente o compromisso da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e do seu Executivo com esta visão. Uma visão que precisa cada vez mais do trabalho empenhado e do trabalho competente dos colaboradores da Autarquia. Uma visão que precisa, seguramente, cada vez mais, do trabalho esforçado e competente de toda a comunidade oliveirense. E todos, sem exceção, todos aqueles que acreditam neste grande Concelho que diariamente trabalham para o desenvolver e para o preparar para o futuro, o meu muito obrigado, em nome de todo o Executivo Camarário. Quero deixar aqui um agradecimento, muito forte, muito sentido, muito reconhecido, a todos os nossos parceiros públicos e privados, que nos ajudam a construir Oliveira de Azeméis todos os dias, às nossas Juntas de Freguesia, às nossas IPSS, às nossas Associações, às nossas coletividades, aos nossos empresários e aos nossos trabalhadores, trabalhadores das nossas empresas, mas também aos nossos investidores e, naturalmente, também à sociedade civil oliveirense que, não desiste deste concelho, não acha que o concelho esteja morto e acredita no seu futuro. Um

renovado agradecimento, mais uma vez, aos trabalhadores da Autarquia, porque é também deles, o sucesso do nosso trabalho e dos números que aqui vos apresentamos hoje. E termino, sempre da mesma forma, da mesma forma como termino os relatórios de contas, agradecendo aos oliveirenses a confiança que depositam em nós e no nosso trabalho. E dizer-lhes que, é com grande honra, com assumida honra, com sentido de humildade e profunda gratidão que servimos os oliveirenses e servimos este grande concelho com toda a nossa energia, com toda a nossa dedicação, e com toda a nossa determinação. Antes de passar para avaliação mais técnica do relatório de gestão, eu queria partilhar de forma breve algumas informações e alguns dados que acho que são sempre interessantes e que são referidos neste relatório. Um deles tem a ver com o anuário financeiro dos Municípios Portugueses, que, como sabem, monitoriza a eficiência no uso dos recursos públicos. E, como sabem, este anuário é absolutamente insuspeito e coloca o Município de Oliveira de Azeméis em 6º lugar, a nível nacional, entre os Municípios de média dimensão. No que se refere aos Municípios com melhores resultados económicos, destaco apenas três dados sobre Oliveira de Azeméis, considero que são muito importantes, que é: a 5ª posição em termos do maior equilíbrio orçamental; o 10º lugar em termos do melhor índice de liquidez e o 13º lugar nos municípios com menor passivo por habitante. Dar também nota, em termos dos recursos humanos da Autarquia, a Câmara Municipal tem neste momento 844 colaboradores. As mulheres, aqui mandam, temos aqui uma profunda desigualdade de género, temos 596 mulheres e 248 homens, temos menos 1 trabalhador do que em 2022. Dar uma nota que, acho que é uma nota que deve ficar registada: destes 844 colaboradores, 416 estão ao serviço das nossas escolas, ou seja, quase metade da nossa força de trabalho está afeta a este importante setor da educação. Assistimos durante o ano de 2023 à saída de 117 colaboradores e à entrada de 116 colaboradores, por isso é que temos menos um. E dizer que, desses 116 novos colaboradores, 95 foram para a Educação. Um dado importante, é que: mais de metade destes trabalhadores, é uma preocupação que diz respeito ao universo do setor público, têm mais de 50 anos. A média de idades na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é de 50.83 anos. 477 trabalhadores com mais de 50 anos. Dar também nota que: a média da antiguidade é de cerca de 18 anos. Temos 539 trabalhadores que trabalham há mais de 15 anos na Câmara Municipal. E, naturalmente, conforme também sempre digo, é um orgulho para a Câmara Municipal termos pessoas que continuam a servir a organização durante tantos anos. Um aspeto menos positivo: foi a taxa de absentismo que em 2023 aumentou em relação a 2022; passou de 7,93% para 10%. Isto significa que, em média, cada colaborador da Autarquia esteve 21 dias, para além naturalmente dos dias normais, sem estar ao serviço da Câmara Municipal. Portanto, este número aumentou 6 dias em relação ao ano de 2022. Outro dado importante: é a nossa posição no índice de Transparência Municipal, Oliveira de Azeméis fica na 28ª posição a nível nacional e é a 18ª cidade entre as 50 maiores cidades do país. Outro dado positivo: é o aumento do número de praticantes e atletas desportivos nas modalidades que, como sabem, são muitas que existem nosso Concelho. Temos neste momento 2249 atletas, mais 184 que os atletas que tínhamos em 2022. E temos também mais uma nova modalidade no concelho, esta por exclusiva

responsabilidade da Câmara Municipal, que é a modalidade de escalada. Como sabem, inaugurámos muito recentemente um espaço de vias de escalada para a promoção desta modalidade. Dar também uma nota muito breve, sobre aquilo que foram os atendimentos sociais no ano de 2023. Isto é importante para que nós temos a dimensão deste número. Este número, era um número, que devíamos, ano após ano, fazer descer. Temos 3389 atendimentos sociais. Tínhamos 2800 em 2022. Foram atribuídos 912 apoios às famílias, que acabaram por ter impacto em 2229 municípios. Estamos a falar de um valor global de, cerca de 409 mil euros. Dadas estas informações de natureza mais genérica, vamos então olhar para aquilo que são os principais indicadores do desempenho, da performance económica e financeira, das contas de 2023 do Município de Oliveira de Azeméis: Em termos de macro indicadores, temos aqui três macro indicadores, dois deles cumprimos, um deles não cumprimos. Nós prevíamos um deficit económico-financeiro para 2023 inferior a cerca de 23 milhões de euros. A execução financeira do ano de 2023 gerou um superavit de 2.6 milhões de euros, pelo que superámos em mais de 26.5 milhões de euros o objetivo a que nos tínhamos proposto. Portanto, foi cumprir este objetivo. Em relação à dívida total Municipal a 31 de dezembro de 2023, nós prevíamos um valor menor ou igual a 12.6 milhões de euros. A dívida no final de 2023 ficou 8.97 milhões de euros, cerca de 9 milhões de euros. Portanto, este objetivo, também foi cumprido. Nós prevíamos, e aqui não cumprimos, um volume de investimento em imobilizado com capitais próprios maior ou igual a 22 milhões de euros. O volume de investimento com capitais próprios ficou em 13 milhões de euros. Portanto, ficou muito aquém do objetivo fixado, e, portanto, não foi cumprido. Sublinho, no entanto, esta particularidade de que, hoje, a maioria do investimento municipal que nós fazemos é feito através de recursos próprios, não estamos exclusivamente dependentes daquilo que são os apoios comunitários. Em relação aos dados mais importantes e mais relevantes deste relatório de contas: nós, em 2023, apresentámos um resultado líquido positivo de 12.73 milhões de euros, que é muito semelhante ao de 2022, é praticamente igual, temos apenas uma diminuição de meio ponto percentual, estamos a falar em menos 63 mil euros. A dívida, conforme já disse há pouco, a dívida anual do Município, passou de 7 milhões de euros em 2022 para 8.97 milhões de euros, um aumento de 27.03%, que se traduz, em valor, em cerca de 1.9 milhões de euros. Este aumento resulta essencialmente do aumento da dívida de empréstimos, mais 419 mil euros, da dívida a fornecedores de investimento, que são mais 850 mil euros, e um aumento da dívida a outros credores de 758 mil euros. Eu gostaria de dar aqui um esclarecimento, porque impõe-se esse esclarecimento: é muito difícil, é muito difícil a dívida municipal andar muito longe destes valores. Para perceberem qual é a composição desta dívida. Eu dou-vos três números que permitem perceber qual é a sua composição. Um deles são as cauções das empreitadas, as cauções que nos são devidas pelos empreiteiros quando executam empreitadas. Essas cauções são no valor de 2.15 milhões de euros. Os subsídios que nós atribuímos, que a Câmara atribui a terceiros, ao seu movimento associativo às coletividades, mas que não são pagos por responsabilidade ou porque as essas entidades não reuniram as condições para receberem esses subsídios. Estamos a falar de 1.78 milhões de euros. Também temos aqui os empréstimos do BEI, que são 2.34

milhões de euros, que resultam dos empréstimos que nós fazemos para a parte não-financiada dos projetos que recebem apoio de fundos comunitários. Dar também nota sobre o prazo-médio de pagamento que, se deteriorou no exercício de 2023, é de 26 dias, aumentou 7 dias em relação a 2022, como sabem, era 19 dias. Mas isto significa que a Câmara Municipal tem um conjunto de fornecedores que recebe a 30 dias, outros, até é mais. Na prática, isto significa que a Câmara Municipal anda muito perto do pronto pagamento. Neste momento, julgo que está restabelecida completamente a credibilidade da Autarquia e a confiança de Autarquia junto dos seus fornecedores. O volume de investimento anual quantificou-se em 19.18 milhões de euros. Registou um aumento de 36.07% em relação ao investimento que global que tinha acontecido em 2022. Estamos a falar de mais de 5 milhões de euros de aumento. Se considerarmos aquilo que são os apoios de capital às Juntas de Freguesia e a outras entidades, o valor do investimento municipal em despesas de capital passou para 20.18 milhões de euros. É fácil perceber que este é o maior investimento municipal de sempre. E para nós percebermos a grandeza do número, o investimento que se conseguiu concretizar em 2023 é maior do que o somatório do investimento que se conseguiu fazer em todo o mandato anterior, desde 2017 a 2021. Claro que, se olharmos para períodos homólogos, essa realidade ainda se acentua mais. Nós percebemos que, dos anos 2017; 2018; 2019 e 2020, se somarmos todos investimentos que conseguimos fazer nesse ano, acabamos por ter um número semelhante a este número do investimento em 2023, ou seja, nós investimos mais num ano do que conseguimos investir em 4 anos. Estamos satisfeitos? Claro que não. A resposta será sempre essa. Dizer também que, de 2017 para 2023, o investimento municipal passou de 2.8 milhões de euros para 19 milhões de euros. Quer dizer que, sextuplicou aquilo que é a nossa capacidade para executar, nestes seis anos. Em termos de análise patrimonial: quanto à situação económica e à análise da execução e evolução dos gastos e rendimentos do investimento municipal e os resultados do exercício: Conforme eu vos disse, o resultado líquido do exercício foi 12.73 milhões de euros. Os gastos do exercício foram de 40.3 milhões de euros e registaram um aumento anual de 17.08%. Ou seja, um aumento de cerca de mais 6 milhões de euros. Uma grande parte dos aumentos resultam das rubricas: de fornecimentos e serviços externos, 2.34 milhões de euros; gastos com pessoal, mais 1.43 milhões de euros; as transferências e subsídios concedidos mais 1.36 milhões de euros; outros gastos, mais 733 mil euros; e os gastos de depreciação e amortização, que aumentaram mais 446 mil euros. Os gastos mais representativos em termos percentuais, naturalmente, são: os gastos com pessoal, que representam 39.05%; fornecimento de bens e serviços externos, que representam 26.1%; e as depreciações e amortização que representam 14.2%. Os rendimentos do exercício de 2023 atingiram um volume de 53 milhões de euros. E registaram um aumento de 12.8%, ou seja, cerca de 6%, face ao exercício de 2022. As rubricas mais representativas são as transferências e subsídios correntes, obtidos do Orçamento de Estado, representam cerca de 45.5%; as receitas de impostos, contribuições e taxas, que representam 30.6%; e as prestações de serviços e as concessões, que tem mais a ver com a atividade direta da Câmara Municipal, 11.5%. Conforme eu disse, o investimento, em 2023, ultrapassou os 19 milhões de euros, cresceu mais de 5 milhões de euros em relação ao

investimento de 2022, que, como sabem, foi cerca de 14 milhões de euros. Estamos a falar de um crescimento de cerca de 37%. Em termos de análise orçamental: do ponto de vista da execução, nós tivemos, para a receita, uma execução de 94% e para a despesa, uma execução de 55%, daquilo que era a dotação prevista. Quantificando com rigor, em 2023 a receita cobrada, líquida, teve uma taxa de execução de 93.07%; e o volume da despesa paga, registou uma execução orçamental de 54.08%. Na componente da receita: nós arrecadamos 54.6 milhões. Portanto, as transferências capital, os impostos diretos e as vendas de bens e serviços, são a grande maioria da arrecadação da receita, 50.3 milhões de euros, e representam 92.1%, do volume total da receita arrecadada. Registaram no seu conjunto, um aumento anual de 2.87 milhões, mais 6%, conforme eu disse há pouco. As vendas de bens e serviços correntes, representaram 11.3% das receitas totais do ano de 2023, aumentaram 33%. Ou seja, mais 1.5 milhões de euros, em relação a 2022. Os impostos diretos: totalizaram 14.14 milhões de euros. Registaram uma diminuição anual de 227 mil euros. A redução significativa da Derrama, foi cerca de 800 mil euros menos de imposto arrecadado, foi superior aos aumentos que tivemos nos outros impostos. Estamos a falar de mais 274 mil euros no imposto municipal sobre transmissões onerosas, aquilo que designamos por IMT; mais 87 mil euros no IMI; e mais 212 mil euros no Imposto Único de Circulação-IUC. As despesas de 2023 ascenderam a 51.2 milhões de euros. Conforme já disse, as rubricas com maior peso são: as aquisições de bens de capital, 37.2%; as despesas com o pessoal, 30.7%; a aquisição de bens e serviços, 19.6%; e as transferências correntes, 7.2%. A despesa total registou um aumento de 8.38% milhões de euros, refletindo os aumentos de 3.4 milhões de euros na despesa corrente e um aumento ainda mais substancial de 4.96 milhões de euros, um bom aumento, nas despesas de capital. Os principais aumentos ocorreram na aquisição de bens de capitais, com mais 5 milhões de euros e na aquisição de bens e serviços, com mais 1.4 milhões de euros. A execução orçamental da componente de investimento no PPI, conforme já referi, totaliza 19 milhões de euros. Em termos de observações finais, dizer-vos que esta prestação de contas consolida a estratégia que tem vindo a ser seguida. Esta estratégia tem-se traduzido num aumento progressivo, num aumento sucessivo dos investimentos municipais em projetos que são, na nossa opinião, mobilizadores, transformadores do nosso território. Fazendo, conforme eu disse, abrindo esse parêntesis, sem comprometer o futuro das gerações vindouras. É evidente que, aquilo que se espera é que nós tenhamos aqui perspetivas e visões diferentes, sublinhar, também completamente legítimas, mas, que, na nossa opinião, não beliscam minimamente o sucesso do caminho que temos vindo a seguir. Um sucesso que não é do Executivo Camarário, é um sucesso de todos aqueles que, tal como nós, acreditam no nosso futuro coletivo e procuram através do seu trabalho, um trabalho árduo, um trabalho empenhado, um trabalho dedicado, construir este grande concelho. A todos vós, a todos os que têm esta visão, o meu reconhecido muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais, João Costa, António João e Bruno Aragão. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Antes de mais, cumprimentar Vossa Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas Membros da Assembleia Municipal e demais público aqui presente, comunicação social, e as pessoas que nos estão a ouvir lá em casa. Eu antes de começar a intervenção propriamente dita, na questão das contas, queria deixar aqui e não podia deixar de o fazer perante uma manifestação da intenção por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de constituir um grupo de trabalho, no sentido de chegarmos a uma solução que seja benéfica para todos nós e para o concelho, relativamente à Estalagem de São Miguel. Nós andamos várias vezes, em várias intervenções que nós tivemos durante este mandato, no sentido de chamar a atenção para isso mesmo. Eu não vou estar a alongar-me. Devo-lhe dizer, Senhor Presidente, que não interprete isto até como uma incapacidade do próprio Executivo em resolver esta questão, que, é melindrosa, complicada e, de facto, merece muita ponderação. Mas, congratulo-me pelo facto. Só não me congratulo pelo timing. Já o devíamos ter feito. De qualquer maneira, nunca é tarde. E, espero, sinceramente, nós comecemos a olhar para a Estalagem de São Miguel numa outra perspetiva, no sentido até de atrair turismo para Oliveira de Azeméis e maior capacidade, maior investimento e conseqüente desenvolvimento. Não podia deixar de dar esta nota prévia. Quanto ao relatório de gestão: há aqui questões; O nosso escrutínio é um escrutínio meramente político. Porque, de acordo com a certificação legal de contas, como o Senhor Presidente já esteve a ver, o relatório de gestão foi preparado de acordo com a lei e os regulamentos. As informações constantes do mesmo são coerentes e as demonstrações financeiras evidenciam que não têm sido identificadas incorreções materiais. Ou seja, os números são o que são. Vamos agora, mais do que os números, e partindo até dos números, fazer um escrutínio político. quanto à intervenção. Quero quer dizer também, que de facto, este relatório de contas não é mais do que, o que nós temos vindo aqui a ser tratado. Reflete exatamente os investimentos que este Executivo se propôs que, não sendo os nossos, não podemos deixar também de respeitar, a vontade e a legitimidade democrática nesse aspeto. Tive também a preocupação de ler a mensagem, do Senhor Presidente, na apresentação das contas e do qual consta o seguinte: devo dizer também previamente que, relativamente ao anuário dos Municípios que fez referência, de facto, os indicadores financeiros são bons. A Câmara Municipal, hoje em dia e fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido de há muito tempo atrás, nomeadamente na questão do saneamento financeiro, hoje, a Câmara Municipal tem uma situação financeira saudável. Na apresentação, o Senhor Presidente refere o seguinte: Continuamos na direção certa com um fortíssimo investimento publico, complementado por grande investimento privado, a acontecer um pouco por todo o concelho. A nossa cidade e o concelho estão a mudar rumo a um futuro de progresso e desenvolvimento. Concretizámos a obra e inaugurámos o Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis - a grande casa da cultura oliveirense - continuamos com várias obras importantes em curso como o Parque Urbano, o*

Centro de Interpretação do Vidro e o Mercado Municipal e Estação Multimodal. Estamos a trabalhar noutros projetos igualmente importantes, como a Praça Maior, a Oficina de Artes de Azeméis e a requalificação das Minas do Pintor, para lançarmos brevemente estas empreitadas a concurso. Continuaremos a afirmar cada vez mais o nosso concelho no panorama nacional. Queremos que os Oliveirenses sintam cada vez mais orgulho no seu concelho e por isso mantemos o compromisso solene de continuarmos a trabalhar por Oliveira de Azeméis e pelos oliveirenses para sermos um dos melhores concelhos do País para Viver, Investir e Trabalhar. Logo numa primeira análise, o que é que nós aqui temos? Os investimentos que estão aqui em causa, com exceção do investimento nas Minas do Pintor, o que é facto é que, o investimento se reconduz Oliveira de Azeméis. Nós não vemos aqui uma referência a um investimento importante nas Freguesias, com muito desagrado dos Senhores Presidentes de Junta que aqui estão. Não há uma única obra nas Freguesias que nós podemos ter algum orgulho em assinalar. E isso, além de um desinvestimento nas Freguesias, provoca naturalmente desequilíbrios conjunturais, económicos e numa não harmonização equilibrada do desenvolvimento do concelho. Verifica-se que estes projetos são exatamente os mesmos previstos para o ano de 2022, que, diga-se, com a exceção do TEMA que, com o aplauso da nossa Bancada, já está disponível aos munícipes e que, como aqui já foi devidamente referido, esperemos que sejam tomadas reais e concretas medidas para que este equipamento esteja na verdade, disponível para as Associações e para os Munícipes e que seja, efetivamente, um foco de desenvolvimento cultural para o nosso concelho. No presente Relatório, tal como nos relatórios de contas dos anos anteriores, continua a evidenciar-se as preocupações no investimento em áreas consideradas estratégicas, tais como a mobilidade urbana sustentável, a promoção turística, a requalificação da rede viária e das áreas industriais no nosso concelho, o apoio às freguesias e às famílias. Continuamos a achar que tal desígnio fica apenas no papel e no processo de intenções. E era exatamente este investimento que sempre consideramos prioritário e que proporcionaria que este nosso concelho fosse, efetivamente, um melhor concelho para investir, trabalhar e viver. E, novamente, aqui estamos a dizer que as nossas prioridades não seriam as definidas pelo atual executivo, No entanto, e preliminarmente, não podemos deixar de evidenciar a boa situação financeira do Município, concretizada num resultado líquido positivo de 12,7 ME, embora se assista a um aumento da dívida municipal em cerca de 1,925 ME, que resulta, essencialmente, de dívida a empreiteiros, a fornecedores, a outros credores e a empréstimos do BEI, na parte não financiada de projetos comunitários e a um aumento, não significativo, do prazo médio de pagamentos. No entanto, esta boa situação financeira do Município não encontra paralelo na qualidade de vida dos Oliveirenses. E essa é uma questão essencial para nós. Ano após ano, e não obstante todas as nossas chamadas de atenção, não vemos um investimento significativo em medidas que efetivamente permitem uma melhor qualidade de vida e de investimento no nosso concelho. A maioria das nossas freguesias não vêm concretizados os investimentos que anseiam, não obstante o saldo de gerência que tem vindo a aumentar de forma significativa, em 2019 era de cerca de 14 milhões para em 2023 se situar nos 36 milhões, o que revela a incapacidade do município em concretizar o

investimento necessário e adequado a tal nível de saldo. Que nos adianta ter esta situação financeira quando por todo o nosso concelho, a rede viária se encontra numa situação calamitosa e preocupante, e as nossas Zonas Industriais gritam pela requalificação urgente. Certo que o investimento do Município com recurso a capitais próprios cresceu em 2023, não o podemos esconder, cifrando-se em cerca de 13,6 ME, ao contrário do estimado que apontava a mais de 22 milhões de euros, o que traduz um diferencial de mais de 9 milhões de euros que faltou concretizar, de acordo com o previsto. Já a taxa de execução do PPI ronda os 43% e embora tenha aumentado relativamente a 2022, o certo é que ficaram por investir mais de 17 milhões de euros. De salientar que grande parte deste investimento se centra em projetos como a Casa Sequeira Monterroso, Parque Urbano, Centro Coordenador de Transportes, Escola de Fajões ou a Praça Maior. Faturas que o futuro evidenciará traduzidos nos inerentes custos financeiros e as derrapagens nas previsões financeiras e prazos de execução. A título de exemplo, podemos citar a Casa sequeira Monterroso e que se previa um valor total para a obra de 3,6 ME e que se espera um custo total acima dos 5 ME. O mesmo se diga do Parque Urbano em que a previsão inicial de 3,5 ME e já foi largamente ultrapassada situando-se num valor total superior em cerca de 2,5 ME. Poderia aqui também citar outras obras como a Praça Maior ou a Garagem Justino. No entanto, estas nossas observações prendem-se com o alerta dessas situações apontadas, mas, sobretudo, é que, no nosso ponto de vistas, estas obras não têm aquela prioridade que foi estabelecida por este município. Prioritário continua a ser a requalificação do Parque Escolar em toda a sua dimensão, a requalificação urgente das Zonas Industriais, o desagravamento fiscal às famílias e o apoio efetivo às mais carenciadas, a promoção do emprego com o desagravamento e a concessão de incentivos às famílias e empresas, a melhoria da rede viária, o investimento sustentado e efetivo nas nossas freguesias criando novos polos de atração para o nosso concelho e harmonizando um crescimento equilibrado. Não podemos deixar aqui bem vincado a falta de investimento na rede viária - conservação e manutenção em 2023, traduzido num valor inferior a 1,8 ME, já por si inferior ao investido em 2022. Para 2024, verificamos a existente de uma frente de obra para requalificar algumas das nossas vias de comunicação, curiosamente numa altura pré-período eleitoral. Pergunta-se Sr. Presidente: porque não antes? Devemos, por imperativo de honestidade intelectual, deixar aqui bem expressa a nossa satisfação pelo investimento feito por este município na distribuição de água e saneamento. Terá, aqui, sempre o nosso apoio e concordância nestes e noutras iniciativas traduzidas na redução do consumo energético nas instalações municipais e na iluminação pública. Isto, não obstante aquele estado de alerta que o Senhor Presidente da Junta de Loureiro veio aqui fazer, porque, de facto, não se compreende que, neste momento, não haja nenhuma intervenção do ponto de vista do saneamento numa das Freguesias mais importantes e com melhores indicadores concelho de Oliveira de Azeméis. Obviamente, todos nós concordamos que as apostas na educação, no apoio às famílias, na reabilitação urbana, na mobilidade urbana sustentável, na requalificação da nossa rede viária e nas zonas industriais são essências e impactantes. O nosso ponto de discórdia será sempre que estas são as nossas prioridades de investimentos e continuamos a pensar que o

desenvolvimento sustentado passará prioritariamente por aqui, embora sem descurar outro tipo de investimentos. Num ano em que os impostos diretos se situam em cerca de 14 milhões de euros e que viu crescer o IMT, o IUC e o IMI e em que os rendimentos se situam nos 53 ME, em que 45,6% são transferências do Estado Central, 30% de Impostos e 11,5% de prestações de serviços, não podemos ficar satisfeitos com o pouco investimento nas referidas prioridades acima elencadas, quando não vemos implementado o Ecoponto Municipal, a não implementação e atualização concreta do nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, e a elaboração concreta do Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Entendemos que os impostos devem na sua relação entre quem cobra, o sujeito ativo, e quem paga, o sujeito passivo, ser o espelho da verdadeira reciprocidade e equilíbrio, na forma como esses impostos são revertidos em benefício da comunidade para as mais elementares necessidades dos cidadãos. Os impostos cobrados às famílias, aos Municípios e às Empresas, devem refletir e ser cobrado consoante a qualidade do seu espaço envolvente, e tendencialmente a melhorar as vias e acessos, os transportes, a salubridade, a segurança, a iluminação, os espaços verdes, o estacionamento, a proximidade com os serviços, entre outros, tudo para salvaguardar a comodidade e a qualidade do meio em redor. Os Municípios e as Empresas esperam assim, que a sua contribuição ao nível dos Impostos tenha o devido retorno na concretização e realização das suas necessidades. O que, na nossa opinião, não se verifica. Continuamos à espera de medidas efetivas da promoção do turismo no nosso concelho - que ajuda preciosa daria uma tomada de posição concreta da estalagem São Miguel - e da elaboração e implementação da Carta Educativa. Obviamente que esta situação implicava privilegiar as pessoas e as empresas, até porque tínhamos indicadores claros nesse sentido. O que se fez, foi, na nossa opinião, muito pouco. A este nível, entendemos que a gestão do município deixou muito a desejar, pese embora os bons indicadores financeiros do município. Ainda continuamos a assistir à ausência de medidas concretas de apoio, pelo menos as que a situação exigia, pensadas para as pessoas, para as empresas, para as nossas instituições que sustentem devidamente a coesão social, a cultura, a economia e o emprego. Ao invés, assistimos a um aumento gigantesco de uma frente de obra concentrada na nossa cidade que no nosso modesto entendimento não assume foros de prioritário. Entendemos que as opções políticas, as prioridades e a capacidade de gestão deveriam ter sido dirigidas diretamente para as pessoas e para as empresas. Todos nós já percebemos que vivemos numa conjuntura a este nível bastante positiva e que permitiu que a prestação de contas, relativamente ao ano 2023, apresentasse indicadores financeiros positivos para o controlo da dívida; efetivamente há bons indicadores, nem tudo é mau, temos a consciência e a honestidade intelectual de ver isso, mas de facto há mais investimento para fazer e a nossa política não seria essa. Tudo isto para concluir que, apesar dos pontos positivos evidenciados, este relatório não seria o nosso, as apostas não seriam as mesmas porquanto temos uma visão diferente para o nosso concelho em termos de prioridade, pelo que vamos votar contra. Não queria deixar de acabar a minha intervenção, sem dirigir uma palavra especial ao Bruno Aragão e à Helga Correia pelo trabalho que fizeram, são duas pessoas, de facto, com muito potencial. Penso que o Município

só tem a ganhar com a qualidade dos mesmos, apesar de tudo acho que são duas pessoas de excelente qualidade, e espero que os mesmos estejam disponíveis para outros desafios nacionais ou concelhios, porque, de facto, são duas pessoas que me habituei a considerar. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Sintam-se todos devidamente cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões. Analisamos, mais uma vez, a prestação de contas, relativamente ao exercício económico do ano anterior, 2023. A análise das contas públicas consubstancia, em termos económicos, as escolhas e as opções políticas que fazemos, por isso análise deste ponto ser da maior relevância para esta Assembleia na sua missão de escrutinar e fiscalizar a ação do Executivo Municipal. Os recursos são limitados e por isso, o rigor da gestão financeira que fazemos é a garantia da estabilidade das políticas públicas que implementamos, desde a política fiscal do Município até a nossa capacidade de investimento. A prestação de contas de 2023 retrata isso mesmo: a política que sempre defendemos; mais investimento público, nomeadamente em valores recorde; a fazê-lo sem onerar os oliveirenses, ou seja, recorrendo a recursos próprios e também, a financiamento estratégico de baixo custo, como é o caso do Banco Europeu de Investimento e, ao mesmo tempo, mantendo uma política fiscal estável. Já havíamos no mandato anterior reduzido por duas vezes consecutivas o IMI, que se encontra neste momento, na taxa mínima. [A partir deste ponto a intervenção passou a ser acompanhada de projeção de slides]. Começamos então pelo investimento municipal total: O investimento municipal total, que totalizou 19.18 milhões de euros, no ano de 2023, um valor recorde no Município de Oliveira de Azeméis. Demonstra, claramente, a tendência de crescimento do investimento municipal ao longo dos anos com a gestão do Executivo do Partido Socialista. E por isso, alerta para que possam olhar para a magnitude do crescimento, reparando naquela que é a média dos últimos 10 anos, cerca de 7.9 milhões de euros, que é um valor elevado face ao investimento que havíamos realizado no passado, ao longo dos últimos 10 anos. No entanto, média esta, que só conseguimos ultrapassar nos últimos 3 anos, 2021, 2022 e 2023. Passados 10 anos e desta média de 7.9 milhões de euros, percebemos finalmente a magnitude de investimentos públicos sérios, estáveis, que crescem de ano para ano, e que sustentam a nossa capacidade de investimento. O valor investido no ano passado é superior em 2.4 vezes ao investimento realizado nesta média de 7.9 milhões de euros. Cabe-nos agora olhar para o investimento que fazemos por cada oliveirense: O investimento municipal per capita, portanto estes 290 euros que investimos anualmente por cada oliveirense demonstram mais uma vez o salto gigante face ao ponto de partida que começamos de 43.45 euros, por oliveirense e que herdava, não só, os menores investimentos per capita da Área Metropolitana no ano de 2017, mas também herdava um plano de saneamento financeiro que, ao contrário do que dizia o Fernando Pais, só onerou os oliveirenses e só trouxe problemas a este Município.

E por isso, para além disso, em 2017, era também um Município sem qualquer tipo de projeto de investimento para executar e, por isso, este investimento que agora fazemos são tudo projetos que pensámos, idealizámos e, acima de tudo, contratualizámos com os oliveirenses em eleições. Caros Membros da Assembleia Municipal, o caminho só pode ser este: rigor nas contas públicas, ambição no investimento e, acima de tudo, sustentabilidade das contas públicas que permitam continuar a ter aumentos sustentados no investimento público, que permitam que continuemos a melhorar a qualidade de vida dos oliveirenses e a encarar os grandes desafios que temos pela frente, desde logo, os internos, na substituição dos muitos colaboradores da Autarquia que desempenham há muitos anos funções, dos quais cerca de 20 % da nossa massa se encontra acima dos 60 anos de idade. No próximo mandato autárquico e ainda neste, teremos um grande desafio de renovação daqueles que são os nossos quadros técnicos tão relevantes para aquela que é a atividade do Município. Mas também e acima de tudo, desafios externos. Nas respostas que temos de inovação, que hoje os munícipes nos exigem, nomeadamente nas respostas e nas dinâmicas alternativas de cultura, no combate à crise climática, nas novas formas de mobilidade acessível e sustentável, na educação formal e não-formal para a cidadania, e a tão badalada inteligência artificial ao serviço das populações. Ao mesmo tempo destes grandes desafios temos ainda de continuar a resolver os problemas mais básicos, de continuar a fazer investimento fortíssimo naquela que é a nossa rede de água e saneamento. No entanto, numa análise justa e séria que sempre nos pautamos por fazer, existem pontos negativos, nomeadamente o aumento daquele que é o prazo-médio de pagamentos do Município em 7 dias para os atuais 26 dias, que ainda assim consegue ser o valor mais baixo dos últimos 10 anos da Câmara Municipal. E, para além disso, o aumento da dívida municipal, 1.9 em milhões de euros para os 8.9 milhões de euros de valor total. Como já foi explicado nesta Assembleia, se deve, acima de tudo, àquela que é as opções de financiamento, umas delas legal, seja pela via das cauções ou pelos financiamentos que ainda não conseguimos concretizar àquelas que são as nossas associações, que ainda não têm os respetivos comprovativos, quer seja pela via dos investimentos do financiamento a baixo custo, que fazemos através do Banco Europeu de Investimentos. No entanto, passamos também àquela que é a análise ao nosso Plano Plurianual de Investimentos, as nossas opções, e as nossas opções sem aquela que é a carga, que muitas vezes fomos dependentes, e, acima de tudo, a que muitas vezes fomos inábeis de procurar a participação comunitária. Este gráfico ganha particular importância: em primeiro lugar, porque ao contrário da tendência que se verificava desde 2019, a participação comunitária no investimento municipal diminuiu em cerca de 600 mil euros face ao ano anterior, totalizando agora cerca de 4.2 milhões de euros. E ainda assim, o investimento municipal bate recorde, cresce em cerca de 5.8 milhões de euros em termos absolutos no que ao Plano Plurianual de investimentos sem participação comunitária diz respeito. Nota também, que a execução do Plano Plurianual de Investimento aumenta face ao ano anterior e é agora de 42.9% dos valores de gestão. E é um valor muito longe dos valores de gestão que também sempre defendemos e que, agora, procuraremos aumentar ano a ano esta execução. Não podemos esquecer, como é óbvio, ainda hoje o condicionamento que temos

pelo atraso dos investimentos resultantes do período pandémico e das suas consequências no aumento dos preços das matérias-primas o que originou a que diversos concursos públicos ficassem mesmo desertos, nomeadamente a requalificação das nossas Zonas Industriais, do Nordeste, de Nogueira do Cravo/Pindelo e que atrasa também o Município em investimentos estratégicos para o desenvolvimento do concelho nesta região, sobre o qual as empresas oliveirenses, e não só, procuram expandir a sua atividade no nosso território, onde as nossas gentes, os oliveirenses, são garantia de gente que faz e que faz bem. O investimento em Plano Plurianual de Investimentos, por oliveirense, sem a participação comunitária: verificamos que estes 226 euros que o Município investe recorrendo única e exclusivamente a capitais próprios, são resultado daquela que é a boa gestão que hoje permite o Município desviar receitas correntes para investimento municipal e assim ter uma autonomia estratégica nas decisões políticas que toma para o concelho. Este investimento municipal, não é só o maior de sempre, é um investimento que cumpre os compromissos que temos com os oliveirenses desde 2017 e com o qual a boa gestão nos permitiu implementar este tipo de políticas públicas. Em primeiro lugar, diminuir o IMI para a taxa mínima, não onerando os oliveirenses em mais de 1.6 milhões de euros por ano; redução, a qual, o Município renova e reforça durante o ano de 2024 com um aumento da dedução por dependente e a qual, nos últimos quatro anos, já significa uma não-cobrança aos oliveirenses de 5 milhões de euros. Investir na requalificação do espaço público, em particular do nosso edificado, representa a maior rubrica de investimento do ano anterior, cerca de 5.9 milhões de euros, quer seja na renovação do Mercado Municipal, em pleno coração da cidade, com o sistema “pick and go”, que permitirá ter a acessibilidade que nunca teve; na requalificação do Fórum Municipal, essencial para a centralização dos serviços e melhoria de serviço ao munícipe; e, também, o devolver ainda ao privado aquelas que são as instalações que o Município já utiliza há muitos anos do edifício, permitam-me este termo, o “edifício cor-de-rosa”, que dessa forma termina com último arrendamento mais relevante que o município tem. E assim termina um ciclo de arrendamento exorbitante, como era exemplo o Centro de Línguas, a Loja Ponto Já, os Estaleiros Municipais, entre outros tantos edifícios do Município que alugávamos a privados, com os nossos edifícios degradados, que representavam todos os anos mais de 500 mil euros que o Município retirava da sua capacidade de investimento para poder usufruir e utilizar nesta despesa corrente. E, por último, falar também naquele que é o investimento na rede de água e saneamento, a nossa grande prioridade em 2017, em 2021, cujo compromisso de investir 10 milhões de euros assumido nas últimas eleições autárquicas, duvidado por muitos, aquando da campanha eleitoral, da sua exequibilidade. Já se encontra cumprido, após dois anos de mandato. Por isso, 5.5 milhões de euros que foi o investimento realizado no ano anterior, investimento este realizado, não no centro da cidade, senhor deputado Fernando Pais, nas Freguesias, nas Freguesias que não tem água e saneamento há muitos anos. E essas sim, a que os Presidentes de Junta de Freguesia vinham aqui, Assembleia sim, Assembleia sim senhor, pedir que pudessem ter esses investimentos nas suas Freguesias. Por último, falar também daquela que é a nossa rede viária. A rede viária que se encontra num elevado estado de degradação, ao qual o investimento que

fizemos no ano passado de 1.8 milhões de euros, reconhecemos que não é suficiente. Este é um dos grandes projetos inacabados do Município. Uma medida que nós temos que tomar rapidamente e concentrar cada vez mais investimento para a rede viária. Porque, de facto, hoje temos uma extensa frente de obra de intervenção na rede de água e saneamento que condiciona muito aquela que é a nossa possibilidade de intervenção no espaço público e que gera constrangimentos brutais à vida de todos nós, dos oliveirenses, sobre o qual este concurso de 3.3 milhões de euros lançado no ano anterior, mais os 700 mil euros em fresagens, procurarão atenuar esse mesmo efeito que todos os oliveirenses sentem todos os dias. Falo também na educação com 1.9 milhões de euros de investimento, investimento também ele nas Freguesias: na Escola de Fajões, que ainda tem investimento daquela que foi a sua conclusão; na escola de Brejo, na Alumieira, em Palmaz, em Lações, e em tantas outras escolas repartidas por este concelho, escolas do ensino básico. Um trabalho, este, também, sempre incompleto e sobre o qual encaramos como uma prioridade de gestão, porque a educação é mesmo um investimento mais reprodutivo que podemos fazer. Por isso, caro deputado, caro membro desta Assembleia, Fernando Pais, é verdade, que reconhecem, o que se se faz, é pouco. Mas na nossa opinião, e na opinião dos dados, por muito pouco que aquilo que vocês considerem, isto é mesmo muito mais do que aquilo que sempre fizeram E ao contrário daquilo que sempre fizeram, e daquilo que sempre dizem, não basta dizer que valorizam as contas certas e o rigor da gestão municipal, que corroboram a aposta na eficiência energética, que corroboram a estratégia de redução de rendas municipais, que concordam com investimento na reabilitação do edificado público, que corroboram agora, surpreendentemente, o investimento na construção da rede de água e saneamento em todas as Freguesias, sem paralelo realizado no ano passado, um dos maiores investimentos deste século e, em simultâneo, conseguirem fazê-lo, e dizerem, que este documento, que apresenta tudo isto que concordam, não vos serve. Por isso, convictamente, votaremos a favor e assumiremos a responsabilidade de assumir estas contas que representam a melhoria, as opções e os compromissos que sempre tivemos com os oliveirenses. Muito obrigado.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Só para clarificar uma situação, porque o deputado se dirigiu a mim e não à nossa bancada. Queria fazer aqui alguns reparos: de facto, eu pensaria que, a projeção dos valores seria muito melhor, no sentido de melhor quantidade. Eu aqui tenho apenas que fazer duas reflexões consigo, senhor deputado. A primeira, é que, estarão os oliveirenses, a vida dos oliveirenses melhorou de forma tão significativa como estes investimentos aqui traduzem da Câmara Municipal? Segunda questão: convido-o a tentar trabalhar uma situação que, para mim, é absolutamente clara, quando diz que: “os investimentos por munícipe, per capita, representam os tais 200 e tal euros”; faça-me um favor: veja os investimentos que são feitos em Oliveira de Azeméis e divida-os per capita; e veja os investimentos feitos nas outras

Freguesias, nomeadamente em Loureiro, e veja qual é o resultado per capita. São duas reflexões. Se este nível de investimento tem uma repercussão direta com a qualidade de vida dos oliveirenses? Primeira questão. E, em segundo lugar, veja as disparidades que provoca exatamente o investimento feito na Freguesia de Oliveira de Azeméis e em outras Freguesias. O investimento em água e saneamento, é um investimento essencial. Nós só podemos estar a favor. E o que é facto, é que uma das situações que o senhor deputado elencou, relativamente à questão do investimento nas freguesias, fala na água no saneamento. Coitado do José Queirós, o investimento na freguesia dele é zero. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====*

===== O que me traz aqui é mais um pedido de esclarecimento para compreender melhor os dados apresentados. Aqueles valores que estão ali, eles estão corrigidos? Estão corrigidos pelo valor à data. Eu fui ver os dados que normalmente nos apresentiam nesta Assembleia. E, verifiquei, ou pelas minhas contas estarei errado, não verifiquei que eles estivessem corrigidos. Eu quero notar que um valor de 2014 falado, abordado em 2013, tem um acréscimo, segundo o Instituto Nacional de Estatística, de 18%. Nós falarmos de 100 euros em 2014 é igual a falarmos em 118 euros hoje. Era só esse esclarecimento, para termos o rigor da análise. E eu queria saber se, efetivamente é isso que aconteceu ou se não? Ou se estamos a falar do valor puro e duro e não temos em atenção o aumento custo de vida e da inflação? Só para que o valor seja mesmo correto. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Muito obrigado pelas questões. É sempre bom sinal, o que quer dizer que, gera discussão, gera partilha de informações. Apenas corrigir, não gosto de ferir algumas sensibilidades, este investimento não é um investimento muito grande, este investimento é mesmo o maior que o Município já teve capacidade de realizar. Não tente branquear aquilo que foi a capacidade de investimento que este fez. É opção dos senhores, votarem contra. Pode não ser estas as vossas políticas públicas. Até ao momento, não conhecemos aquelas que seriam as vossas alternativas. Esse é um desafio que é sempre mais importante do que do que fazê-lo de outra forma. E depois, responder-lhe: relativamente àquilo que são os investimentos nas Freguesias e ao desafio que me fez, que é um desafio particularmente interessante e que eu gostaria também de desafiar todos os membros desta Assembleia a fazer: Se há investimento que este Município realize que não seja para todos os oliveirenses? Está a dizer que o investimento no Teatro Municipal não é para todos os oliveirenses? O investimento no Parque Urbano não é para todos os oliveirenses? O investimento no Fórum Municipal, para utilização todos os munícipes, não é para todos os oliveirenses? Por isso, peço que, de alguma forma,

exista alguma honestidade intelectual, sobre aquele que é o investimento realizado pelo Município e que ao mesmo tempo não faça uma coisa que já foi tentado no início desta Assembleia: dizer que, o centro da cidade e que a cidade de Oliveira de Azeméis precisa de dinâmicas. E quando o Executivo Municipal se encontra a fazer investimentos estratégicos avultados para o desenvolvimento do concelho, dizerem que, de facto, é uma vergonha estarem agora a fazer este tipo de investimentos. De facto, aquilo que é preciso é possamos ter honestidade, relativamente àquela que é as nossas políticas. E também nessa honestidade, aquilo que eu digo é que os investimentos e os valores apresentados nesta Assembleia são os que apresentamos consecutivamente desde 2017, que são os valores absolutos retirados única e exclusivamente daquele que é a prestação de contas, do documento de prestação de contas do Município. É o rigor que assim o impõe, são os valores absolutos que o Município investe.=

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Obviamente, os investimentos em Oliveira de Azeméis, é do Município, são para os oliveirenses, são para quem cá reside. A nossa preocupação é que existe uma disparidade de investimento, já disse isto várias vezes, relativamente às Freguesias. É evidente que, para haver um crescimento sustentado, tem que haver uma harmonização dos investimentos. E repare, senhor deputado, veja a quantidade destes 15 milhões o que é que isso significa de investimento no concreto? Eu esperava que o dissesse. Não disse, não sei porquê? Se calhar, não devia ter dito, nem era necessário ser dito. E há outra coisa que lhe quero dizer: os nossos investimentos, a nossa prioridade de investimento, - não diga que, nós não tínhamos prioridade de investimento, estamos a criticar só por criticar. As nossas prioridades de investimento eram na qualidade de vida das pessoas. E eu perguntei-lhe, de forma clara: em que é que estes investimentos efetivamente se repercutiram na qualidade de vida da pessoa? No dia-a-dia? No apoio que o Município deve dar à sociedade oliveirense? É exatamente isso. E é exatamente isso que nos separa. É uma questão de prioridade. Estes não seriam as nossas prioridades, seriam outras. É legítimo. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados. Não resisti a fazer esta intervenção, porque há muito tempo que nós trazemos estes valores: fica o compromisso do Partido Socialista de, no próximo ano, trazer os valores atualizados. Os valores atualizados à taxa de inflação ou os valores brutos. São duas opções, mas não temos nenhum problema com esses. Porquê? Porque, reparam, é passar o investimento de 100 euros para 118. O que estamos a falar é disto: é de atualizar investimentos e continuar a olhar para ali e dizer: “pelo amor de Deus, achar que aquilo eram investimentos extraordinários e achar que a atualização que vai

transformar aquela realidade, é uma coisa que eu acho absolutamente deliciosa. Portanto, fica para o ano o compromisso de atualizar os valores à taxa de inflação, inclusive a dívida, os valores de dívida também para compararmos. Faremos isto para tudo. Como os valores estão desproporcionais, quer a dívida que era a que sabemos, em 2017 era 18 milhões, quer os valores de investimento per capita. Será um exercício absolutamente extraordinário aquele que faremos na apresentação das contas de 2023, relativamente a este período todo, porque também serão as últimas contas deste mandato, as outras já serão no mandato seguinte. Isso será um desafio bastante interessante para nós fazermos daqui a um ano. Fica o compromisso do Partido Socialista. E, por último, acho também extraordinária, esta questão da qualidade de vida. Queremos trazer qualidade de vida às pessoas. Não precisamos de dizer rigorosamente mais nada. E, portanto, compramos qualidade de vida ou fazemos empréstimo para termos qualidade de vida. Aliás, durante 10 anos ou mais precisamente 11, com 3 anos de carência, tivemos qualidade de vida com um plano de saneamento financeiro. Extraordinária qualidade de vida. Aliás, essa qualidade de vida gerou, entre outras coisas, um dos piores concelhos do país, o segundo na taxa de saneamento do país inteiro. Essa qualidade de vida trouxe todas as escolas que nós andamos a recuperar, e os Senhores dizem que nós não recuperamos, não sei onde é que o Senhor Deputado Fernando Pais foi buscar essa ideia de que as escolas não têm tido um maior investimento, e a maior recuperação de sempre. Essa qualidade de vida que trazíamos dessa altura redundava em muita da rede viária que hoje também está degradada, não só pelo investimento de saneamento que andamos a fazer. Essa qualidade de vida resulta na Casa Sequeira Monterroso que, caiu, ficou só a fachada, foi aquilo que se recuperou. Essa qualidade de vida resulta no Caracas, que há anos estava degradado e não tinha nenhuma política de programação cultural. Essa qualidade de vida resulta no Parque Urbano, que as pessoas de Oliveira de Azeméis, não é da Cidade, é do Concelho, até do Pinheiro da Bemposta, minha união de freguesias, procuram, por exemplo, em Vale de Câmara ou procuram em São João da Madeira. Essa qualidade de vida resulta, por exemplo, naquilo que se tornou o centro da cidade que, hoje reconhecemos, tem muita dificuldade em recuperar a vitalidade que perdeu, mas que ao mesmo tempo que dizemos que os investimentos que fazemos na Cidade não são necessários para recuperar essa atratividade que já teve em anos. Isso é que a qualidade de vida? A qualidade de vida é eu ter a certeza que, ligo a torneira e que o meu poço não secou; ligo torneira e a água que sai é controlada. Qualidade de vida é eu não ter que ao domingo de manhã e tomar um banho e, de repente: “que chatice, a fossa vazou outra vez e, portanto, tenho que ligar a alguém para ir com a cisterna vazar a minha fossa.” Uma coisa que não se devia pensar no século XXI. Isso é que a qualidade de vida. E é exatamente isso que nós estamos a fazer. Quando falamos em qualidade de vida, temos que pôr o dinheiro, como dizem os americanos, temos que pôr dinheiro onde pomos a boca. É exatamente isso que temos feito. Podíamos dizer assim: “Não fazíamos nenhum destes investimentos, água e saneamento. Não fazíamos. Não era prioridade.” Sabe quais eram os projetos que havia em 2017, para a freguesia de Loureiro, relativamente à água e saneamento? Sabe qual era o custo que estava previsto para aquela Freguesia e qual era o plano de intervenção? Nenhum. Zero. Mas não

era só naquela freguesia. Eu sei que falam mais naquela Freguesia, mas tem o exemplo de Palmaz: que está numa situação idêntica praticamente. E posso-lhe dar o exemplo de outras que estavam assim, como Fajões, por exemplo. Quais eram os planos em 2017, relativamente a prioridade de água e saneamento? Há uma coisa que não esquecemos, há muito investimento privado que não se faz no concelho de Oliveira de Azeméis porque não há redes de água e saneamento. Eu sei que é difícil quantificar isto. Mas há muitos investidores que não constroem nem querem construir, nem querem por apartamentos à venda porque vão ter que dizer às pessoas que vão comprar que aqueles prédios ainda têm fossas e poços. É exatamente disto que estamos a falar, tal como acontece com as empresas. Há empresas no Município de Oliveira de Azeméis que por causa dos modelos de compliance, de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental, têm problemas terríveis nos mercados em que operam porque os sítios onde estão implantadas as suas fábricas não têm água e saneamento, não têm estações de tratamento. Isto é que é qualidade de vida? É este o cenário, sobre o qual nós discutimos nos últimos 7 anos, E é exatamente esse que nós vamos discutir daqui a um ano com os valores atualizados. E esse será um exercício bastante interessante.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Uma primeira nota, um primeiro esclarecimento, que fiquei com essa dúvida. Na sequência da intervenção do senhor deputado Fernando Pais Ferreira, fiquei com a dúvida: se o Plano de Saneamento Financeiro é o resultado ou um contributo para as boas contas que hoje temos no município. Julgo que chegou a induzir isso, na opinião das pessoas. Deixe-me esclarecer o que é que representou o plano de saneamento financeiro para o Município. Representou o maior atraso geracional de sempre, comprometeu, hipotecou o desenvolvimento do concelho durante muitos anos. E transformou-nos num concelho com um conjunto de fragilidades e com um conjunto de debilidades que, nós agora mais rapidamente do que seria necessário, estamos a procurar ultrapassar. Deixe-me que lhe diga uma coisa, muito honestamente, fiquei tremendamente desiludido com a sua intervenção. Porque ela efetivamente não é intelectualmente honesta. Senhor Deputado, felizmente que a evolução do nosso investimento; felizmente que a evolução da melhoria da qualidade de vida da nossa população; felizmente que, aquilo que é hoje o papel que as instituições representam no conjunto de respostas que dão à nossa população. Não tenho uma visão tão retrógrada e tão arcaica como essa que apresentou aqui. Felizmente que as coisas têm evoluído e não estão paradas no tempo. A única coisa que não tem evoluído e parado no tempo, é o seu discurso, é um discurso da oposição. Repare: Eu até vou recorrer ao exemplo da sua Freguesia, da Freguesia onde é natural - porque eu acho que é terrível - deixe-me que lhe diga - um discurso demagógico onde procuramos colocar umas Freguesias contra as outras ou procuramos dizer que, o executivo camarário, privilegia Freguesia/Cidade, como acontece na generalidade dos concelhos as Freguesias/Cidade galvanizam e concentram uma boa parte dos investimentos -

aqui o Senhor pretendia essa exceção, mas vou utilizar a sua Freguesia e o senhor vai fazer um exercício semelhante a este que foi pedido pelo António João: para me trazer investimentos na sua Freguesia minimamente comparáveis àqueles que aconteceram agora, muito recentemente, os 4.6 milhões de euros na rede de água e saneamento, os 2.6 milhões de euros na Escola de Fajões. Eu vou-lhe já dizer o que é que o Senhor disse, sobre a escola de Fajões, a suspeição que lançou, de que nós íamos desviar o dinheiro da Escola de Fajões para fazer a Ferreira da Silva e que a Escola de Fajões não ia ser executada. Falar-lhe sobre os 200 mil euros que estão a ser investidos nesta estrada na igreja paroquial. Falar-lhe dos mais 150 mil euros que estão a ser investidos na ampliação da Escola de Casalmarinho, em Fajões; Falar-lhe no investimento, apoiado pela Câmara Municipal, no Monte de São Marcos. E poderia falar em muitos outros investimentos que estão a ser feitos na Freguesia. O Senhor, se fizer o simples exercício de somar estes valores, o Senhor rapidamente chega a cerca de 8 milhões de euros, que são investimentos que nunca tiveram sequer similitude numa década nos investimentos em Fajões. Perceba que, aquilo que disse é profundamente errado e profundamente injusto. Mas, mesmo que fosse verdade, eu queria deixar aqui um esclarecimento que me parece que se impõe: é de que, este Município, não faz gestão nem escrutínio político, como o Senhor diz. Este Município, gere, faz a sua gestão, faz os seus investimentos para todos os munícipes do concelho, sem exceção. Nós desafiamos a que nos acusem, que nos demonstrem, e que nos provem, de que não temos um comportamento correto com todas as Juntas de Freguesia do Concelho. Aliás, vai ter oportunidade de ver aqui, hoje, na ordem de trabalhos, dois investimentos para duas Freguesias do concelho: o Parque Verde, em Carregosa, e, por acaso, outro na União de Freguesia de Oliveira de Azeméis. Deixe-me que lhe diga, que há uma fortíssima preocupação deste Executivo em apoiar todos os investimentos, que nos são propostos pelas Juntas de Freguesia, todos sem exceção. Dizemos sempre presente. Procuramos sempre dar resposta a todos os investimentos que nos são solicitados. Porque percebemos bem a importância desses investimentos para as populações que são servidas pelas Freguesias. Portanto, não partilho dessa visão, de que efetivamente há um excessivo investimento na cidade e há um défice de investimento nas freguesias do nosso concelho. Muito pelo contrário, temos tido uma fortíssima preocupação em, por um lado, definir as prioridades de investimento e, por outro lado, procurar que essas prioridades de investimento sejam elementos fundamentais de promoção da coesão social e territorial do nosso concelho. Questiona, se a vida dos oliveirenses melhorou? Com certeza que sim. Os investimentos que estão a acontecer na rede de água e saneamento, os investimentos que estão a acontecer no parque escolar, os investimentos que estão a acontecer no edificado público, são investimentos que melhoram a qualidade de vida das pessoas. É esse o trabalho que nós temos que fazer. E por isso, eu questiono a honestidade intelectual da sua argumentação. Se efetivamente querem votar contra as contas de gerência, porque é um mero escrutínio político, assumo-o, fez isso. Agora, não pode é procurar trazer ou induzir para aqui alguma suspeição, em relação à forma como nós investimos no concelho. Dar-lhe só uma nota, que me parece muito importante: Hoje, quando falamos do investimento municipal, falamos de investimento

municipal que só está ao alcance de grandes câmaras. O investimento municipal que está a acontecer em Oliveira de Azeméis, só está ao alcance de grandes câmaras. O investimento municipal que nós fazemos não é comparável sequer com muitas das câmaras nossas vizinhas que, naturalmente, são câmaras de menor dimensão e por isso também não podem fazer esse nível de investimento. Para que os oliveirenses percebam a dimensão e a expressão do investimento municipal que aconteceu em 2023 no nosso concelho, eu vou citar dois exemplos de duas câmaras do Norte do país; E cito estes dois exemplos, porque acho que são das câmaras mais impactantes naquilo que é o tecido económico e social do Norte de Portugal: estou a falar da Câmara Municipal de Braga, que tem um orçamento que é cerca de 3 vezes superior ao do Município de Oliveira de Azeméis, e que investiu em 2023, historicamente, o maior investimento de sempre, no concelho de Braga de 30 milhões de euros. Um investimento que superou em 11 milhões de euros o valor médio dos investimentos nos últimos 5 anos. Significa que superou em 11 milhões de euros os 19 milhões de euros que a Câmara Municipal de Braga, em média, conseguiu investir nos últimos 5 anos. Vou dar-lhe também os números da Câmara do Porto; a Câmara do Porto tem 8 vezes o orçamento Municipal da Câmara de Oliveira de Azeméis. Só em IMT arrecada perto de 70 milhões de euros, portanto, muito mais do que o nosso orçamento Municipal, e investiu, no ano de 2023, cerca de 65 milhões de euros. Ou seja, conseguiu investir cerca de três vezes mais do que o Município de Oliveira de Azeméis conseguiu. Eu acho que estes números são suficientemente reveladores da dimensão do investimento municipal que foi realizado no nosso concelho, do seu o impacto e da sua expressão. Não podemos aceitar esse epíteto de “reis do atraso” ou de falta de investimento no concelho, porque efetivamente isso não corresponde à verdade. Deixe-me que lhe diga duas outras coisas, que são muito importantes: uma delas, nós, muitas vezes esquecemo-nos - e isso é muito importante de vez em quando relembrarmo-nos - qual é o ponto de partida. O ponto de partida é absolutamente determinante. E depois lá irei a um conjunto de questões que falou, que achou, e que elencou, como sendo as questões mais críticas: A requalificação do parque escolar; Requalificação das zonas industriais; A melhoria da rede viária e o investimento nas nossas Freguesias. Em relação ao ponto de partida, é bom que nós nos lembremos daquilo que herdámos em resultado 4 décadas de governação, do agora seu partido, e perceber aquilo que hoje nós estamos a promover. Este relatório de contas revela, precisamente, o esforço enorme que estamos a procurar fazer para recuperar de décadas de atraso a que o seu plano de saneamento financeiro sujeitou este Concelho. Vou-lhe dar algumas notas, daquilo que aconteceu, em termos muito genéricos: uma delas é a consolidação das contas públicas, que estavam completamente descontroladas. Completamente descontroladas. Neste momento, as contas públicas - não somos nós que o que dizemos, é o insuspeito Anuário dos Municípios Portugueses, é o nosso revisor oficial de contas - são contas que revelam boas práticas de gestão e que revelam que este município é um município que privilegia a relação com os seus fornecedores. Dar-lhe nota da degradação generalizada do parque escolar. Que mais parecia um parque escolar do terceiro mundo do que de um país moderno, desenvolvido, que faz parte da União Europeia. As zonas industriais que nós tínhamos no nosso concelho, apesar da

realidade industrial que nós temos, do mérito e da capacidade extraordinária dos nossos empresários e da nossa força de trabalho, nós tínhamos zonas industriais completamente por infraestruturar. Tínhamos zonas industriais mesmo sem as infraestruturas básicas, com exceção da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. Nós sabemos muito bem o quanto isso prejudicou as nossas empresas no seu desenvolvimento e os nossos trabalhadores, e algumas dessas empresas foram mesmo obrigadas a sair do nosso concelho. Dar-lhe nota também sobre o edificado público: muito desse edificado concentrado na zona histórica da cidade. O que nós sabemos é que, todo ele, estava a cair aos bocados. O edifício das Antigas Finanças, a Casa Sequeira Monterroso, o Cineteatro Caracas, a Escola de Artes e Ofícios, a casa das Heras, o próprio Centro Interpretativo do Vidro, um conjunto de equipamentos públicos que apenas passavam a seguinte mensagem: a Câmara, efetivamente, não era um exemplo a seguir porque não tinha sequer capacidade para cuidar do que é seu. Nós não conseguíamos passar uma imagem também para os investidores. E felizmente essa imagem hoje está a acontecer. No que se refere à rede de água e saneamento: nós temos consciência que, apesar de todo o esforço financeiro que está a ser feito por este executivo, - e deixe-me fazer estes parênteses, na sua grande maioria, através do Orçamento Municipal. Este vai continuar a ser um problema que vai perdurar durante algum tempo e que vai continuar a preocupar-nos a todos. Portanto, tem que continuar a ser, independentemente de quem for o executivo camarário, uma preocupação para o futuro. Dar-lhe também nota de outra coisa, que é uma realidade incontornável: a nossa Cidade e o nosso Concelho foi vítima, durante muitos anos, ainda sofre hoje com isso, de uma completa falta de planeamento urbanístico. O nosso Plano Diretor Municipal, não sou eu que o digo, são os investidores que o dizem, são os projetistas que o dizem, não serve os interesses do nosso Concelho, nunca promoveu o desenvolvimento do território, nunca teve capacidade para atrair investimento. E é muito importante que ele rapidamente seja reformulado, que crie as condições de atratividade que são necessárias, para que as pessoas olhem para aquele instrumento como um instrumento objetivo de planeamento e promoção de desenvolvimento do território. A falta de estratégia, não foi só no Plano Diretor Municipal, em áreas tão críticas e tão essenciais como a Proteção Civil, não existia rigorosamente nada. Por isso, eu acho interessante a sua preocupação com o nosso Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que, está em funcionamento, está atualizado, enquanto não for revisto continua em funcionamento e é válido. Repare: durante anos, não tivemos minimamente estruturado o nosso serviço e as nossas respostas de proteção civil. E isso nunca constituiu nenhuma preocupação. Falou em falta de estratégia para o turismo: Senhor deputado, estou de acordo consigo. Ainda não chegámos lá. Há aí um caminho longo a percorrer. Já não concordo consigo, em relação à cultura. Porque, efetivamente, essa estratégia para a promoção da cultura no nosso concelho, não existia. Existia de forma avulsa, de forma desgarrada, mas de forma estruturada, de forma planeada e, sobretudo, com objetivos definidos, objetivos mensuráveis, não existia. Hoje, existe essa estratégia, ela está a ser construída com os nossos parceiros. E não temos dúvidas que vamos ter Ferreira de Castro a ser devidamente potenciado. Ferreira de Castro que, além de ter capacidade para potenciar

culturalmente o concelho, tem também potencial turístico. Também não tínhamos nenhuma estratégia para o empreendedorismo. Não tínhamos nenhuma estratégia para a mobilidade. Não tínhamos muita estratégia em muita coisa. Hoje, felizmente, estamos a dar passos firmes, passos determinados para que a nossa cidade e o nosso concelho com as nossas freguesias sejam territórios de oportunidade. Deixe-me só dar nota, em relação a algumas questões que colocou, que merecem a minha consideração: Uma delas, foi - conforme referiu - a requalificação do Parque Escolar. Eu acho que, é profundamente injusto, dizer que não tem sido feito um esforço hercúleo na requalificação do nosso parque escolar. Neste momento, são várias as escolas que estão a ser intervencionadas em simultâneo, neste caso concreto, reconheçamos, as Escolas EB e JI, quer através de empreitadas, quer através de administração direta. Mas, nos nossos planos, naquilo que nós já temos definido em termos de investimento, muitas outras escolas vão ser finalmente retiradas destas escolas que têm aspeto de terceiro mundo e vão ser escolas com todas as condições para as nossas crianças. Em relação à requalificação das zonas industriais: O senhor também é injusto. Porque: sabe que foi lançado o procedimento para a Zona Industrial do Nordeste e que tem concorrente vencedor; sabe que foi lançado o procedimento para a Zona Industrial de Nogueira-Pindelo e que tem concorrente vencedor; sabe que foi lançado o procedimento para a Zona Industrial de Ul-Loureiro e que tem concorrente vencedor. Estamos com todas essas obras prontas para avançar, logo que tenhamos os vistos do Tribunal de Contas. Logo que tenhamos as condições burocráticas e administrativas vencidas, ultrapassadas, essas obras estarão no terreno. Quando diz que a nossa rede viária está profundamente degradada, não é injusto nisso, é verdade. Mas é injusto quando diz, que há preocupações pré-eleitorais e que agora é que se vai fazer. Senhor deputado, nós, sem considerarmos os investimentos que vão ser feitos na rede viária que serve as nossas zonas industriais, com os 3 milhões de euros que investimos em 2021; com os 2.17 milhões de euros que investimos em 2022; com os 1.8 milhões de euros que investimos em 2023; com os 3.3 milhões de euros que estão neste momento adjudicados para investir em 2024, estamos a falar de mais de 10 milhões de euros de investimento na nossa rede viária. Não pode dizer que isto tem uma dimensão eleitoralista, que há esse tipo de preocupações, porque não é verdade. E esperamos, sim, fica aqui esse compromisso, de que em 2025 façamos na mesma um forte investimento na nossa rede viária, não porque é ano de eleições, é por uma questão muito simples, que é realmente precisa. Está realmente muito má e é preciso recuperar a nossa zona industrial. Se a lógica fosse uma lógica meramente eleitoral, não tínhamos investido até agora 7 milhões de euros, que foi isso que investimos, e teríamos a concentração agora feita em 2024 e 2025. Mas isso sim, é que acho que não é correto, não é honesto, não é sério e, portanto, não o devemos fazer. Em relação a um conjunto de aspetos que referiu: Reconheço. Tem razão em alguns deles. Não devemos ignorá-los. A nossa Carta Educativa precisa de ser revista, precisa de ser atualizada, precisa de ser redefinida. O nosso Plano Municipal de Segurança Rodoviária, temos feito um trabalho enorme na sua preparação. Nós queremos criar condições de segurança em todo o território concelhio. Queremos olhar para o entorno das escolas e criar-lhes de segurança. Queremos erradicar os pontos de grande sinistralidade

no Concelho. Tivemos, muito recentemente, no mês de abril, as Infraestruturas Portugal connosco, - E quero pedir desculpa à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, que estava à nossa espera para com a senhora responsável das Infraestruturas Portugal visitarmos a freguesia, mas por razões que eu não quero aqui evocar passamos pela Freguesia, fomos efetivamente ver os pontos, mas não falámos com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, mas também não falámos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Nogueira do Cravo que ficou no carro à nossa espera, porque as Infraestruturas Portugal quiseram passar pelo território. E nós mostrámos os pontos. E agora vamos trabalhar com eles um conjunto de pontos, um conjunto de problemas, em Nogueira do Cravo, Macieira de Sarnes, Carregosa, várias Freguesias, o IC2, questão aqui muitas vezes levantada e que faz todo o sentido. Dizer-lhe que, tem toda a razão quando fala no nosso Plano Municipal de Segurança Rodoviária, tem toda a razão quando fala no nosso Ecocentro Municipal. O nosso Ecocentro Municipal já foi lançado o procedimento para o projeto de execução a concurso. Já temos um concorrente vencedor. Vamos lançar, garanto-lhe, a obra este ano. Garanto-lhe: Estas coisas sempre muito complicadas, mas é essa a vontade do Executivo Camarário. Terminar, dizendo-lhe que: efetivamente, não é muito fácil convencer-vos a votar a favor de um relatório de gestão e de umas contas. Mas, aquilo que eu lhe posso dizer é que, estas contas revelam fortemente o investimento forte que nós temos feito em projetos que nós consideramos que são absolutamente estruturantes para o futuro. E dizer-lhe também e termino, que a nossa preocupação é fazer esses investimentos, mas também ao mesmo tempo continuar a reforçar o apoio às nossas Juntas de Freguesia. Isso aconteceu. Isso aconteceu de forma expressiva. Reforçar o apoio também às entidades sem fins lucrativos. Isso também aconteceu de forma expressiva. E continuar também a apostar no apoio às nossas famílias. Mas a nossa estratégia, não é aumentar todos os anos os apoios sociais, é criar condições para que as pessoas deixem de necessitar dos apoios sociais. Isso sim é que é promover políticas públicas que promovam a integridade. É nisso que nós estamos a trabalhar. É isso que nós vamos continuar a fazer. Em relação à intervenção, do senhor deputado João Costa: Reconhecer, que o prazo médio de pagamento aumentou. É incontornável. Não há volta a dar. Gostaríamos que isso não tivesse acontecido. Mas há justificação para essas coisas. Quando nós adquirimos património o prazo de pagamento degrada-se, sobretudo quando não pagamos esse património a pronto. Dar também a indicação que, em relação ao alerta que fez, em relação ao mau estado da rede viária. Já foi aqui assumido. É uma das grandes preocupações que nós temos. Conforme aqui foi dito, até pelo público, é algo que se identifica com facilidade, basta ouvir o ruído produzido pelos pneus e pelos amortecedores dos nossos carros. Mas temos, objetivamente, que continuar a fazer estes investimentos que temos feito tendo, porém, a certeza de que vamos continuar a esventrar o nosso território e ao esventrar o nosso território nós criamos dificuldades às pessoas. É inevitável fazê-lo. Mas fica aqui o compromisso que continuaremos a reabilitar e a investir fortemente na nossa rede viária para que ela tenha dignidade que os oliveirenses precisam e para que promova a sua função económica e social. Deixar aqui esse compromisso

de que, a rede viária, no final de 2024, vai estar diferente e, garantidamente, no final de 2025, vai apresentar muito melhores condições do que as que tem atualmente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a Prestação de Contas do Exercício 2023, com a seguinte votação: **A favor**, 25 votos: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra**, 13 votos: doze (12) votos do PSD, e um (1) voto do B.E.. =====

===== **Ponto seis: - Minuta de Protocolo a celebrar com a AMP, para implementação de projeto piloto de rega sustentável (I/25197/2024) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - As atribuições do Município designadamente no domínio do Equipamento rural e urbano, Ambiente e promoção do desenvolvimento (alínea a), k) e m) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; - O Plano Metropolitano de promoção do uso eficiente da água aprovado na sequência do Protocolo de Colaboração celebrado entre a AMP e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), visa melhorar e racionalizar o uso da água, através da prossecução de ações de sensibilização para a adoção de comportamentos de poupança e valorização da água com vista ao seu uso eficiente e sustentável agindo de forma preventiva no combate à escassez deste recurso; - Que o Plano Metropolitano prevê financiar projetos piloto de rega sustentável em todos os municípios que integram a AMP e, portanto, torna-se necessário estabelecer protocolo de colaboração técnica e financeira com cada Município, tendo em vista a concretização dos objetivos assumidos; - A aprovação na reunião de 17.11.2022, da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, da minuta de Protocolo a estabelecer entre a Área Metropolitana do Porto e cada município, incluindo Oliveira de Azeméis; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21.02, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06, na redação atual; - Que nesta data designei o trabalhador Dr. Mário Jorge, como Gestor do Protocolo; Propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de colaboração técnica e financeira para implementação de projeto piloto de rega sustentável, a celebrar entre a AMP e o Município de Oliveira de Azeméis; - Se submeta à Assembleia Municipal ao abrigo da alínea K) e j) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Área Metropolitana do Porto tem um plano metropolitano para o uso eficiente da água e esse plano metropolitano prevê o financiamento de projetos-piloto para sistemas de

rega sustentável. A Área Metropolitana do Porto estabeleceu um protocolo com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e esse protocolo visa ações de sensibilização para o uso racional da água, mas também a instalação de um projeto-piloto em cada um dos 17 municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto. Estamos a falar de cerca de 255.000 euros distribuído pelos 17 municípios. Isto significa que cada município receberá 15.000 euros e o seu esforço de participação será de 5.000 euros. E, portanto, estaremos a falar em projetos-piloto para o uso de sistemas de rega eficiente no valor de 20.000 euros, para cada um dos municípios da Área Metropolitana do Porto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto sete: - Aprovação do PAPERSU de Oliveira de Azeméis - Plano Municipal de Ação do PERSU (I/20032/2024) - Conhecimento/ Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “O Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) determina que os planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação (PAPERSU) são elaborados pelas entidades gestoras dos sistemas municipais e multimunicipais, em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional (PERSU 2030), com vista a concretizar as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica. O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março, estipula que a “responsabilidade pelo cumprimento de metas deve ser solidária entre os SGRU (Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos) e os municípios, e distribuída de forma equitativa entre estes atores”. O contributo dos municípios para o cumprimento das metas é fixado nos PAPERSU - Plano Municipal de Ação do PERSU, evidenciando quais os quantitativos recolhidos seletivamente, fração multimaterial e biorresíduos. O PERSU 2030 impõe metas definidas a nível nacional, e com os respetivos SGRU. A trajetória associada ao cumprimento dos objetivos é fixada pelos PAPERSU, discriminado: - Avaliação comparativa, prévia à opção pelo modelo de recolha e processo de tratamento a implementar, com vista a evidenciar a eficácia e eficiência da solução eleita para a gestão de cada uma das frações de resíduos. - Os investimentos necessários para assegurar o cumprimento das metas que lhe forem atribuídos. As ações preconizadas no PAPERSU têm impacto económico, ambiental e social, sendo a gestão de resíduos uma área de elevado investimento dos municípios. O PAPERSU de Oliveira de Azeméis é o Plano de Ação para o atingimento dos objetivos e metas preconizados no PERSU 2030. Com um horizonte temporal até 2030, o PAPERSU de Oliveira de Azeméis, identifica e define os projetos e iniciativas que serão implementados no concelho de Oliveira de Azeméis, ao longo dos anos, e que potenciarão

a correta separação e valorização dos nossos resíduos. Este documento deverá ser remetido à Assembleia Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O regime geral de gestão de resíduos sólidos urbanos determina que os planos municipais, intermunicipais e multimunicipais, os planos de ação, aquilo que nós chamamos PAPERSU, sejam elaborados pelas entidades gestoras desses sistemas. E, naturalmente que, esses planos devem estar em articulação com um plano nacional de gestão de resíduos, PERSU2030, para que em cada um dos municípios seja possível cumprir as metas estabelecidas para o país em relação à gestão dos resíduos. O PERSU estabelece que essas metas, são metas que têm que ser cumpridas solidariamente entre os sistemas de gestão de resíduos urbanos e os próprios municípios e define os contributos que cada um dos municípios têm que dar nas diferentes matérias, seja na recolha seletiva, seja na diferenciada, seja nos biorresíduos, para o cumprimento das metas do PERSU. Dar-vos nota que aquilo que se prevê, em termos do cumprimento de metas para o país, é que em 2025, nós tenhamos 55% de recolha seletiva, para 2030, 60%, e para 2035, 65%. Damos apenas alguns dados, porque acho que é importante, sobre o nosso sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, do concelho de Oliveira de Azeméis: Como sabem, a Câmara Municipal assegura, através de uma concessão a uma empresa, a recolha dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados, mas também os resíduos verdes e, os monos, aquilo que nós designamos por monos e esses monos são por comunicação prévia, 30.737 alojamentos, ou seja, 23.972 residências habituais. A recolha, como sabem, é feita através de um sistema de recolha de proximidade, baseado na contentorização; temos 2.409 contentores de 800 litros e temos também 20 contentores enterrados de 1100 litros e ainda temos 50 unidades para porta a porta. O rácio atual de contentores, contentores indiferenciados, por ecoponto é de 6 para 1. Um rácio que nós pretendemos reduzir. Idealmente, aquilo que nós pretendemos, é que por cada sistema de contentorização tenhamos também um sistema de ecopontos. Temos também 51 oleões, para os óleos alimentares usados. E também contentores instalados um pouco por todo o concelho para a recolha de produtos têxteis. Temos também, conforme eu referi, um serviço de recolha de monos porta a porta por marcação prévia. Eu pedia aos oliveirenses que não metessem colchões nos passeios, que não metessem frigoríficos junto aos contentores, temos um serviço por marcação prévia que recolhe em que nas vossas casas esses monos, evitando que eles estejam na via pública, estejam inesteticamente a introduzir ruído. Dizer-vos, também, que temos um pequeno serviço, estamos a falar de pequenas quantidades de tratamento de resíduos de construção e demolição, portanto, estamos a falar de pequenas obras, naturalmente, estamos a falar também da existência de um local para deposição dos RRR, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos. A recolha, como sabem: a recolha multimaterial é feita, recolha em alta, pela ERSUC, portanto, uma entidade que agrupa vários municípios. Temos*

374 ecopontos de superfície e um enterrado. Dar nota que, estes resíduos que são recolhidos seletivamente representam um pouco mais de 2.400 toneladas por ano, ou seja, menos de 10% dos resíduos sólidos urbanos que são produzidos anualmente no nosso concelho. Como sabem, em 2022, nós produzimos mais de 26.500 toneladas, portanto, cerca de 400 quilos por habitante, 90% desses resíduos, cerca de 24.000 toneladas são resíduos indiferenciados. O município de Oliveira de Azeméis fez uma caracterização dos seus resíduos sólidos urbanos em 2022 e, rapidamente, percebeu que havia 2 dimensões muito importantes de atuação: uma delas, os biorresíduos que representam 47% dos resíduos indiferenciados que nós temos. Portanto, aqui a componente dos biorresíduos alimentares é muito expressiva, cerca de 37%; Os resíduos verdes, cerca de 10%; E também aquilo que nós designamos pelos FFF, portanto, a recolha seletiva do papel, do cartão, do metal e do plástico, aí tínhamos também uma margem de manobra para evoluirmos até aos 21%. Portanto, temos aqui 2 áreas de atuação que são fundamentais. E, portanto, a Câmara municipal, naturalmente, tem vindo a fazer o seu caminho, tem vindo a implementar um conjunto de projetos muito interessantes que visa promover hábitos de consumo e também de recolha seletiva mais responsável. Temos também um projeto de recolha de resíduos verdes, em todo o concelho, através dos contentores castanhos que vocês já se habituaram a ver, temos 250 contentores de 800 litros, temos também big bags de 1000 litros, que disponibilizamos às juntas de freguesia e temos 3 contentores metálicos de 15 metros cúbicos instalados nas freguesias onde, tendencial e tradicionalmente, se produzem mais resíduos verdes. A recolha de resíduos alimentares é feita porta-a-porta. Temos 2.750 contentores de 40 litros para moradias, num projeto-piloto, apenas em 5 freguesias do nosso concelho, Oliveira de Azeméis, Nogueira do Cravo, Macieira de Sarnes, parte de Fajões e Cesar. No canal Horeca, nós disponibilizamos 130 contentores de 120 litros e 20 unidades de 240 litros. Temos também um programa RecolhaBio, é um programa muito interessante que foi iniciado muito recentemente, que prevê a compostagem comunitária, compostagem doméstica, instalamos muito recentemente 4 centro de compostagem comunitária, 2 de 3 metros cúbicos e 2 de 6 metros cúbicos, naturalmente, é uma experiência que queremos replicar para o conjunto do território. E no caso da compostagem doméstica, temos 460 compostores 280 litros que serão distribuídos pelas moradias do concelho. Dar-vos nota daquilo que é a ambição, que nós temos através deste PAPERSU, para o período 2024/2030: Aquilo que se pretende é reduzir a produção total de toneladas de lixo que enviamos para aterro, mas também o número de total de toneladas de lixo que produzimos anualmente no nosso concelho. Nós, neste momento, produzimos, dados de 2022, 26.580 toneladas, prevemos, em 2030, ter uma redução para 25.786 toneladas, ou seja, a capitação por pessoa passar de 402 quilos para 390 quilos. Como sabem, a partir de 01 de janeiro de 2026, nós vamos ter obrigatoriedade de instalar um sistema produtor pagador (sistema Payt) para o comércio, restauração e indústria. E depois teremos que, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2030, instalar o sistema payt ao conjunto dos produtores de lixo. Estamos naturalmente também a trabalhar na identificação de um sistema tarifário adequado a esse sistema payt. E estamos também a trabalhar na alteração do nosso regulamento municipal,

que julgo que é de 2019 e que tem que ser alterado, para que se introduzam estas alterações que o adegue à nova realidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Damos alguma algumas notas, sobre algumas medidas que constam deste PAPERSU e que são objetivos estratégicos. Um deles é uma gestão integrada dos biorresíduos indiferenciados, substituindo o parque atual de contentores, introdução do tal sistema payt. A distribuição até 2030 de 1050 compostores domésticos e 50 comunitários, bem como a criação de uma unidade intermunicipal de compostagem. Pretendemos também criar 3 centros de recolha adicionais e, naturalmente, já aqui foi falado, um ecocentro municipal, eventualmente estudar a possibilidade e viabilidade de termos dois ecocentros móveis. Há também uma aposta fortíssima, porque muita desta estratégia tem que ser consolidada, na promoção de ações de sensibilização e na prevenção. Nós temos 9 quilos, 9 quilos, 9 quilos, por habitante, por ano de desperdício alimentar próprio para consumo. Cada um de nós desperdiça, por ano, 9 quilos de alimento que estão próprios para consumir e, portanto, queremos também reduzir, vão para o lixo, queremos reduzir drasticamente também esse valor. Equaciona-se a possibilidade de adquirir um biotriturador para os resíduos verdes. A possibilidade, conforme eu já disse, de aumentar ou de anular, digamos, o rácio de 6 para um entre a contentorização e os sistemas de ecopontos, passando por um rácio de um para um. E, portanto, aquilo que nós pretendemos, com este o plano de ação, para este programa Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos de Oliveira de Azeméis, é reduzir as toneladas que enviamos anualmente para aterro que tem uma correspondência objetiva na TGR que os municípios pagam de 23.000 toneladas, as atuais 23.000 toneladas, para 10.500 toneladas. E, portanto, com isto, nós esperamos investir cerca de 11.8 milhões de euros na implementação do nosso PAPERSU, deste conjunto de medidas que constam do plano de ação, mas esperamos também por esta via da redução do lixo que enviamos para aterro, da recolha dos biorresíduos, da recolha dos verdes, do incremento da recolha seletiva, gerar uma poupança da ordem dos 11.2 milhões de euros, 11.3 milhões de euros e, portanto, conseguirmos cumprir aquilo que são as metas que nos são impostas para a nossa área geográfica e, ao mesmo tempo, tentar aqui uma neutralidade orçamental que não obrigue que os municípios financiem este enorme esforço que o concelho de Oliveira de Azeméis está sujeito, mas também o conjunto dos municípios do país. Naturalmente que nós prevemos que alguns desses investimentos sejam financiados por fundos comunitário. É essa a nossa expectativa. Sendo o esforço municipal direcionado para a questão dos centros de recolha, para o ecocentro municipal, e também para a unidade intermunicipal de compostagem. Dar-vos uma nota, que é o número que eu acho que deve ser dado para que as pessoas percebam o que é que nós estamos a falar: Em relação aumento do tarifário, nós prevemos que, em 2025, o esforço por contrato, está aqui dito no documento, seja de cerca de 39 euros, 40 euros, ano. E aquilo que nós prevemos é que, em 2026, consigamos reduzir o tarifário, em relação naturalmente ao tarifário que teríamos se não implementássemos estas medidas do PAPERSU. E, portanto, eram estas as notas que eu vos queria deixar, sobre aquilo que é o nosso sistema de gestão de gestão e de recolha de resíduos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Helga Correia e Rui Rocha. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Este ponto aborda o Plano de Ação para a Estratégia de Resíduos Urbanos no âmbito da obrigação de cumprimentos das metas do PERSU2030. É o compromisso de Oliveira de Azeméis com o plano de gestão de resíduos nacionais, o compromisso com o cumprimento de metas. Ao olharmos para o documento apresentado a esta assembleia municipal, ao olharmos para os dados ali espelhados, percebemos que existe ainda um longo caminho a percorrer até conseguirmos uma mudança de paradigma na gestão de resíduos. Isto porque 90% do lixo que produzimos é lixo indiferenciado. Existem vários planos a ser implementados no nosso município. A esse nível saúdo o município na pessoa do Sr. Vereador Rogério Ribeiro, responsável pela área do ambiente e pelo caminho que está a ser traçado nesta área, mas permita-me referir que existe ainda muito a fazer, e a esse nível, o plano faz referência a isso mesmo, alertando que “a falta de vontade política e recursos e, conseqüentemente o progresso da implementação das medidas pode ser insuficiente para alcançar os resultados esperados”. Se olharmos para os dados disponíveis a recolha seletiva representa apenas 11% daquilo que produzimos e segundo o próprio relatório que apresenta os dados quantitativos recolhidos entre 2022 e uma projeção da recolha até 2030, verifica-se e cito “que seguindo a tendência, não existir mudança de paradigma, a quantidade separada manter-se-á idêntica: 18% (4 130 toneladas) dos resíduos recolhidos para reciclagem, em 2030” fim de citação. Segundo dados do relatório no ano de 2021/2022 - cerca de 70% dos resíduos indiferenciados são valorizáveis se as pessoas fizerem a separação dos resíduos, mas para isso têm de ser dadas condições. Assim, saliento que: - O sistema de recolha de ecopontos não acompanha a recolha de indiferenciados, fator que não incentiva à separação; - Ecopontos num estado de degradação que necessitam de atenção por parte do operador e da autarquia, sem qualquer tipo de higienização - espaços que não são cuidados e sem segurança para a população; - Necessidade de comunicar mais e melhor com as pessoas; - Dotar as pessoas com meios para separação diferenciada e correta; - Contentores de resíduos verdes deveriam acompanhar os contentores do lixo indiferenciado em todo o concelho. - Necessidade de criar a resposta de um ecocentro municipal, ecocentro defendido pelo PSD, abordado pelos nossos vereadores e por mim aborda e que virá imprimir uma dinâmica na recolha de resíduos e na estratégia como é feita essa recolha. O empenho do decisor político é fundamental para o empenho de todos. O fator crítico para a mudança de paradigma passa pelo investimento numa gestão integrada, mais inteligente, uma oportunidade de investimento urbanístico e requalificação dos espaços, identificando e criando espaços públicos verdes e de qualidade para o utilizador. E, portanto, reforçar a necessidade de criar condições para que as pessoas possam separar mais, com condições, com contentores higienizados, com ecopontos vazios que lhes permita deixar a

reciclagem com segurança. E com um Ecocentro que lhes permita deixar monos e/ou equipamentos que não possam ser deixados nos ecopontos normais, e assim permitir termos uma cidade mais limpa, mais cuidada, mais segura e mais verde. O plano prevê a implementação do sistema utilizador-pagador, paga o que deita fora, quer isto dizer que paga menos se separar mais. Uma mais-valia para o ambiente, numa altura em que são colocados um conjunto de desafios. Aumentar a reciclagem e reutilização são dois passos fundamentais para diminuir o peso dos resíduos indiferenciados, este é um desafio que vai permitir a redução dos custos dos resíduos e aumentar a economia circular. Para concluir: Investir no PAPERSU é investir nas pessoas, no seu bem-estar, na saúde pública dos cidadãos. Faz parte da responsabilidade social de qualquer autarquia zelar pelo bem-estar dos seus cidadãos e isso só se consegue com meios e com condições. E esperamos que este plano passe à prática e assim termos uma cidade muito mais limpa.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

===== Muito boa tarde a todas e a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, PERSU 2030, da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, tem como objetivo o cumprimento das políticas comunitárias no que a este tema diz respeito. Procura guiar os diversos agentes envolvidos, na implementação de ações no âmbito da prevenção, reciclagem e valorização de resíduos urbanos, assumindo a recolha seletiva e a prevenção da produção de resíduos papel principal em todo o processo. Este Plano Estratégico de âmbito nacional, PERSU 2030, determinou a obrigação de apresentação dos Planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de ação, designados de PAPERSU. É este plano de ações que nos é apresentado neste ponto da nossa ordem de trabalhos. Um Plano que prevê um investimento de aproximadamente 12 milhões de euros distribuídos ao longo de 7 anos. Um investimento que, independentemente da visão política de cada um de nós, significará sempre um esforço para o município. Um esforço que, pela urgência climática, todos acompanharão. Pergunto Sr. Presidente, apesar do Plano apresentado já referenciar o previsível cofinanciamento de parte dos valores mencionados através de alguns mecanismos, de que forma o município se está a preparar para poder usufruir desse tipo de apoio? Existem já delineados projetos com vista à obtenção de fundos para este efeito? E no caso da participação comunitária ser inferior ao previsto, o município prevê assumir o plano como hoje proposto ou será obrigado a rever o planeamento? As mais variadas ações previstas no Plano têm como eixo comum e transversal, tal como o próprio menciona, a “Sensibilização e Informação” e a “Alteração Tarifária e Regulamentar”. No que concerne à “Sensibilização e Informação” podemos observar um investimento previsto na ordem dos 794 mil euros, com distribuição uniforme ao longo do horizonte temporal do Plano. De que forma, Sr. Presidente, será promovida esta sensibilização e informação? Um dos pontos fortes mencionados na matriz

swot do Plano de Ações apresentado pelo município tem a ver com a vocação agrícola familiar de parte do território, com potencial de utilização do composto proveniente da degradação da matéria orgânica de resíduos. Naturalmente que, para incorporação deste tipo de conhecimento nos agregados familiares, será fundamental informação e formação direcionada e de proximidade. Neste sentido as Juntas de Freguesia poderão ter papel determinante. Pergunto Sr. Presidente, serão as nossas Juntas de Freguesia envolvidas no processo? Serão as mesmas incentivadas e apoiadas para o cumprimento das diversas metas definidas? No que respeita à “Alteração Tarifária e Regulamentar”, dando seguimento aos, cada vez mais, elevados custos associados aos sistemas logísticos e de tratamento de resíduos, estipula-se o aumento de tarifário para alcance de equilíbrio financeiro. Apresenta-se como possibilidade a aplicação do tarifário poluidor-pagador, ou tipo PAYT, paga o que deita fora, pagando menos se separar mais. Questiono Sr. Presidente, será possível, num município com características tão heterogéneas, a implementação de um tarifário dito personalizado? Que tipo de impacto financeiro poderá ter a implementação deste tipo de sistema? Independentemente das linhas definidas para o Plano de Gestão de Resíduos do nosso concelho, importa na realidade dar-lhe o devido andamento. A sua pertinência é tão elevada que não se encontra margem para o deixar vazio de execução. Basta considerar que, Oliveira de Azeméis, a taxa de reciclagem é de cerca de 10%, o que significa que o caminho é ainda bastante longo. O trabalho dos últimos anos foi procurando responder a esta urgência, mas o ponto de partida é muito frágil. Naturalmente poderá carecer de ajustes advenientes dos comportamentos efetivos dos Oliveirenses, mas sem nunca descurar a sua continuidade. Iremos com certeza acompanhar a sua implementação procurando incentivar a resiliência na sua aplicação. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Dar só duas ou três notas, em relação ao que foi dito: A implementação do sistema de recolha e tratamentos biorresíduos é absolutamente crítica para o sucesso do nosso PAPERSU, absolutamente crítico. Há muitos municípios que ainda não ensaiaram este caminho, nós já estamos a fazê-lo e há muitos municípios que nem sequer tem o seu PAPERSU feito e aprovado. Aquilo que poderá acontecer é que, eventualmente, poderão ver condicionado seu acesso a fundos comunitários, precisamente, que permitirão a concretização destes planos de ação. A meta que está aqui prevista para a recolha seletiva, 18%, é uma meta muito ambiciosa nós passarmos dos atuais 9%, 10%, para 18% e estamos muito perto dos 21%, que é, digamos, o limite do esforço, aquilo que nós podemos fazer em termos de evolução neste domínio. Aquilo que alguém disse, em relação ao nosso sistema de contentorização para recolha de biorresíduos verdes. Efetivamente precisa de ser afinada. Há muita contaminação dos resíduos. As pessoas também da precisam de mais tempo para perceber. Mas aquilo que aqui foi dito, que eu considero que é muito importante e muito relevante, é que no domínio da mudança do paradigma, no domínio da prevenção, da sensibilização, do trabalho feito junto

dos nossos alunos, junto da nossa comunidade, envolvendo, naturalmente, as nossas juntas de freguesia, que são parceiros ativos também para o cumprimento destas metas, é absolutamente crítico para o sucesso disto. Nós podemos olhar para estas questões da prevenção, de lado, e da sensibilização, mas essas questões são absolutamente críticas. Isto é um trabalho de insistência, de persistência, de explicação continua às pessoas de procurar mudar os seus hábitos, não é fácil. É evidente que nós temos uma população muito envelhecida. Temos também um território que é urbano rural. Não se esqueçam que nós vimos de práticas de enterrar lixo no quintal, de queimar lixo no quintal, e, portanto, nós para mudarmos estas coisas demora alguns anos. Há municípios que começaram a fazê-lo há muito tempo, alguns deles com muito sucesso e outros nem por isso. É também muito importante que nós não olhamos para o lixo como um passivo e começemos a olhar para o lixo como algo que pode e deve ser valorizado. É muito importante a higienização dos contentores, a qualidade dos sistemas de recolha, a limpeza da envolvente dos sistemas de recolha, tudo isso é um contributo importante para a construção de uma imagem que é fundamental criar junto da população. Em relação às questões objetivas: Se vamos assegurar os investimentos, caso não tenhamos as taxas de financiamento que estiveram na base para o estudo? Com certeza que sim. Porque temos preocupações ambientais, temos metas para cumprir, mas não é por termos metas para cumprir e que somos obrigados a cumprir que nós vamos deixar, não porque tenhamos aqui folgas extraordinárias e porque estamos cheios dinheiro, mas porque, conforme foi aqui dito e bem, isto é um investimento absolutamente estratégico. Isto é um problema complicadíssimo. Os nossos aterros estão em completo stress em todo o país. O problema da recolha seletiva, os 11%, não problema de Oliveira de Azeméis. Se fosse um problema de Oliveira de Azeméis, não precisávamos de PAPERSU nenhum. Isto é um problema do país. É um problema do país e nós temos que o resolver. E, portanto, este plano de ação, oxalá ele não tenha hesitações, que haja a coragem para a implementar e levar até ao fim, porque, o financiamento, se aparece por muitas coisas, para isto que nós consideramos todos que é absolutamente estratégico, não podem faltar fundos, sejam eles resultantes do orçamento municipal, sejam eles de programas ou de avisos de fundos comunitários. Mas, deixo aqui a garantia de que, se esses serviços não chegarem, aquilo que está prevista, os 1.8 milhões de euros que estão previstos, em termos de ano de investimento 2024 a 2030, e os 1.3 milhões de euros, a partir daí, vão ser assegurados pela Câmara Municipal. As ações de sensibilização: de que forma elas vão ser asseguradas? Vão ser asseguradas através de um trabalho intenso junto das comunidades. É isso que nós vamos fazer. Estamos a estruturar planos de comunicação e estamos também a fazer ações de sensibilização que vão produzir o impacto que nós desejamos para a mudança comportamental das pessoas. A questão do aumento tarifário para o equilíbrio financeiro: Será possível neste município, termos um tarifário personalizado? Nós não vamos ter um tarifário personalizado. Nós vamos implementar um sistema que procure que realmente quem produz lixos, pague, quem não promove a recolha seletiva, pague. É isso que nós vamos procurar fazer. E a única forma que nós temos de ter tarifários justos, porque efetivamente nós hoje com indexação que nós temos aos consumos das águas, portanto, nós podemos ter grandes consumidores de água

que não produzem resíduos sólidos urbanos e podemos ter pequeníssimos consumidores de água que produzem quantidades extraordinárias de resíduos sólidos urbanos. E, portanto, aquilo que nós temos que procurar ter, é um sistema, nessa perspetiva, é um sistema personalizado, porque, efetivamente, vai controlar a deposição de lixo indiferenciado e vai por essa via também controlar o lixo que é enviado para recolha seletiva e penalizar as pessoas que não tenham esse tipo de comportamento. Não há outra forma. É difícil. É um esforço financeiro considerável. Mas, acho que, está completamente interiorizado pelo conjunto dos Municípios, está completamente assumido pelos autarcas, está assumido pelo país que não há outro caminho, não há outro caminho. Podemos estar a falar de sistemas de recolha diferentes, alguns pela contentorização enterrada, outros por contentores de alguma dimensão, outros por contentorização porta-a-porta, recolha porta-a-porta, podemos ter diferentes modelos de recolha, todos eles legítimos e a funcionar e, portanto, terão que se adaptar à realidade de cada um dos territórios. Mas não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que, teremos, também, por via do tarifário, incentivar práticas responsáveis na deposição dos lixos. E, portanto, apenas e só dar essa garantia de que, no caso concreto, Oliveira de Azeméis, isto é mesmo para avançar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto oito: - Aprovação do Regulamento de Obras e Intervenções no Espaço Público de Oliveira de Azeméis (I/23199/2024) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Em 01/02/2024 foi aprovado o projeto de alteração do Regulamento de Obras e Intervenções no Espaço Público de Oliveira de Azeméis, tendo sido, posteriormente publicitado, por edital no Boletim Municipal; 2. O projeto de alteração do regulamento encontrou-se em consulta pública, pelo período de trinta dias; 3. Não se verificou constituição de interessados, nem quaisquer contributos ao projeto de regulamento publicitado; 4. Compete á Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do Município, bem como aprovar os Regulamentos internos (art.º 33., n.º 1, alínea k) , da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); 5. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município (art.º 25º, nº1 alínea g) , da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se: 1. A aprovação do Regulamento de Obras e Intervenções no Espaço Público de Oliveira de Azeméis, nos termos e para os efeitos do art.º 33., n.º 1, alínea k) , da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. O envio do regulamento, para aprovação, à Assembleia Municipal , nos termos e para os efeitos do art.º 25º, nº1 alínea g) , da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após

aprovação pela Assembleia Municipal, o envio do regulamento, para publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do art.º 139º do CPA.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Nós, em 2022, aprovámos o Regulamento que visava e visa disciplinar as intervenções no espaço público por parte dos operadores. Em fevereiro de 2024, nós, aprovámos um projeto de alteração do Regulamento. Esteve em consulta pública e não recebeu quaisquer contributos. Agora estamos em condições de o aprovar nesta Assembleia Municipal.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto nove: - Criação, instituição do Corpo da Polícia Municipal e Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis (I/25220/2024) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; - As atribuições dos municípios, designadamente no domínio da Polícia Municipal (n.º 1 e alínea o), do n.º 2 do citado artigo 23.º); - Que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de Polícia Municipal e aprovar o mapa de pessoal (alínea o), g) e w) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09); - Que com a criação da Polícia Municipal de Oliveira de Azeméis e concomitante aprovação do seu regulamento e quadro de pessoal, o Município de Oliveira de Azeméis passará a dispor de agentes da Polícia Municipal com a missão prioritária de fiscalizar, na vasta área sob sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam as matérias relativas às respetivas atribuições e competências dos seus órgãos; - Que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em reunião de ordinária de 11.05.2023 (I/30118/2023), deliberou, ao abrigo do artigo 98.º do CPA (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07.01, na redação atual), aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis e participação procedimental, tendo decorrido o prazo legal, sem que tivesse sobrevivido sugestões; - Que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em reunião ordinária de 21.12.2023 (I/54851/2023), aprovou o Projeto de Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal de Oliveira

de Azeméis, submissão a consulta pública e audiência do Sindicato Nacional das Polícias Municipais, procedendo-se, para o efeito, à sua publicação em 22.01.2024 (Aviso n.º 1632/2024), na II Série do Diário da República e na página eletrónica deste Município, pelo prazo de 30 dias úteis, contados da referida publicitação; - Que o projeto do Regulamento foi submetido a audiência do Sindicato Nacional das Polícias Municipais e a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo; - Que decorrido o prazo para consulta pública e para audiência da entidade representativa dos interesses em causa, no seguimento das sugestões apresentadas, procedeu-se às alterações necessárias ao projeto de Regulamento; - Que a Lei n.º 19/2004, de 20.05, na sua redação atual, que procede à revisão da lei-quadro que define o regime e forma de criação das Polícias municipais, determina, no n.º 3 do seu artigo 11.º, que a eficácia da deliberação de Assembleia Municipal que, sob proposta da respetiva Câmara municipal, proceda à criação de polícia municipal depende de ratificação por Resolução do Conselho de Ministros; e que esta é tomada mediante proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração interna e das autarquias locais (n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 197/2008, de 07.10; Proponho: - Que a Câmara Municipal, ao abrigo designadamente do disposto no art.º11.º da Lei n.º 19/2004, de 20.05, na redação atual, conjugado com o art.º 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do Decreto Lei n.º 197/2008, de 07.10, da alínea K) do n.º1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual e disposições atrás citadas, submeta à aprovação da Assembleia Municipal, a criação, instituição do Corpo da Polícia Municipal e aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis, e respetivos anexos (incluindo mapa de pessoal) e subsequente submissão da presente deliberação, a ratificação por Resolução do Conselho de Ministros.” =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Senhor Presidente, aquilo que nós pretendemos é submeter à vossa aprovação a criação da Polícia Municipal em Oliveira de Azeméis e também o seu Regulamento de organização e funcionamento. O projeto de regulamento foi aprovado na reunião de câmara de 21/12/2023. Esteve em discussão pública. E foi também ouvido o sindicato que representa a Associação das Polícias Municipais. Recebemos contributos e introduzimos esses contributos neste Regulamento. Aquilo que nós pretendemos, em termos das funções a desempenhar pela Polícia Municipal, elas estão previstas no artigo quinto deste Regulamento: - A fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais; - A fiscalização do cumprimento das normas do âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização cabe ao município; - A aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais; - Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente áreas circundantes de escolas em coordenação, naturalmente, com as forças de segurança; - Vigilância nos transportes urbanos locais, também em coordenação com as forças de segurança; - Intervenção em programas

destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos; - Guarda de edifícios, equipamentos, e espaços públicos municipais ou outros, que a Câmara Municipal tenha temporariamente à sua responsabilidade; - E também a regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área, naturalmente, da jurisdição municipal. E, portanto, em primeiro lugar, dizer o que é que na nossa opinião justifica a criação da Polícia Municipal de Oliveira de Azeméis: - Em primeiro lugar, aquilo que são as experiências que nós conhecemos de outros municípios e que merecem a concordância e a aprovação generalizada da população, porque efetivamente reconhecem ganhos objetivos de segurança nos seus territórios. A extensão, a dinâmica do nosso território, a necessidade de criarmos um território seguro para as pessoas e bens, justificam esta resposta que, naturalmente, será uma resposta que colaborará e complementarará aquilo que é a resposta que as forças de segurança atualmente disponibilizam no nosso território. Em termos de estrutura, dar algumas informações: A estrutura que está prevista é: um chefe de divisão, quinze agentes, dois assistentes técnicos e um técnico superior. Temos que ter necessariamente esta estrutura, porque a lei a isso obriga. Não temos, porque nós temos um rácio de agentes de 0,23 agentes por cada 1000 habitantes/eleitores. Mas somos obrigados a ter esta estrutura. Não quer dizer que alguns destes recursos humanos que elencamos aqui não sejam recursos humanos já atualmente existente, seja ao nível dos técnicos superiores, seja ao nível de chefe de divisão, seja ao nível até dos próprios agentes ou dos assistentes técnicos. Mas, dizer-vos que, o corpo terá quinze agentes e um agente responsável. O investimento inicial é mais forte na aquisição dos fardamentos, armamento, viaturas, tudo aquilo que é necessário para que a nossa polícia municipal possa funcionar. E aquilo que nós temos em termos de pressupostos financeiros que foram previstos para um período de análise de quinze anos, um período de implementação mais um período de exploração de quinze anos, é que nós façamos um investimento inicial, que estimamos perto dos 202.000,00€, portanto, na adequação das instalações, dos equipamentos, nas viaturas, nas fardas, E depois tenhamos um investimento médio anual, após o primeiro ano, na ordem dos 15.000,00€ por ano. Portanto, nós estamos a prever ter custos médios de cerca de 194.000,00€, por ano, com os efetivos da Polícia Municipal e 35.000,00€ de fornecimento de serviços externos anualmente. Quer isto dizer que, nós teremos um défice que resulta sobretudo da diferença entre aquilo que é massa salarial, aquilo que são as receitas que nós esperamos angariar que serão muito parecidas com aquilo que corresponde aos gastos de pessoal, mas temos realmente um conjunto de serviços externos que representarão, ao fim dos quinze anos de exploração, cerca de 750.000,00€ de défice, ou seja, estaremos a falar em números redondos cerca de 50.000,00€ que custará por ano a implementação da Polícia Municipal. Partindo do princípio que nós, não conseguimos melhorar a eficácia da nossa atuação, não conseguimos por via de uma melhor e de mais reforçada eficaz fiscalização conseguir receitas que consigam suprir este défice que vos anuncio. Dar também nota que nós temos a possibilidade de integrar alguns dos nossos fiscais, caso eles aceitem, na Polícia Municipal. Mas, efetivamente, o nosso corpo de fiscais atuais, sete, em alguns casos já solicitaram a reforma, e alguns com já com alguma idade, e também temos uma pessoa ou

outra com problemas de saúde que inviabiliza a sua possibilidade de ingressar no corpo da Polícia Municipal. Mas estes são, em traços gerais, os números que a criação da Polícia Municipal em Oliveira de Azeméis comporta. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Costa e Francisco Silva. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e quem assiste em casa através da Azeméis TV. Um território vasto como o concelho de Oliveira de Azeméis, com cerca 161 km² de área e uma densidade populacional com mais de 66 mil munícipes, gera necessidades de gestão que vão mudando com o tempo e com as dinâmicas que caracterizam cada época. Um contexto caracterizado, apenas para citar alguns exemplos: - um forte tecido industrial e empresarial em crescimento constante; - uma multiplicidade de eventos realizados pelas diversas associações em diversos pontos do concelho; - a necessidade de cuidar dos espaços equipamentos e infraestruturas públicas que nos últimos anos temos recuperado e cuja expressão se torna mais significativa, prevenindo atos de vandalismo, felizmente pontuais, - a necessidade de evitar abandono de viaturas na via pública, disciplinar trânsito e estacionamento, facilitar dinâmicas de circulação, sobretudo quando formas de mobilidade suave vão ganhando expressão; - a importância de desenvolver ações de prevenção nas escolas, trabalhando com o programa escola segura para gerar ambientes escolares de maior qualidade, sobretudo na envolvência das escolas; Define uma realidade na ação dos 3 postos das forças de segurança que a polícia municipal poderá, no seu âmbito de atuação próprio e que inclui os cenários atrás descritos, servir e complementar, para que possamos ter um território mais centrado na prevenção, na perceção de segurança e na cooperação entre os diferentes atores. A formação da Polícia Municipal, deverá, sua génese, servir também para completar a ação das forças de segurança que temos no conselho e cujas condições importa muito reforçar. Sobretudo, depois do posto da GNR de Cucujães, garantir a concretização da requalificação do posto de Cesar. Este regulamento é claro, indicativo, exaustivo e exigente na diversidade de ação da polícia municipal, cujo trabalho, em alguns concelhos, acaba por prender muito à gestão do trânsito e do estacionamento. As funções previstas à Polícia Municipal de Oliveira de Azeméis vão muito mais além da apontada. Passam por: a) Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais; b) Fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município; c) Aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais; d) Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança; e) Vigilância nos

transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança; f) Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos; g) Guarda de edifícios, equipamentos e espaços públicos municipais, ou outros que estejam temporariamente à sua responsabilidade. Sabe-se que um investimento na massa salarial, fardamento e viaturas constitui um esforço para o município. Contudo, a relação custo/benefício e o quadro de transferências de competências, disposição legal inscrita no regulamento e a que este dá resposta, torna esta medida necessária, oportuna e vantajosa para o Município. Se visto no seu conjunto - a requalificação do posto da GNR de Cucujães, a requalificação que todos esperamos do posto da GNR de Cesar, a criação da polícia municipal, a estruturação do serviço municipal de proteção civil, os vigilantes da natureza, o edifício recuperado da casa das heras para albergar estes serviços - todas estas dimensões tornam o concelho bastante mais resiliente e dão um sentido mais integrado à sua gestão. A qualidade de vida depende também muito desta dimensão. O regulamento é denso, mas merecem-nos toda a confiança os serviços que na CM o desenharam e, por isso, votaremos favoravelmente este ponto, questionando o Sr. Presidente da CM sobre a calendarização da sua implementação a partir da aprovação do regulamento: 1 - Se tem conhecimento da vontade de alguns elementos do quadro de pessoal da CM em transitar para o quadro de pessoal da PM, antevendo desta forma o número de profissionais a contratar e se já consegue adiantar uma previsão mais precisa do investimento necessário para custear a realidade desta medida. 2 - Se há previsão para o início de atividade desta estrutura e de que forma está previsto o seu crescimento ou consolidação nos próximos anos? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos. Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Presidentes das Juntas de Freguesia, Caríssimos colegas deputados municipais, Colaboradores da Autarquia, Comunicação social, Público presente e público que assiste através da transmissão online. Sob os valores da liberdade e da pluralidade, conquistados no dia 25 de abril de há 50 anos atrás, relativamente a este ponto, por ora, a bancada do PSD não irá votar favoravelmente, tendo presente entender não se tratar de uma prioridade no imediato, contribuindo para isso, naturalmente, a relação do custo-benefício de uma estrutura desta dimensão para o exercício administrativo que a Câmara Municipal já executa de forma normal. No entanto, e a bem da avaliação da necessidade da criação deste órgão, em jeito de reflexão, partilho algumas das conclusões do Trabalho de investigação elaborado no âmbito do Curso de Direção e Estratégia Policial, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, denominado “As Polícias Municipais e a Municipalização da Segurança - Tendências, Caminhos e Destinos”, da autoria de Luís Filipe Jorge de Almeida Guerra, com orientação da Professora Doutora Raquel Duque. O estudo

decorreu no ano de 2017, envolveu 120 destinatários, provenientes de 18 países da União Europeia, de polícias com níveis de responsabilidade distintos em diversas organizações policiais federais, estatais e municipais e com funções genéricas e especializadas. Será importante elencar algumas das conclusões, com base na amostra recolhida tratada, que são, garantidamente, premissas que nos devem fazer refletir, de forma estratégica, para o futuro. O estudo conclui que: “Uma parte substancial das perceções colhidas através quer do inquérito, quer da entrevista, apontam para que o surgimento de polícias municipais gere novos espaços concorrenciais na atividade de policiamento que, por sua vez, tendem a gerar conflitos de competências e de poder. A proximidade das polícias municipais com o nível de decisão política de que dependem surge também como fator negativo amplamente sinalizado entre as diversas respostas. (...)” “(...) Se, por um lado, existem aspetos positivos numa maior proximidade com o público que gera confiança e resulta numa melhor perceção dos seus problemas, são também detetados aspetos negativos que resultam da excessiva aproximação que causa conflitos de interesses. “Conclui-se ainda que: “(...) Embora a esmagadora maioria dos modelos que incluem polícias municipal as façam depender dos autarcas, existem casos em que essas polícias mantêm vínculos com as polícias nacionais e até dependem destas, embora executem missões locais. No caso português, existem dois modelos coexistentes. Duas grandes polícias municipais (Lisboa e Porto) com fortes ligações estatutárias a uma polícia nacional (PSP), tendo todas as outras dimensões, efetivos, estatutos mais frágeis e competências mais reduzidas, não se tendo conseguido as desejáveis uniformidades que um modelo de organização policial deve encerrar para que seja simples, compreensível, eficiente e eficaz. (...)” É ainda afirmado que: “(...) Num contexto social, político e económico como o da UE, a responsabilidade de se manter uma racionalidade financeira na gestão dos recursos públicos impõe que se eliminem duplicações e sobreposições (Donnelly, 2013, p. 58), pelo que, pode haver maior vantagem em garantir que as autarquias contribuem com meios e financiamento para o fortalecimento das estruturas de policiamento nacional, em vez de criarem a sua própria estrutura. Este movimento, feito de forma proporcional em relação às populações residentes e necessidades locais, de acordo com o mesmo autor, resolveria as reclamações de melhor aplicação dos recursos às necessidades locais.” (...)” Por fim, outra das conclusões atesta que: “(...) A existência de múltiplos atores num determinado modelo de organização policial, ainda que com definição clara de tarefas e missões, redundando sistematicamente em conflitos de competências, competição por recursos e choques de protagonismo. Por outro lado, torna-se pouco claro para o público quem faz o quê. A transferência dos cidadãos entre diversas organizações identificadas como polícias, mas que não lhes resolvem o problema que apresentam, prejudica a imagem e a confiança depositada em todas elas e não é compreensível para o utente dos serviços e detentor de direitos (...)”. Perante o exposto, deixo à reflexão conjunta desta assembleia aquela que será a relação entre as vantagens e desvantagens da criação e existência deste órgão policial. Termino, associando-me ao reconhecimento que esta Assembleia faz à Helga Correia e ao Bruno Aragão pela forma elevada como desempenharam a função de deputados da nação. Enquanto deputado municipal

e, acima de tudo, como oliveirense, nascido, criado e participante na vida ativa da minha comunidade, deixo o meu reconhecido apreço. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Reconhecer a legitimidade de quem acha que não há uma relação custo benefício favorável. Portanto, não é isso que acontece, no conjunto dos municípios que têm instalada a Polícia Municipal nos seus territórios. É evidente que, há realidades diferentes. E nós estamos a estruturar uma Polícia Municipal adaptada à nossa realidade territorial, à nossa realidade socioeconómica. Agora, não temos dúvida nenhuma sobre as competências que são acometidas às forças de segurança e as competências que serão da Polícia Municipal, assim como, não teremos dúvidas sobre o papel que o comandante da Polícia Municipal terá que desempenhar - Artigo 24º, é a ele que caberá: dirigir, coordenar e fiscalizar o serviço da Polícia Municipal. E tem, digamos, obviamente, retirando as questões ligadas à representação da própria Câmara Municipal, do Presidente da Câmara Municipal, poder quase que absoluto para gerir, coordenar e disciplinar até o serviço da Polícia Municipal. É evidente que, o estudo que refere, eu percebo as preocupações manifestadas nesse estudo, que é contrariado precisamente nos exemplos que referiu do Porto de Lisboa, para um reforço substancial do número de efetivos. Essas polícias municipais arrancaram com números incomparavelmente inferiores de efetivos. E aquilo que tem sido a estratégia, tem sido o reforço do número de efetivos porque se percebe que a Polícia Municipal desempenha, neste momento, em termos da segurança de pessoas e bens, um papel absolutamente determinante. Eu julgo que, neste momento, o modelo de serem as câmaras municipais a apoiar e a financiar as forças de segurança. Bem, eu não quero que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis financie as forças de segurança para elas estarem a assistir operações de instalação de cabos na via pública. Não é para isso que nós pretendemos que as forças de segurança se instalem no território. Mas nós ajudamos as forças de segurança quando pagamos projeto, quando disponibilizamos terrenos, quando apoiamos com viaturas. Nós já estamos presentes naquilo que é o apoio, apesar de não ser da nossa competência, às forças de segurança que estão instaladas nos diferentes municípios. Aquilo que nós pretendemos é que, claramente, sejam definidas as competências da Polícia Municipal sem termos aqui nenhum tipo de conflitos e, claramente também, não haja influência política naquilo que é a direção e a condução da Polícia Municipal. Só faltava essa. Eu sou daqueles que confio no nosso sistema democrático, confio no poder local. E acho que hoje os autarcas percebem bem, quais são as suas funções, qual é a sua missão. E, seguramente, aquilo que eles pretendem é que o comandante da Polícia Municipal e o corpo de agentes que constitui a Polícia Municipal cumpram com elevado desempenho e com elevada eficácia a sua missão. E, portanto, percebo esse estudo. Eu conheço esse estudo. Ele manifesta um conjunto preocupações, que são preocupações que visam salvaguardar uma das partes. Podemos falar de estudos contrários. Por exemplo, a Associação Nacional das Polícias Municipais, o

sindicato, tem estudos que demonstram precisamente o interesse que existe em instalarmos e fazemos proliferar no território as polícias municipais, desde que, claro, se tenha essa preocupação de que não haja conflito de competências. Isso é absolutamente determinante. Porque é gerador de instabilidade. E nós precisamos de instabilidade nos territórios. Mas aquilo que eu tenho para dizer de uma maneira mais leviana e mais grosseira é de que, tudo o que venha contribuir para melhorar a segurança das pessoas, dos bens, dos equipamentos públicos, é bem-vindo. E, portanto, quando nós olhamos para este estudo de viabilidade que vos apresentamos aqui percebemos que isto não é esforço municipal substancial e vale bem a pena implementar este serviço, porque não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que, os ganhos, os benefícios para as pessoas e para o próprio território serão muito superiores. Vamos seguramente consolidar esta estratégia. Dando resposta a uma questão que foi aqui colocada: - que é, em termos de calendarização, para quando? Bom, a partir do momento em que tenhamos a vossa aprovação para a criação da Polícia Municipal e tenhamos aprovado este Regulamento para a organização e o seu funcionamento, este processo vai avançar. E vai avançar, seguindo os passos que estão definidos pelos serviços. Vamos ter agora uma fase de contratação de recursos, de formação desses recursos, de criação de condições para a instalação da Polícia Municipal. E aquilo que nós gostaríamos era que, em 2025, pudéssemos ter objetivamente a Polícia Municipal ao serviço da comunidade oliveirense. Portanto, é esse o objetivo, é essa a ambição. Esperemos que seja possível. Vamos trabalhar para isso. Embora saibamos que, todas estas coisas, enfim, depois temos aprovações do Ministério, temos um conjunto de coisas, temos um conjunto de passos que temos que seguir. Mas, objetivamente, aquilo que nós gostaríamos era que, em 2025, a polícia Municipal no concelho de Oliveira de Azeméis fosse uma realidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: **A favor**, 24 votos: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra**, 13 votos: doze (12) votos do PSD, e um (1) voto do B.E.; **Abstenções**: um (1) voto do CH. =====*

*===== **Ponto dez:** - **Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa - Obras Parque Verde - Carregosa Viva (I/24926/2024) - Autorização;**=====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas

atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Carregosa (E/10380/2024), em que solicita apoio financeiro para obras no Parque verde - Carregosa Viva, mais concretamente colocação de betão poroso nos trilhos para a prática desportiva; - Que conforme despacho de 25 de março de 2024 do Sr. Presidente da Câmara “ Este parque de lazer é uma resposta que a CMOA gostaria de ver implementada em todas as freguesias do nosso concelho, porque são respostas absolutamente essenciais para a prática de hábitos de vida saudáveis, para o contato com a natureza e sobretudo para a criação de espaços de relação entre a comunidade. Conscientes das dificuldades financeiras com que as Juntas de Freguesia estão confrontadas, compete à CMOA, procurar colaborar disponibilizando os recursos financeiros que permitam a concretização destas importantes respostas...”; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Eng. António Sobral Fernandes como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa, Apoio Financeiro - para obras no Parque verde – Carregosa Viva, mais concretamente, colocação de betão poroso nos trilhos, para a prática desportiva, com o compromisso de fundo disponível número 931/2024, conforme

estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Foi feita uma candidatura à ADRITEM, para a criação do Parque Verde Carregosa. Essa candidatura prevê um volume de investimento que deixou de fora outros investimentos importantes para a concretização do parque - Estou-me a lembrar destes trilhos que estamos aqui a falar hoje que são 54.900 mais IVA, iluminação pública no resto do parque, o parque infantil, um conjunto de equipamentos que ficaram de fora. E aquilo que foi o compromisso da Câmara Municipal, em relação estas candidaturas ADRITEM, via Juntas de Freguesia, foi que assumíamos a parte não financiada das candidaturas e a parte que falta fazer para que a resposta seja integralmente assegurada e, portanto, aquilo que nós estamos a fazer é assumir 54.900 euros. Julgo que é para a criação de cerca de 1 quilómetro de trilhos, mais ou menos 1800 metros quadrados de área de trilho, que apoiamos com 54.900 euros. ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** - **Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - realização de obras de requalificação na Zona envolvente ao Parque César Guedes, em Oliveira de Azeméis (I/25165/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa, e Madail (E/11241/2024), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras de requalificação na Zona envolvente ao Parque César Guedes, em Oliveira de Azeméis; - O Contrato de Comodato celebrado em 06 de março de 2024; - O despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de março de 2024, que determina a atribuição do apoio; - A competência atribuída à Câmara Municipal

no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação da Arquiteta Ana Pedro como Gestora do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, nº 1, e alíneas a), e), e m) do nº 2 do art.º 23º ; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do nº 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato de Apoio Financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba - Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl para realização de obras de requalificação na Zona envolvente ao Parque Cesar Guedes, em Oliveira de Azeméis, com o compromisso de fundo disponível número 953/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; A revogação do contrato Interadministrativo de Delegação de competências, celebrado entre as partes, a 13 de setembro de 2021 (registado sob o nº.93/2021), em virtude do mesmo não ter sido executado, com efeitos à data da sua celebração; Qua se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um terreno que é propriedade da Câmara Municipal, mas está comodatado à Junta de Freguesia. Nós, inicialmente tínhamos previsto um apoio de 57.000 euros. Entretanto, entendemos que devíamos ser mais ambiciosos na intervenção que íamos fazer naquele espaço. Aquele espaço, efetivamente, não é um espaço que cumpra convenientemente a sua missão.*

Tem um conjunto equipamentos importantes que confrontam com este espaço, o centro lúdico, uma IPSS, o próprio Jardim de Infância, enfim, a própria Junta de Freguesia. Temos aqui um conjunto de equipamentos poderão desfrutar de respostas que consigamos construir neste parque e, portanto, nós prevemos uma requalificação mais ambiciosa, quer do parque, quer também de intervenção que vamos fazer na Rua Professora Elisa Castro e, portanto, o apoio passaria de 57.000 euros para 147.000 euros. A aquilo que nós estamos a pedir-vos é a aprovação da minuta do contrato de apoio financeiro como União de Freguesias de Oliveira de Azeméis para este 147.000 euros e revogação do contrato anterior que tínhamos feito de 57.000 euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Manuel Alberto. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Alberto** - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. =====*

===== Gostava de aproveitar este momento para saudar toda a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia - Amaro Simões. Destacar, em primeiro lugar, este apoio, que é importantíssimo para requalificar uma zona que se apresenta claramente com um défice de qualidade para o centro da cidade. E, portanto, achamos que é a melhor forma, naturalmente, de podermos usufruir dela e dar a quem nos visita também a oportunidade de usufruir, mas também porque tem um Jardim de Infância, tem o Centro Lúdico, uma IPSS, os serviços da Junta. De facto, é um local o que nós gostaríamos de requalificar e, mais do que isso, também ter alguns equipamentos de apoio para as crianças que frequentam esse espaço. Estamos a falar uma pista de aprendizagens rodoviária, que é um equipamento que nós entendemos que é muito relevante, estamos também a falar de alguns equipamentos destinados às crianças que vão ser disponibilizados e que não existem neste momento. Por outro lado, como falou o Senhor Presidente, também a questão da Rua Professora Elisa Castro Costa, que é uma rua que não tem dignidade para um centro de cidade, enfim, com um talude onde cresce, invariavelmente, um silvado e, portanto, a falta de passeios, que vão ser executados; Vamos ter também requalificação das escada de acesso ao Jardim de Infância; Vamos ter os taludes que temos muita dificuldade em manter requalificados. E, portanto, julgamos nós que é mais do que justo este investimento que, não é para a Freguesia de Oliveira de Azeméis, é para todos usufruírem dele. Depois, uma segunda nota, dizer que: O concurso foi lançado. Já foi adjudicado, não está formalmente completo, mas já uma empresa que irá fazer a obra. Terceira nota: Obviamente que espero que haja aprovação parte da Assembleia Municipal, é isso que esperamos, porque, de facto, é um investimento muito importante para todos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** - ***Nova Postura de Trânsito na Rua João da Silva Correia e Rua da Quinta, Santiago de Riba Ul - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/16555/2024) - Aprovação;*** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - Na sequência de adoção de sentido único na Rua João da Silva Correia se constatou que foram criadas entropias na circulação na Rua Banda Musical; - O Abaixo-Assinado entregue nesta autarquia com 111 assinaturas, de residentes e transeuntes da Rua João da Silva Correia e Rua da Quinta, na Freguesia de Santiago de Riba-Ul; Propõe-se: Alteração da postura de trânsito nas Ruas João da Silva Correia e da Quinta, na Freguesia de Santiago de Riba-Ul. Ficando a circulação automóvel da seguinte forma:



- Rua João da Silva Correia com sentido Único (Oeste - Este); - Rua da Quinta com sentido único (Norte - Sul). Foi solicitado parecer à União de Freguesias, que emitiu o seguinte parecer: “Encarrega-me o senhor presidente da UF Prof. Manuel Alberto Pereira, informar que dá parecer positivo à postura de trânsito nas Ruas referidas. (email 08/03/2024)”. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Estamos a reconhecer um erro. Tínhamos uma postura aprovado e implementada que veio a revelar-se prejudicial para os munícipes, criou entropias na Rua da Banda de Música. Portanto, estamos a reverter aquilo que nós tínhamos definido em termos de postura de trânsito e a corresponder àquilo que são as expectativas dos munícípios e de um conjunto pessoas, residentes e também transeuntes, que utilizam a Rua João da Silva Correia e Rua da Quinta, na Freguesia de Santiago. Portanto assumir aqui uma postura de trânsito que não correu bem e que, procuramos agora, através da sua alteração, corrigir.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Helga Correia e Manuel Alberto.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.*=====

===== *Eu neste ponto, o Senhor Presidente já explicou o que se passa e acho que ainda fiquei mais confusa depois desta explicação, eu tinha algumas dúvidas para esclarecer: Esta a ser reconhecido aqui um erro na alteração da postura de trânsito, na alteração que nós aprovamos na Assembleia Municipal de 27/02/2023. Esta nova alteração proposta, naquilo que é a informação prévia enviada à Assembleia, fala-nos que existe um abaixo-assinado de 111 assinaturas que não é anexo ao processo, por isso, eu não consigo perceber o que é que realmente aqueles moradores reclamam. Eu conheço o local. Na altura, quando foi aprovado na Assembleia, não nos suscitou dúvidas porque, quando vem uma aprovação, normalmente os técnicos analisam. Os moradores, realmente, reclamaram. Mas eu acho que esta solução, também não é uma solução tranquila para aquela rua. E passo a explicar, por diversas razões: O Senhor Presidente diz que esta alteração que é proposta agora vem em resolver as entropias da Rua da Banda da Música. Olhando para o desenho, que os serviços fornecem, é alterado o sentido de trânsito da Rua João da Silva Correia, isto é, invertendo, em vez de entrar passa a ser sair, vindo da antiga Sede da Junta de Freguesia a atual Sede da Banda de Santiago de Riba-Ul. Há aqui algumas questões que se colocam: a insegurança da saída daquela rua para a Nacional 1 (N1). Não sei se têm a perceção que, depois da obra que foi feita, aquilo está tão íngreme e tão estreita que cria ali algumas situações. Depois temos ali contentores de lixo, para passar o camião do lixo vai ter de contornar a rua e virar sempre à direita, porque vai ser impossível virar à esquerda no sentido da curva do Zeca. Se nós virarmos à direita, temos que, das duas uma: ou vamos à rotunda da zona industrial para vir para São João da Madeira; ou vamos entrar na Rua da Banda da Música inverter no Senhor da Campa para vir para baixo, criando já mais entropia a um cruzamento que é caótico na hora de ponta e, não só na hora de ponta, é perigoso; ou, então, vamos colocar as pessoas a circular, entrar na Rua da Banda da Música e ir novamente à Rua da antiga Junta de Freguesia para descer à Rua da Quinta, que era uma rua perigosa, que tinha dois sentidos, que colocam como sentido único para depois contornar um quarteirão enorme e sair na praia fluvial. Eu*

gostava de saber, senhor vereador, Senhor Presidente, se houve algum estudo de circulação desta rua? Se há algum plano? Eu já tentei dar voltas à cabeça. Eu conheço o local. E cada vez que olho para a solução que é encontrada agora E sei que os membros da Assembleia de Freguesia do grupo do PSD não concordaram com esta solução. Acho que houve muito ruído na aprovação desta situação na Assembleia de Freguesia. Eu pedia ao executivo que, pelo menos, nos fornecessem mais elementos. Nós alteramos esta postura há um ano e pouco e vamos proceder a uma alteração que eu acho que ainda vai criar mais entropias. Peço desculpa se estou a ver as coisas mal vistas. Mas, não conheço o abaixo assinado, não sei o que é que os moradores realmente querem. Sei o que é que se está a passar nessa rua, porque circular com alguma frequência. E acho que, a solução neste momento encontrada, se calhar ainda vai criar mais confusão porque vamos obrigar as pessoas a irem à zona industrial, à rotunda, para voltarem para trás. Senhor Vereador, antes de mudarmos a sinalização, experimente fazer, e, tentar circular, vai ver que estas situações vão ser E não sei se, no fim, aquilo que pretendem resolver com o que foi um erro criado, não vão criar mais situações. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Isto resulta, sobretudo da complexidade que nós induzimos na Rua da Banda Musica de Santiago de Riba-Ul, portanto, é a rua sai para a estrada nacional, uma zona de curva. As pessoas dizem, criticaram, que em hora de ponta estavam ali imenso tempo para conseguirem entrar na Estrada Nacional. =====

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra no Senhor **Vereador Hélder Simões**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Muito boa noite a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Duas ou três notas, sobre esta questão: Todos nós podemos ser um pouquinho especialistas em trânsito. Portanto, há muitas análises que podem ser feitas sobre esta localização. O que é certo é que, no passado, nós, Câmara Municipal, a única coisa que tínhamos pretendido e que pedimos aos serviços foi: ter aquela via como via de sentido único, ou seja, para que depois possam ser criadas, à semelhança de outras artérias na cidade e no concelho, condições de circulação até para peões. E, portanto, nós temos que, cada vez mais, se calhar, adotar vias de sentido único. À data, a proposta dos técnicos, colocar sentido único e saída na Rua da Banda da Música, pareceu-nos ser a melhor solução. Aquilo que nós constatamos hoje é que, criamos uma pressão adicional, principalmente em horas de ponta, na Rua da Banda de Música, não funcionou ou não funcionou da forma que nós pretendíamos. O teor do abaixo-assinado. É o teor de um abaixo-assinado muito simples: as dezenas de pessoas que assinaram abaixo-assinado o que queriam era reverter totalmente a

decisão e, caso não fosse revertida totalmente a decisão, que, pelo menos, fosse invertido o sentido. E, portanto, o município entendeu, como a sua premissa era apenas e só que aquela via tivesse um sentido apenas, anuir a essa pretensão de todos aqueles moradores. Obviamente que a quantidade de viaturas, que vai sair para a EN1, é exatamente igual àquela que anteriormente já existia e do qual não há ou não haverá grandes registos de problemas em termos de fluidez do trânsito. Aquilo que acontecia antes, com a via de dois sentidos, todas as pessoas saíam para a EN 1, neste sentido. Do ponto de vista teórico, não haverá ou não vemos aqui grandes constrangimentos, porque eles já teriam sucedido no passado. E, portanto, parece-nos que está aqui uma compatibilização de interesses: está garantida a pretensão da Câmara Municipal em ter a estrada via de sentido único; E a Rua da Quinta, nesta segunda fase, sim, está a ser alterada e não tem condições manifestamente nenhuma para ter dois sentidos. E, portanto, parece-nos que, esta é a melhor solução. obviamente que, sendo questões de trânsito, cá estaremos também para mudar outra vez se for caso disso. Não o fazemos por sistema, mas, os erros podem acontecer, temos que os reconhecer. E como disse e bem, a Junta de Freguesia também dá o seu parecer. Nós sempre que achamos pertinente consultamos as forças de segurança para também emitirem os seus pareceres, para os próprios bombeiros. Neste caso concreto, não o temos. Mas também não temos qualquer problema em, depois, se isto não funcionar, estudar melhor para o futuro. A pretensão dos munícipes foi reverter totalmente a situação ou, no limite, inverter o sentido que estava adotado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Alberto** - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. =====*

===== Senhor Presidente, só para esclarecer, uma vez que foi referenciada a intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia, e sendo eu Presidente de Junta, e tendo acompanhado a votação deste ponto, dizer somente que: foi aprovado por unanimidade, o ponto, só houve uma questão que é relevante, no nosso ponto de vista, e deixamos essa recomendação quando comunicámos a deliberação ao executivo: a proposta deveria ter, sobre o ponto de vista de quem analisa, uma clareza superior àquela que tinha, relativamente à posição dos sinais, suscitava dúvidas. Embora eu explicasse, porque entendi a proposta por parte dos serviços, ela facto não vinha instruída de acordo com aquilo que nós entendíamos pudesse ser mais fácil para cada um dos elementos da Assembleia de Freguesia interpretar aquilo que se pretendia, só a questão dos sinais, foi isso que levantou questões. Mas todos votaram a favor. Queria só deixar isto claro para todos, para não haver aqui dúvidas. Do nosso ponto de vista, naturalmente, julgamos que é a melhor solução também esta alteração. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Agradeço ao Senhor Presidente da União de Freguesias. Não é essa a informação que eu tenho. De qualquer forma, o que me foi transmitido é que se tinham abtido. Se foi aprovado por unanimidade, pronto, ultrapassa-me essa questão. Senhor Vereador Hélder Simões, aquilo que estão a reverter, neste momento, não vai ficar na situação que estava anteriormente. Eu conheço local. É que, neste momento, invertendo a situação, o sentido único em sentido inverso, no passado, quando entrava e saía, tanto podíamos virar à direita como virar à esquerda. E, neste momento, com a postura que estão, eu não sei se os moradores têm conhecimento dessa decisão, é não poderem virar para São João da Madeira. E, ao não poder virar para São João da Madeira, a pressão para a Rua da Banda da Música vai ser colocada. Porque eu não estou a ver um morador a querer ir dar a volta ao quarteirão todo. O que vai acontecer é irem ao Senhor da Campa, virar, e voltar para trás. Se quiserem pôr lá alguém a controlar a sinalética, vão ver que é isso que vai acontecer. Só apenas dizer que, aquilo que são os documentos técnicos da autarquia, nós não sabemos o estudo, não sabemos o que foi feito, não foi enviado nada, é só isso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Vereador Hélder Simões**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Só uma nota: Está a tirar a conclusão de que não se pode virar por causa dos sinais que estão aqui? Estes sinais são para ser colocados na Estrada Nacional, antiga EN 1, para sinalizar que as pessoas não podem virar à esquerda, para quem vem de um lado Não podem entrar por esta rua. As pessoas não vão poder entrar para esta rua. Sair desta rua, vão poder sair para qualquer um dos lados, não vão poder entrar para esta rua. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Eu quando digo alguma coisa que está errado, eu assumo aquilo que é o meu erro. Agora, também não podem, neste momento, quer dizer ou pôr palavras na boca das outras pessoas. O que eu interpretei, foi aquilo. Agora, se vai ficar dessa maneira, então a perigosidade naquela situação é maior. Posso ter interpretado mal e retiro aquela que é a minha preocupação, relativamente ao dar a volta. Mas que vai haver uma perigosidade, relativamente a uma situação em que vão ter que atravessar. É a mesma coisa que a Rua da Banda da Música, se formos em comparação. Mas, está esclarecido. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Vereador Hélder Simões**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Só queria deixar aqui uma nota: Aquilo que eu disse, Helga, foi bem explícito. O nível de perigosidade vai ser o mesmo que existia à data anterior à primeira mudança de

trânsito, ou seja, não há registo de nenhum incidente especial naquela localização. Portanto, volto a dizer: o nível de perigosidade vai ser o mesmo que existia à data. Obviamente que, nós podemos sempre trabalhar isto graficamente de outra forma: estes estes sinais não são colocados aqui no sentido de proibir virar à esquerda ou à direita a quem sai. É, precisamente para colocar na Estrada Nacional 1, para quem vem do Norte ou do Sul não poder vir para esta Rua João da Silva Correia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Manuel Alberto** - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail. =====*

===== Há aqui uma questão. Por acaso suscitou-me dúvidas. Justamente essa dúvida, que levantou a senhora deputada Helga, foi a dúvida que foi levantada e que, entretanto, como eu sabia, expliquei, mas, de facto, a sinalética, - não, foi claro para todos - nós recomendamos quando deliberámos. Agora, eu tenho uma dúvida, peço imensa desculpa, fiquei mesmo com dúvida e perguntei ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, doutor João Castro, porque houve várias aprovações e eu não tenho a certeza absoluta, depois acontecer isto, se a votação foi nesse sentido. Mas, atenção, qual é a solução? A solução é manter como está, não é? Só para fazer um ponto de situação. É manter como está? Não é. A solução é fazer a circulação e proibir voltar à esquerda? É muito complexo, porque implica, não, mas eu estou só a fazer o ponto de situação naquela Assembleia de Freguesia. Estou a dizer só que foi isso que ficou, digamos, como discussão. A solução então, é, obviamente, inverter o sentido de trânsito com viragens possíveis à direita e à esquerda. E era isso que estava na proposta. Embora não de forma clara. Isso é que suscitou dúvidas. A votação - fiquei com dúvidas, de facto, se houve uma abstenção ou até um voto contra, mas relacionado não com a questão do sentido, nunca ninguém colocou em questão, mas, sim, também por causa disto, eu fiquei com dúvidas. Pareceu-me que não estava em causa o sentido. Mas depois as votações são aquilo que são. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto treze: - Colocação de sinalização de Trânsito - Freguesia de São Roque (I/3102/2024) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes

com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - O pedido da Junta de Freguesia de São Roque (E/1434/2023) a solicitar colocação de sinais em várias ruas da Freguesia; Proponho: A aprovação e colocação da seguinte sinalização: 1. Beco da Capela de Santo António - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 2. Beco da Charcã - 1 sinal B2; 3. Beco da Costa Má - 1 sinal B1 e 1 sinal H4; 4. Beco da Farrapa - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 5. Beco da Gândara - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 6. Beco da Vidraça - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 7. Beco das Areinhas - 1 Sinal H4; 8. Beco das Figueiras - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 9. Beco das Quintãs - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 10. Beco das Rodrigues - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 11. Beco do Carreirinho - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 12. Beco do Codeçal - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 13. Beco do Largo - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 14. Beco Rego de Água - 1 Sinal H4; 15. Calçada da Lomba - 1 sinal B2; 16. Caminho 200 (Travessa do Infantário) - 2 sinais B2; 17. Caminho 204 - 2 sinais B2; 18. Entroncamento com a Rua das Sardinheiras (a seguir à EB Comendador Ângelo Azevedo) - 1 sinal B2; 19. Rua Alto da Encosta - 1 sinal B2 e 1 Sinal H4; 20. Rua Camilo Castelo Branco - 1 sinal B2; 21. Rua Capela de Santa Ana - 1 sinal B2; 22. Rua Chão da Fonte - 2 sinais B2 e 1 sinal B1; 23. Rua da Fábrica Nova - 1 sinal B2; 24. Rua da Fonte Fria - 1 sinal B2 (mudar o sinal H4 de lado); 25. Rua da Quinta Nova - 2 sinais B2; 26. Rua da Ribeira Verde - 2 sinais B2; 27. Rua das Alminhas - 2 sinais B2; 28. Rua das Bujangas - 1 sinal B2; 29. Rua das Cancelas - 1 sinal B2; 30. Rua das Curtinhas - 2 sinais B2; 31. Rua das Ribeiras - 2 sinais B2; 32. Travessa Professor Silva Pinto - 1 sinal B2; 33. Rua do Ameal - 1 sinal B2; 34. Rua do Calvário - 1 sinal D1e; 35. Rua do Carvalho - 1 sinal B1, 1 sinal B2, 1 sinal C1, 1 sinal C11a, 1 sinal C11b e 1 sinal H3; 36. Rua do Cruzeiro - 1 sinal B1 e 1 sinal B2; 37. Rua do Largo - 1 sinal B2; 38. Rua do Maninho - 2 sinais B2; 39. Rua do Mergulhão - 2 sinais B2; 40. Rua do Olival - 1 sinal B1 e 1 sinal B2; 41. Rua do Passal - 1 sinal B2; 42. Rua de Ramil - 2 sinais B2 e 2 sinais C3b; 43. Rua do Regedor - 2 sinais B2; 44. Rua dos Lagos - 2 sinais B2; 45. Rua dos Vizueiros - 1 sinal B2; 46. Rua Duarte Alves da Costa - 1 sinal H4; 47. Rua Eça de Queirós - 1 sinal H4; 48. Rua Ferreira da Castro - 2 sinais B1; 49. Rua Fundo do Lugar de Bustelo - 2 sinais B2; 50. Travessa Rego de Água - 1 sinal B1 e 1 sinal H4. 51. Rua João Luís Dias da Costa - 1 sinal H4; 52. Rua José Saramago - 2 sinais B2 e 1 sinal H4; 53. Rua Júlio Dinis - 2 sinais B2; 54. Rua Lourenço Ferreira Costa Santos - 2 sinais B2; 55. Rua Maria Rita Batista - 1 sinal B1 e 1 sinal B2; 56. Rua Ponte de Samil - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 57. Rua Professor João da Costa Santos - 1 sinal B2; 58. Rua Quinta do Covo - 1 sinal B2; 59. Travessa da Covada - 1 sinal B2; 60. Travessa da Gândara - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 61. Travessa da Ribeira Verde - 1 sinal H4; 62. Travessa da Toca - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 63. Travessa das Areinhas - 1 sinal B2; 64. Travessa das Barreiras - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 65. Travessa das Lagomas - 1 sinal B1 e 1 sinal B2; 66. Travessa das Pedreiras - 1 sinal B2; 67. Travessa do Alto - 2 sinais B2; 68. Travessa do Calvário - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 69. Travessa do Largo - 2 sinais B2; 70. Travessa do Pocinho - 2 sinais B2; 71. Travessa do Silvar - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 72. Travessa Dom João da Natividade - 1 sinal B2 e 1 sinal H4; 73. Travessa Fonte da Valenta - 2 sinais B1; 74. Travessa Fonte Seca - 2 sinais B2; Em anexo as propostas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de

Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2022 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, é suficientemente esclarecedora, a proposta de deliberação. Estamos a falar da aprovação e colocação de dezenas de sinais na Freguesia de São Roque.* =

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze: - Aquisição de leite escolar (Proc. 58/24 - PI/1931/2024) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/23859/2024) - Autorização;** =

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ “Considerando que: - conforme apresentado na RQI n.º 284, é necessário assegurar a aquisição de leite escolar (leite simples, leite sem lactose e bebida de soja original), destinado a alunos do pré-escolar e do 1º ciclo das escolas do concelho para o período de setembro de 2024 a julho de 2025. - a presente necessidade enquadra-se na estratégia nacional do Programa Regime Escolar (Fruta e Leite), ao abrigo do Regulamento de execução (UE) n.º 2017/39, da Comissão, de 3 de novembro de 2016, da Portaria n.º 113/18, de 30 de abril e posteriores alterações, e demais legislação aplicável. - no âmbito do processo de descentralização de competências na Educação (Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro), incumbe à autarquia assegurar essa necessidade. - o valor estimado (preços base apresentados pela unidade orgânica requerente, tendo por base o valor do histórico) para a celebração do referido contrato é nos montantes abaixo indicados, prevendo-se a distribuição da verba do seguinte modo:*

LOTE	Tipo de leite	ano letivo	Quantidade	Preço unitário	Valor (S/IVA)
1	<i>Leite simples</i>	2024	226590	0,250€	56 647,50€
		2025	393120		98 280,00€
619710					154 927,50€
2	<i>Leite sem lactose</i>	2024	4565	0,470€	2 145,55€
		2025	7920		3 722,40€
12485					5 867,95€

3	Bebida de soja	2024	83	0,750€	62,25€
	Original	2025	147		108,00€
			227	170,25€	

- Os valores encontram-se previstos na rubrica 020105, através da Proposta de Cabimento n.º 848; - a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2023, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2023, encontrando-se previsto na rubrica 020105 - Alimentação - Refeições Confeccionadas, cujo valor máximo para 2024 é de 1.192.250,00€. - se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, e de acordo com os valores estimados acima indicados, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de aprovar a repartição em mais do que um ano económico da aquisição de 330.000 euros de leite escolar, leite simples, sem lactose e de soja, para as crianças, para o ano letivo 2024 de 2025, para as escolas, para as crianças do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** - **“Prémio Municipal de Cidadania 2023” - Aprovação;** =====

===== Pela Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que o Prémio Municipal de Cidadania, destina-se a reconhecer e distinguir práticas de cidadania que promovam o sentido de comunidade e que contribuam para o sentido de identidade concelhio (art.º 1.º do Regulamento do Prémio Municipal de Cidadania); - A apresentação de candidaturas ao Prémio Municipal de Cidadania 2023, conforme lista publicitada na página da internet do Município, no separador referente à Assembleia Municipal; - Que no dia 16 de abril de 2024, na sede da Universidade Sénior, sita na Rua Padre Joaquim Ferreira Salgueiro, na cidade de Oliveira de Azeméis, o júri constituído por: Alcino Martins, António Pinto Moreira, Daniela Silva, Francisco Silva e Rudolfo Rodrigues, procedeu à avaliação das candidaturas, tendo, deliberado, por unanimidade, atribuir o 1.º prémio: a) Coletivo: à Iniciativa Cesar Solidário; b) Individual: a António Luís da Fonseca e Grifo; bem como, a atribuição de distinção às demais candidaturas, por constituírem contributos positivos, que se coadunam com os valores de Cidadania, previstos no citado Regulamento; - Que em cumprimento do art.º 3.º do Regulamento, sobre a proposta foi ouvida a Comissão Permanente da Assembleia Municipal; Propõe-se A atribuição do Prémio Municipal de Cidadania 2023, à Iniciativa Cesar Solidário (prémio coletivo), e a António Luís da Fonseca e Grifo (prémio individual).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio da seguinte forma: ==

===== Eu queria comunicar que, deram entrada seis candidaturas: **Cesar Solidário**, um grupo de cesarenses promove a oferta de 2 ambulâncias e de equipamento de proteção aos Bombeiros Voluntários de Fajões. O **Grupo de Boa Vontade**, relativo à dinamização de campanhas solidárias, recolhendo recursos para apoio a instituições do município; **Escola Livre de Azeméis**, com a referência de que há 100 anos considerada universidade dos filhos do povo, formando pessoas imbuídas pelo espírito altruísta e pela cidadania. O **Correio de Azeméis**, 100 anos a contribuir para a informação, divulgação e promoção cívica do município. **António Luís Grifo**, percurso de vida dedicada à causa pública, ao associativismo e o bem comum. **Casa Museu Regional**, revista entre Douro e Vouga, preservação, promoção e divulgação da cultura e dos valores tradicionais do município da região. Portanto, estas foram as candidaturas que foram submetidas ao Júri. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, Presidente do Júri - Prémio Municipal de Cidadania 2023. =====

===== *Boa noite a todos. No melhor cumprimento, naturalmente, do Regulamento do Prémio Municipal Cidadania, que é atribuído através da Assembleia Municipal. O júri, cumprindo aquilo que está estabelecido, no âmbito da recolha das candidaturas que o Senhor Presidente da Assembleia acabou de elencar, foram as mesmas validadas e identificadas como idóneas, com os princípios que o próprio Regulamento defende, princípios da cidadania. O júri composto por um elemento de cada uma das bancadas que compõem esta assembleia e por ordem alfabética: Alcino Martins, António Pinto Moreira, Daniela Silva, por mim (Francisco Silva), e por Rudolfo Rodrigues, reuniu-se, no passado dia 16 de abril, pelas 18 horas, na sede da Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis, sendo que efetuou a apreciação das candidaturas para que fossem atribuídos os prémios a definir, naturalmente, de acordo com o Regulamento. Após apreciação das candidaturas, foi decisão unânime do júri a atribuição dos seguintes prémios: a título coletivo, iniciativa Cesar Solidário; a título individual, António Luís da Fonseca e Grifo. Foi o entendimento unânime do júri fazer esta deliberação e a atribuição da distinção também às demais candidaturas, até porque reconhecemos com facilidade que constituem contributos positivos que se coadunam com os valores de cidadania previstos no Regulamento. É o que me cumpre informar, senhor Presidente, penso que, se houver alguma dúvida estamos todos em condições de poder esclarecer.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que:* =====

===== *De acordo com o Regulamento, o prémio de Municipal de Cidadania é atribuído no dia 18 de Maio, Dia Mundial da Cidadania, no entanto, este ano coincide com o dia do Mercado à Moda Antiga e do Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais. O júri e entendeu que não era o dia mais oportuno e, portanto, vamos agora pôr de acordo em encontrar uma data compatível, digna, para celebrarmos, porque este prémio nasceu do acordo da Assembleia Municipal e é com orgulho e com dignidade que o queremos entregar.* =

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento.* =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** =

===== *Aberto o pedido de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =*

===== *Agradeço profundamente a vossa resiliência. Agradeço ao público. Agradeço aos nossos colaboradores do município, que têm sido impecáveis no apoio que nos têm dado. Agradeço aos serviços da Biblioteca. Como alguém dizia, do 25 de Abril ao 1º de Maio, foi uma semana que mudou as nossas vidas, mudou uma geração toda e uma série de gerações a seguir, e mudou Portugal. Portanto, viva o 25 de Abril, viva o 1º de maio. Sejamos felizes.* ===

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.* =====

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário